EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL:

ANÁLISE DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS

Coordenação:
Carlos Bielschowsky

SOU CIÊNCIA

Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência

Expansão da Educação Superior no Brasil: análise das Instituições Privadas

Coordenação de Carlos Bielschowsky

São Paulo, 2023

PESQUISA EXPANSÃO DAS IES PRIVADAS

Pesquisadores

André Luiz Vieira Dias (UEMG e SoU_Ciência)
Carlos Bielschowsky (UFRJ e SoU_Ciência)
Carlos Eduardo Teles de Oliveira (Unifesp e SoU_Ciência)
Débora Foguel (UFRJ e SoU_Ciência)
Gabriela de Brelàz (Unifesp e SoU_Ciência)
Gercina Rodrigues Pereira (Unifesp e SoU_Ciência)
Marcos Xavier (Unifesp e SoU_Ciência)
Maria Angélica Minhoto (Unifesp e SoU_Ciência)
Thiago Borges de Aguiar (SoU_Ciência)
Rogério Schlegel (Unifesp e SoU_Ciência)

Grupo de Dados e Apoio Técnico

Thaís Cavalcante Martins (Unifesp e SoU_Ciência)
Alexsandro Cardoso Carvalho (Unifesp e SoU_Ciência)
Ecila Alves de Oliveira Migliori (UNIP e SoU_Ciência)
Nelson Aloysio Reis de Almeida Passos (UFES e SoU_Ciência)
Meyrele Torres Nascimento (PUC e SoU_Ciência)
Fabiana Yumi Sato Kayanoki (Unifesp e SoU_Ciência)
Marina Mendes da Costa (USP e SoU_Ciência)
Roberta Kelly Amorim de França (UFABC e SoU_Ciência)
Ricardo Ireno dos Santos (SoU_Ciência)

Coordenador
Carlos Bielschowsky

Atualizada em abril de 2023

Permitida a reprodução desta obra, de forma parcial ou total, sem fins lucrativos, desde que citada a fonte que pode ser acessada integralmente em sua versão digital.

SoU_Ciência

Coordenação Geral SoU_Ciência: Soraya Soubhi Smaili (Unifesp)

Coordenação de Pesquisa: Maria Angélica Pedra Minhoto (Unifesp) e Pedro Arantes (Unifesp)

Pesquisadores associados do SoU_Ciência: Alexsandro Cardoso Carvalho, Carlos Eduardo Bielchowsky (UFRJ), Débora Foguel (UFRJ), Décio Semensato (Unifesp), Fábio Gouveia (UFES), Fábio Malini (UFES), Flávia Calé (USP), Gabriela de Brelàz (Unifesp), Hironobu Sano (UFRN), Ioshiaqui Shimbo (UFSCar), Lidiane Cristina da Silva (Unifesp), Marcos Xavier (Unifesp), Maurício Moura (George Washington University), Nelson Cardoso Amaral (UFG), Rogério Schlegel (Unifesp), Romualdo Portela de Oliveira (USP), Solange Ledi Gonçalves (Unifesp), Veneziano de Castro Araújo (Unifesp).

Pesquisadores colaboradores: Danilo Braun Santos (Unifesp) e Claudia Guedes Araújo Silva (Unifesp)

Bolsistas de Pós-Doc: André Luiz Vieira Dias, Jade Percassi, Mariana Moura, Thaís Cavalcante Martins, Thiago Borges de Aguiar, Vanessa Sígolo

Bolsistas de Iniciação Científica: Ana Paula Beserra Cruz; Barbara Montalva; Carlos Eduardo Teles de Oliveira; Gercina Rodrigues Pereira; Juliana Duarte Lacerda; Monizy Borges Pires; Nicole Pinheiro Santos; Paola Gomes Ribeiro; Pedro Ian Santos Antonelli; Rafael do Nascimento de Andrade; Tayná Isabelle Brandão Mendes; Victória Lopes da Silva; Vitória Beatriz Rocha Benedito; Washington Douglas Nunes Lira.

Apoio técnico: Ecila Alves de Oliveira Migliori; Luiz Carlos Machi Lozano; Meyrele Torres Nascimento; Nelson Aloysio Reis de Almeida Passos; Roberta Kelly Amorim de França; Fabiana Yumi Sato Kayanoki; Marina Mendes da Costa; Ricardo Ireno dos Santos

O presente Relatório foi realizado com apoio da Fundação Tide Setúbal, do Instituto Serrapilheira e da emenda parlamentar da Deputada Federal Sâmia Bomfim.

APRESENTAÇÃO

O conteúdo do presente Relatório de Pesquisa é fruto de um intenso trabalho de pesquisadoras(es) associadas(os) e colaboradoras(es) do Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência – SoU_Ciência.

O Relatório visa promover e alimentar o diálogo permanente com a sociedade, difundindo dados e análises sobre as recentes Políticas de Expansão da Educação Superior brasileira, com foco nas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, e democratizar o acesso a informações pouco conhecidas e divulgadas sobre o histórico da expansão, a sua configuração atual e as consequências das políticas para o futuro do Brasil.

O Relatório oferece também recomendações para um novo ciclo de crescimento, comprometido com as necessidades do desenvolvimento democrático, sustentável e inclusivo do país.
As bases de todas as análises aqui apresentadas são de que a Educação é um direito de todas as pessoas e que, o que a ela acontece, é de interesse geral da população brasileira, e de que o desenvolvimento econômico e social e a redução das profundas desigualdades são influenciados pelo fortalecimento e democratização do acesso à Educação.

A pesquisa desenvolveu-se no primeiro ano de existência do SoU_Ciência e teve por objetivo a análise crítica da expansão da rede privada de Educação Superior, com e sem fins lucrativos, no período de 2000 a 2020. A partir de bancos de dados oficiais, como o Censo da Educação Superior, o Exame Nacional do Desempenho do Estudante (Enade) e informações no sítio da Capes, buscou-se compreender o caminho trilhado por esse processo de expansão.

As IES foram caracterizadas como: públicas ou privadas com fins lucrativos; privadas sem fins lucrativos; comunitárias; confessionais; e parte de redes ou grupos com e sem fins lucrativos.
As características dos cursos oferecidos na graduação também foram destacadas, mapeando-se as áreas de conhecimento; os resultados nas avaliações nacionais; e a modalidade de oferta, presencial ou à distância.

O fluxo dos estudantes foi igualmente analisado na série histórica, apurando-se as taxas de matrícula, de evasão e de conclusão de curso, além do desempenho obtido no Enade.

Adicionalmente, foram realizadas comparações gerais da oferta privada e pública de ensino superior em todas as regiões do Brasil e em outros países do mundo.

As análises evidenciaram processos bem avançados de mercantilização e de cartelização da educação superior privada no país, com base nas políticas de expansão implementadas desde meados dos anos de 1990. Parte importante do ensino superior mostra-se colonizado pelos interesses dos mercados e alheio aos propósitos de formação e de produção de conhecimento, ciência e tecnologia que beneficiem o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil.

Esperamos que a divulgação e a leitura deste Relatório contribuam para promover a discussão e influenciar as agendas nacionais, os programas de governo e a formulação de políticas públicas na área da Educação Superior e da Ciência e Tecnologia, fundamentais para a reconstrução nacional, com soberania e justiça social.

Boa leitura!

Soraya Soubhi Smaili
Maria Angélica Pedra Minhoto
Carlos Eduardo Bielschowsky

Abril de 2023

SOU CIÊNCIA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Expansão da educação superior no Brasil: análise das instituições privadas / Carlos Eduardo Bielschowsky (coordenador). -- São Paulo: SoU_Ciência, 2023.
PDF.

ISBN 978-65-5632-212-4
Relatório de pesquisa (2000-2022) do Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência.

1. Educação superior – Brasil. 2. Política educacional. 3. Ensino superior privado. 4. Universidades e faculdades. I. Bielschowsky, Carlos Eduardo, *coord.*. II. Título.

CDD 378.81

Elaborado por Creuza Andréa Trindade dos Santos – CRB 2/1352

Lista de Figuras

Figura 1: Evolução das matrículas no Ensino Superior ---------- 21

Figura 2: Percentual de estudantes matriculados nas IES privadas com fins lucrativos ---- 23

Figura 3: Matrículas no Ensino Superior em 2020 ---------- 24

Figura 4: Estudantes matriculados em IES que pertenciam aos dez maiores grupos privados em 2020 ---------- 24

Figura 5: Percentual de estudantes matriculados em EaD no setor privado ---------- 26

Figura 6: Matrículas em cursos presenciais e com educação a distância nas IES privadas- 27

Figura 7: Estudantes matriculados nas IES Públicas Estaduais e Federais ---------- 28

Figura 8: Número de estudantes matriculados nas IFES em 2019 como função do ano de criação do curso em que está matriculado ---------- 29

Figura 9: Percentual de matrículas presenciais e com educação à distância no Ensino Superior público e privado ---------- 29

Figura 10: Percentual do ensino privado em 2019 para diferentes países ---------- 30

Figura 11: Percentual de estudantes matriculados em cursos de mestrado e doutorado em relação ao total de estudantes das Universidades particulares não confessionais --------- 46

Figura 12: Percentual de concluintes por ano para ingressantes em 2011 ---------- 48

Figura 13: Perfil de renda dos concluintes participantes do Enade de 2017, 2018 e 2019 51

Figura 14: Perfil de renda apenas dos estudantes cotistas que participaram do Enade de 2017, 2018 e 2019 com todos os estudantes das demais IES particulares ---------- 52

Figura 15: Percentual de concluintes participantes do Enade 2017 a 2019 em cursos com conceito 1 ou 2 das Universidades particulares não confessionais em função do número de estudantes de graduação ---------- 54

Figura 16: Número de estudantes matriculados em IES que pertenciam em 2020 aos dez maiores grupos privados ---------- 58

Figura 17: Percentual de permanência + diplomação acumulada de estudantes ingressantes na educação superior em 2011 (dez maiores grupos, demais IES privadas, IES públicas) -- 62

Figura 18: Percentual de permanência + diplomação acumulada de estudantes ingressantes na educação superior em 2016 (dez maiores grupos, demais IES privadas, IES públicas) -- 62

Figura 19: Percentual de estudantes ativos no final do ano seguinte a seu ingresso na educação superior a partir de 2013 nas IES que pertenciam em 2020 aos dez maiores grupos, demais IES privadas e IES públicas Estaduais e Federais ---------- 64

Figura 20: Relação entre Enade proporcional e número de matrículas nos cursos presenciais das IES pertencentes aos dez maiores grupos ---------- 68

Figura 21: Relação entre Enade proporcional e número de matrículas nos cursos EaD das IES pertencentes aos dez maiores grupos ---------- 68

Figura 22: Perfil de notas brutas no Enade (ciclo 2017-2019) dos concluintes de licenciatura em educação física, comparando dez maiores grupos, outras IES privadas (presencial e EaD) e IES públicas ---------- 70

Figura 23: Perfil de notas brutas no Enade (ciclo 2017-2019) dos concluintes de licenciatura em pedagogia, comparando os dez maiores grupos, outras IES privadas (presencial e EaD) e as IES públicas ---------- 71

Figura 24: Perfil de notas brutas no Enade (ciclo 2017-2019) dos concluintes de licenciatura em pedagogia, comparando IES privadas (presencial e EaD) e IES públicas ---------- 71

Figura 25: Perfil de notas brutas no Enade (ciclo 2017-2019) dos concluintes de serviço social, comparando os dez maiores grupos, outras IES privadas (presencial e EaD) e as IES públicas---------- 73

Figura 26: Perfil de notas brutas no Enade (ciclo 2017-2019) dos estudantes de administração, comparando os dez maiores grupos, outras IES privadas (presencial e EaD) e as IES públicas ---------- 74

Figura 27: Percentual de ingressos presencial e com EaD nas IES privadas ---------- 90

Figura 28: Evolução de matrículas no Ensino Superior a distância no Brasil ---------- 91

Figura 29: Número de contratos novos com FIES ---------- 104

Figura 30: FIES - Recursos Repassados às Instituições Privadas por meio da CFT-E - Valores Correntes - Total Brasil ---------- 105

Figura 31: FIES - Recursos Repassados às Instituições Privadas por meio da CFT-E - Valores Corrigidos pelo IPCA - janeiro de 2022 ---------- 106

Figura 32: Renúncias Tributárias associadas ao PROUNI ---------- 107

Figura 33: Universidades no primeiro quartil do Enade proporcional ---------- 118

Lista de Mapas

Mapa 1: Percentual de estudantes matriculados em cursos de graduação com relação à população do Estado ---------- 36

Mapa 2: Percentual de estudantes matriculados em cursos na área de Agricultura, Silvicultura e Veterinária com relação à população do Estado ---------- 37

Mapa 3: Percentual de estudantes matriculados em cursos de Pedagogia com relação à população do Estado ---------- 38

Mapa 4: Percentual de estudantes matriculados em cursos presenciais e com EaD com relação à população do Estado ---------- 40

Mapa 5: Localização dos campi dos cursos presenciais e dos polos de EaD das IES privadas nos municípios ---------- 41

Mapa 6: Localização dos campi dos cursos presenciais e dos polos de EaD das IES privadas nos municípios ---------- 42

Mapa 7: Número de estudantes matriculados em 2019 por Estado ---------- 83

Mapa 8: Relação percentual entre estudantes matriculados e a população do Estado em 2019 ---------- 84

Mapa 9: Número de estudantes matriculados em IES privadas por estado ---------- 86

Mapa 10: Número de estudantes matriculados em IES privadas na modalidade EaD por UF em 2019 ---------- 88

Lista de Tabelas

Tabela 1: Periodização da trajetória do Ensino Superior brasileiro ---------- 16

Tabela 2: Taxa Bruta de envolvimento no Ensino Superior ---------- 22

Tabela 3: Número de IES, matrículas, relação estudante/docente equivalente a 40hs e percentual de docentes por categoria de IES em 2020 ---------- 34

Tabela 4: Estudantes matriculados nas principais carreiras em cursos presenciais e com EaD das IES públicas e privadas ---------- 35

Tabela 5: População, número de estudantes matriculados e percentual de matrículas com relação à população por região do país ---------- 36

Tabela 6: Professores em exercício e estudantes matriculados na educação infantil nos Estados ---------- 39

Tabela 7: Número de IES, relação estudante/professor equivalente a 40hs e percentual de Doutores por categoria de IES ---------- 43

Tabela 8: Estudantes, número de programas de Pós-Graduação, docentes envolvidos na Pós-Graduação por categoria de IES ---------- 44

Tabela 9: Número de estudantes em programas de mestrado e doutorado em Universidades por categoria de IES ---------- 45

Tabela 10: Docentes em exercício e docentes que atuam em programas de Mestrado e Doutorado por categoria de IES ---------- 47

Tabela 11: Número de concluintes participantes, valor do Enade proporcional e percentual de estudantes em cursos com Enade 1 ou 2 nos exames de 2017 a 2019 por categoria de IES ---------- 49

Tabela 12: Percentual de estudantes ativos ou concluintes no final de 2019 tendo entrado ao longo do ano de 2018 por categoria de IES ---------- 50

Tabela 13: Dados percentuais agregados sobre estudantes, cursos, docentes e envolvimento em programas de Mestrado e Doutorado ---------- 53

Tabela 14: Matrículas e ingresso na educação superior em 2020 (presencial, EaD e total) nos dez maiores grupos, demais IES privadas e IES públicas ---------- 58

Tabela 15: Matrículas e ingressos na educação superior em 2020 (presencial, EaD, total) por grande grupo privado educacional ---------- 59

Tabela 16: Matrículas e ingressos das sete maiores IES privadas com oferta em EaD na Educação Superior em 2020 ---------- 60

Tabela 17: Exemplo de dados do estudo de trajetória (Inep) ---------- 61

Tabela 18: Comparação do percentual de abandono e transferências dos estudantes em 2017 que ingressaram em 2016 a partir dos resultados do Estudo de Trajetória e diretamente do Censo da Educação Superior ---------- 63

Tabela 19: Tempo médio de integralização dos cursos como função do ano de aplicação do Enade ---------- 65

Tabela 20: Participação e resultados no Enade e Enade proporcional referente a 2017-2019 (dez maiores grupos, demais IES privadas, IES públicas) ---------- 66

Tabela 21: Comparação entre presencial e EaD na participação e nos resultados no Enade e Enade proporcional de 2017-2019 dos dez maiores grupos e demais IES privadas --------- 66

Tabela 22: Matrículas (presencial, EaD e total) e Enade proporcional das IES pertencentes aos dez maiores grupos privados educacionais ---------- 67

Tabela 23: Matrículas presenciais e EaD nos oito maiores cursos das IES pertencentes aos dez maiores grupos privados educacionais ---------- 69

Tabela 24: Matrículas e ingresso na licenciatura em pedagogia em 2020 (dez maiores grupos privados, outras IES privadas e IES públicas) ---------- 72

Tabela 25: Matrículas e ingresso em Serviço Social em 2020 (dez maiores grupos, demais IES privadas, IES públicas) ---------- 73

Tabela 26: Número de instituições e total de matrículas na educação superior em 2020, separando o primeiro quartil do Enade proporcional (universidades, centros universitários, faculdades) ---------- 75

Tabela 27: Comparação das matrículas totais e EaD na educação superior em 2020, separando o primeiro quartil do Enade proporcional (todas as IES e dez maiores grupos educacionais) ---------- 77

Tabela 28: Distribuição das matrículas em cursos de graduação - Brasil e Grandes Regiões - 2020 ---------- 81

Tabela 29: Relação matrícula/habitantes - Brasil e Grandes Regiões - 2020 ---------- 82

Tabela 30: Matrículas em instituições públicas localizadas nas capitais e no interior segundo as grandes regiões - Brasil e Grandes Regiões 2020 ---------- 85

Tabela 31: Matrículas em instituições públicas localizadas nas capitais e no interior segundo as grandes regiões - Brasil e Grandes Regiões 2020 ---------- 85

Tabela 32: Número de matrículas em cursos de graduação presenciais em todas as IES - Brasil e Grandes Regiões em 2020 ---------- 87

Tabela 33: Número de matrículas em cursos de graduação EaD nos Grandes Grupos - Brasil e Grandes Regiões em 2020---------- 88

Tabela 34: Estudantes matriculados em cursos EaD segundo a IES selecionadas - 2020 -- 89

Tabela 35: Entidades representativas dos interesses do capital de Ensino Superior privado - Brasil, 1932-2016 ---------- 100

Tabela 36: FIES - Recursos Repassados às Instituições Privadas por meio da CFT-E - Valores Correntes ---------- 105

Tabela 37: Renúncias Tributárias associadas ao PROUNI ---------- 106

Tabela 38: Empresas Brasileiras cotadas na Bovespa e na Nasdaq ---------- 108

Tabela 39: Percentis do total de matrículas em 2020 nas IES ---------- 116

Tabela 40: Percentis da relação inscritos/matriculados em 2020 nas IES ---------- 116

Tabela 41: Percentis do Enade proporcional das IES ---------- 117

Tabela 42: Percentis do Enade proporcional das IES por Organização Acadêmica --------- 117

Tabela 43: Universidades totais e no 1º quartil do Enade proporcional ---------- 119

Tabela 44: Matrículas e Docentes nas Universidades em 2020 ---------- 120

Tabela 45: Características acadêmicas das Universidades em 2020 ---------- 121

Tabela 46: Relação Estudantes/Docente equivalente a 40 horas nas Universidades dos grupos educacionais em 2020 ---------- 122

Tabela 47: Centros universitários totais e no 1º quartil do Enade proporcional ---------- 124

Tabela 48: Matrículas e Docentes nos Centros universitários em 2020 ---------- 125

Tabela 49: Características acadêmicas dos Centros universitários em 2020 ---------- 126

Tabela 50: Relação Estudantes/Docente equivalente a 40 horas nos Centros Universitários dos grupos educacionais em 2020 ---------- 127

Tabela 51: Faculdades totais e no 1º quartil do Enade proporcional ---------- 128

Tabela 52: Matrículas e Docentes nas Faculdades em 2020 ---------- 129

Tabela 53: Características acadêmicas das Faculdades em 2020 ---------- 131

Tabela 54: Relação Estudantes/Docente equivalente a 40 horas nas Faculdades dos grupos educacionais em 2020 ---------- 131

Tabela 55: Matrículas totais e EaD em todas as IES e nas IES do 1º quartil do Enade proporcional ---------- 133

SUMÁRIO

15 INTRODUÇÃO

16 | Histórico

20 | Desafios contemporâneos

32 CAPÍTULO 2: Quadro geral da oferta de ensino superior no Brasil em 2020

33 | Estudantes de graduação e docentes

43 | Envolvimento com a pós-graduação e pesquisa

47 | Enade e evasão

52 | Comentários gerais

56 CAPÍTULO 3: Efeitos da expansão das IES privadas no Brasil

57 | O efeito da concentração de matrículas em grandes grupos privados e EaD nos resultados acadêmicos

78 | Distribuição do Ensino Superior privado no território e suas implicações

90 | Regulamentação, Supervisão e Tendências da EaD no Brasil

95 CAPÍTULO 4: Financeirização da Educação Superior

110 CAPÍTULO 5: Conclusões

114 ANEXOS

136 REFERÊNCIAS

INTRODUÇÃO

Histórico e desafios contemporâneos

1. Introdução

1.1. Histórico

Há sinais de que a financeirização que se acelera e se consolida na segunda década do século XXI representa uma nova fase na expansão do Ensino Superior brasileiro. Caudatária de processos iniciados em outros períodos, a exemplo da ênfase na oferta privada de matrículas como forma de suprir a demanda por esse nível educacional, essa nova fase tem traços particulares, mas também apresenta continuidades em relação aos períodos anteriores. Por conta disso, é pertinente recuperar a trajetória da regulamentação do setor e os incentivos para a expansão de matrículas.

Toda periodização implica escolhas e critérios com componentes arbitrários. Partimos da classificação de Durham (2003) para propor a atualização da periodização histórica que aparece na Tabela 1. Essa abordagem tem o mérito de relacionar os grandes movimentos da história política brasileira às dinâmicas do Ensino Superior. Aprimoramos sua categorização original com a subdivisão do período pós-1985 em duas fases: a (neo) liberalização do setor, até os anos finais da década de 1990, e a financeirização, a partir do lançamento das primeiras IPOs (Initial Public Offerings) por conglomerados econômicos do setor, em 2007.

Tabela 1 | **Periodização da trajetória do Ensino Superior brasileiro**

Período	História	Característica do Ensino Superior
1808 - 1889	Da chegada da Família Real ao início da República	Escolas autônomas com formação de profissionais liberais
1889 - 1930	Primeira República	Descentralização, escolas públicas (federais e estaduais) livre ou privadas
1930 - 1945	Era Vargas	Criação das primeiras universidades
1945 - 1964	Democracia de 1946	Ampliação no número de universidades públicas
1964 - 1985	Ditadura civil-militar	Novo modelo de universidade e desenvolvimento acelerado do sistema privado – constituição de sistema de massa
1985 - 1997	Redemocratização	Constituição de 1988, estagnação no número de matrículas
1997 - 2007	(Neo) liberalização	Expansão acelerada da participação do setor privado na oferta de vagas, após decretos federais 2.207 e 2.306
2007 -	Financeirização	Crescente mercantilização, após lançamento das primeiras IPOs de conglomerados ligados ao ensino superior

Fonte: Elaboração dos autores a partir de Durham (2003)

Em largos termos, todo o Brasil Colônia e o período monárquico teriam sido marcados pela oferta de formação em disciplinas liberais (como Direito, Medicina e Engenharia). Este é um período caracterizado por escolas autônomas, sem diferentes carreiras integradas na mesma instituição. No período colonial, é indispensável registrar o atraso relativo do desenvolvimento educacional brasileiro em comparação com outras colô-

nias ibéricas na América, já que não havia interesse de Portugal em instalar cursos superiores no Brasil (CUNHA, 1997). Em domínios espanhóis, já em 1532, na República Dominicana, tem-se a instalação da primeira universidade na América Latina. A primeira experiência no Brasil se dá em 1813, após a chegada da família real em 1808, quando foram criadas as Academias de Medicina e Cirurgia na Bahia e no Rio de Janeiro, que passaram a ser faculdades em 1832. A Faculdade de Direito de São Paulo foi criada em 1827 – depois da Independência, portanto. A metrópole "colocava todos os empecilhos para que essa ideia [de criar cursos superiores] não se concretizasse", a partir da aposta na preparação das elites no Brasil em cursos da Europa (LAMPERT, 2007, p. 2). No Império, o Ensino Superior seguiu se desenvolvendo lentamente (SAMPAIO, 2000, p. 37).

O próximo degrau só seria vencido após a Proclamação da República, em 1889. Entre essa data e 1918, 56 novas Instituições de Ensino Superior (IES), na sua maioria privadas, foram criadas no país. A primeira universidade brasileira, usando um conceito de integração de diversas faculdades e/ou institutos visando a produção de conhecimento, tal como existia à época, foi criada em 1920 pelo Decreto nº 14.343, da União. Sob o nome de Universidade do Rio de Janeiro, foram reunidas administrativamente a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (OLIVEN, 2002; DURHAM, 2003).

A Primeira República teria tido como traço principal iniciativas descentralizadas, tanto federais quanto estaduais, com presença também da iniciativa privada. O modelo de universidade, congregando cursos de áreas múltiplas, passou a ser perseguido a partir da regulação pós-1930. A Reforma Francisco Campos, nome emprestado do então ministro da Educação e Saúde Pública, foi instituída pelo Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, e deu preferência ao sistema universitário, mas mantendo a possibilidade de oferta em institutos isolados. O decreto instituiu a organização técnica e administrativa das universidades, deixando aos institutos isolados a responsabilidade por se regular internamente, desde que observados os dispositivos do Estatuto das Universidades Brasileiras. As primeiras universidades com ambição de cobrir para além das chamadas carreiras imperiais só apareceram ao longo dos anos 1930. Merecem destaque a Universidade de São Paulo, estabelecida em São Paulo em 1934, e a Universidade do Brasil [1], criada no Rio de Janeiro em 1937, na gestão do ministro Gustavo Capanema na Educação.

A Democracia de 1946 teria como principal característica a expansão das universidades públicas. Para Durham (2003), o sistema de Ensino Superior continuou se expandindo de forma lenta de 1945 até 1960, com a criação de 18 universidades públicas e 10 privadas – essas últimas em sua maioria confessionais. A criação das IES públicas aconteceu pela fusão de institutos e faculdades isoladas e pela intervenção dos deputados em pleitos regionais.

Sampaio (2000) sustenta que as tendências inauguradas na década de 1930 para as instituições privadas se estenderam até depois do golpe de 1964. O período 1933-1965 se caracterizaria pela consolidação e estabilidade no crescimento da participação relativa do setor privado no sistema. Um segundo período abarcaria de 1965 a 1980, correspondendo à mudança de patamar no crescimento das matrículas privadas e levando à predominância desse setor no sistema de Ensino Superior (SAMPAIO, 2000, p. 43). Para a autora, a legislação funciona de forma retardada, regulamentando o que já está em andamento e em curso no Ensino Superior, atendendo as reivindicações de quem já atua neste nível. As "molduras legais" das fases delimitadas pela autora se-

1 A Universidade do Rio de Janeiro, criada a partir de três instituições, deu origem à Universidade do Brasil.

riam, respectivamente, a Reforma Francisco Campos de 1931 para o primeiro período; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961 e a Reforma Educacional de 1968 (Lei 5.540/1968). Outro período com característica própria em termos de regulamentação seria marcado pela Constituição de 1988 e a LDB de 1996.

A LDB 1961 já teria reforçado a liberdade da iniciativa privada atuar na educação superior ainda antes do golpe militar. A Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, permitiu à iniciativa privada atuar em todos os níveis do ensino e manteve a possibilidade de outros tipos de organização além da universidade. No artigo 80, há uma mudança importante em relação ao decreto Francisco Campos: o conceito de autonomia universitária foi alterado, passando a englobar "autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, que será exercida na forma de seus estatutos [da IES]" (BRASIL, 1961). Outra novidade da lei 4.024, segundo Sampaio (2000), foi a preocupação em regulamentar os mecanismos de expansão no Ensino Superior, permitindo a criação de cursos a partir da supervisão de órgão de três esferas: Conselhos Estaduais, Universidades e o Conselho Federal de Educação, criado no mesmo ano.

É durante a ditadura civil-militar, iniciada em 1964, que a oferta privada de matrículas dispara levando a um certo grau de massificação do sistema. A expansão vertiginosa das matrículas privadas no ensino privado é processo fartamente conhecido e pode ser ilustrada com os seguintes indicadores: em 1965, 43,8% das IES eram privadas; em 1970, 50,5%; em 1980, 64,3% e em 1990, 62,4% (DURHAM, 2010).

Nosso entendimento é de que a inauguração do período da financeirização do setor privado pode ser definitivamente localizada a partir dos decretos federais que, em 1997, consentem com a existência de IES com fins lucrativos. Nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o crescimento vertiginoso do setor privado funciona como um paliativo para viabilizar a expansão quantitativa, com mudança significativa do princípio que norteia o controle de qualidade do sistema: de mecanismos *ex-ante* para mecanismos *ex-post*. Esse movimento não foi explorado por Durham (2010), que ressalta a expansão de matrículas e o fortalecimento dos sistemas de avaliação como resultados principais das gestões federais sob governos do PSDB.

Os governos de Fernando Henrique Cardoso são marcados pela volta da expansão da oferta de vagas, pela montagem de um sistema de avaliação da qualidade do ensino ofertado e pela flexibilização do perfil aceitável para IES. Os decretos 2.207 e 2.306 e a nova LDB, de 1996, foram fundamentais para essas mudanças. Do aparente descontrole anterior sobre os resultados do sistema, passou-se para a reformulação e adoção de políticas de controle de qualidade. Mediante a avaliação institucional, objetivou-se conciliar a expansão com a qualidade, sem interromper o processo de desenvolvimento das instituições particulares, porém com a reformulação dos instrumentos de controle (LAMPERT, 2007, p. 12).

A nova regulamentação do Ensino Superior começa a ser feita pela Lei nº 9.394, de 20 dezembro de 1996. Na LDB, encontram-se entre as incumbências da União baixar normas gerais sobre os cursos de graduação e pós-graduação, assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior e autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar cursos e instituições. No caso das IES, se os Estados e o Distrito Federal mantiverem instituições de educação superior, poderão assumir esta responsabilidade.

A LDB endereçava a questão da qualidade prevendo, em seu artigo 9º, inciso VI, processo nacional de avaliação do rendimento escolar no Ensino Superior. Seu inciso VIII propôs assegurar um processo nacional de

avaliação das instituições. O inciso IX tratou de avaliar os cursos, suas ofertas e os estabelecimentos de ensino. Para Lampert (2007, p. 4), essa LDB "traz implícita a ideologia neoliberal, que vincula a educação a prerrogativas mercadológicas globalizantes, o que provoca a inclusão de uma minoria contemplada e a exclusão social de grande maioria".

Como instrumento de avaliação, em 1996, foi criado o Exame Nacional de Conclusão de Curso, que ficou conhecido como Provão. Seus defensores sustentam que o exame representou avanços, porque transferiu o controle do governo de quesitos formais para o funcionamento de instituições e cursos para o efetivo desempenho. O Provão levou para o Ensino Superior a prática de provas padronizadas externas, que já havia sido implementada pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica. No primeiro ano de funcionamento, foram avaliados cinco cursos e o número foi aumentando anualmente até atingir, em 2002, 75% dos estudantes matriculados no Ensino Superior. Os exames eram universais, isto é, abrangiam todos os estudantes concluintes dos cursos avaliados. Ele teria permitido, pela primeira vez, uma comparação da qualidade da formação obtida pelos estudantes em cursos de diferentes instituições, apostando na oferta e na procura para regular o mercado (DURHAM, 2010).

Os Decretos 2.207 e 2.306, ambos de 1997, legalizaram o negócio mercantil na educação. O primeiro regulamentou o sistema federal de ensino e permitiu que as entidades mantenedoras das Instituições de Educação Superior se constituíssem "em qualquer das formas admitidas em direito, de natureza civil ou comercial". Com essa redação, permitiu que as instituições de educação superior privadas pudessem se constituir com fins lucrativos, o que representou um marco no cenário da estruturação da gestão deste nível de ensino. Antes as instituições privadas formalmente não poderiam ser organizações com fins lucrativos, medida que era acompanhada por isenções de impostos. Afirma o artigo 7º deste decreto:

> As instituições privadas de ensino, classificadas como particulares em sentido estrito, com finalidade lucrativa, ainda que de natureza civil, quando mantidas e administradas por pessoa física, ficam submetidas ao regime da legislação mercantil, quanto aos encargos fiscais, parafiscais e trabalhistas, como se comerciais fossem equiparados seus mantenedores e administradores ao comerciante em nome individual. (BRASIL, 1997a)

A edição dos dois decretos vai desencadear um movimento sem precedentes de mudança estatutária e de regime administrativo do conjunto das IES privadas. Já em 1999, dois anos após sua edição, as IES particulares com fins lucrativos já eram 15% do total de 905 IES privadas, com 13,1% das matrículas do setor privado. Passados mais 11 anos, em 2010, as IES privadas particulares ou privado-mercantis já representavam 43,4% do total das IES privadas e tinham 43,4% de suas matrículas. Em 2020, segundo o último Censo da Educação Superior disponível, 60% das IES privadas tinham fins lucrativos e já respondiam por 71,9% de suas matrículas. Ou seja, em 30 anos, o setor privado com fins lucrativos cresceu de forma espantosa passando a responder, hoje, por 2/3 das matrículas.

Em 2001, o Decreto nº 3.860 revoga o Decreto nº 2.306, mas não apresenta nenhuma alteração em relação à forma de organização e constituição das mantenedoras de IES privadas. O Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, revoga as regras anteriores, de 2001, mas mantém a estrutura já descrita e sua distinção entre IES públicas e privadas, reafirmando o caráter dual do sistema (SAMPAIO, 2000).

1.1.1. Financeirização nos anos 2000

O passo seguinte foi a financeirização, entendida neste trabalho a partir da definição de Chaves e Amaral (2016) como as recentes mudanças no mercado, que viabilizaram a liberação e a desregulamentação de fluxos financeiros, a interligação das transações, a criação de inovações financeiras e de fundos de investimentos institucionais, o que impactou também os negócios da Educação Superior.

Em 2007, a Anhanguera foi a primeira empresa do Ensino Superior a abrir seu capital, lançando IPO na Bovespa[2] com autorização do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Kroton foi a segunda, no mesmo ano. Seguiram-se IPOs de Estácio e SEB – Sistema Educacional Brasileiro, nome pelo qual passou a ser chamado o sistema que englobava Colégio Osvaldo Cruz, Dom Bosco e Pueri Domus. Ao mesmo tempo, na primeira e segunda décadas deste século, desapareceram dois terços das IES comunitárias ou confessionais e respectivas matrículas (SGUISSARDI, 2015).

Na passagem para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), criou-se um novo sistema extremamente complexo de avaliação de cursos e instituições, denominado Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior). O Sinaes incorporava a autoavaliação à avaliação externa e um novo sistema de exames que incluía, além dos formandos, também os ingressantes, tentando medir o valor agregado pela passagem pelo Ensino Superior. Além disso, o exame passou a ser feito por amostragem. A Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, que estabeleceu o Sinaes, dialogava com a meta 6 do Plano Nacional de Educação 2001-2011, vinculada à qualidade: "Institucionalizar um amplo e diversificado sistema de avaliação interna e externa que englobe os setores público e privado, e promova a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão acadêmica."

O chamado tripé avaliativo foi implantado, destinado a avaliar a qualidade do sistema a partir do estudante, do curso e da instituição, por meio de ciclos avaliativos trienais. Considerando etapas de análise e desenvolvimento, do estudante, do curso e da instituição de educação superior, os ciclos e seus resultados se tornaram um referencial básico para os processos de supervisão e regulamentação. O contexto de normatização foi avançando ao longo dos anos. O binômio expansão e avaliação, presente nas políticas públicas da educação superior, foi criando cenários de controle alicerçados em funções de regulamentação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e seus cursos, descrevendo e caracterizando competências e atividades para cada um dos envolvidos, criando comissões e outros órgãos de assessoramento para garantir o funcionamento estrutural de apoio à política pública visando à qualidade da oferta.

Abordaremos especificamente a questão da regulamentação e supervisão da Educação à Distância na seção 2.4 deste relatório.

1.2. Desafios contemporâneos

Entre os desafios contemporâneos herdados a partir dessa trajetória histórica, destacam-se a crescente concentração de matrículas em poucos grupos empresariais do ramo da educação, o crescimento de matrículas em instituições particulares com fins lucrativos e a virtual explosão das matrículas na educação à distância, que, a esta altura, já ultrapassaram as presenciais. Ao mesmo tempo, a democratização do acesso ao Ensino Superior segue sendo um desafio nacional, diante da clara sub-representação de alguns segmentos populacionais – a exemplo dos pretos, pardos e indígenas – a despeito das ações afirmativas adotadas nas últimas décadas.

2 Até 2017, a bolsa brasileira se chamava Bovespa. Após a fusão com a Cetip, passou a ser denominada B3.

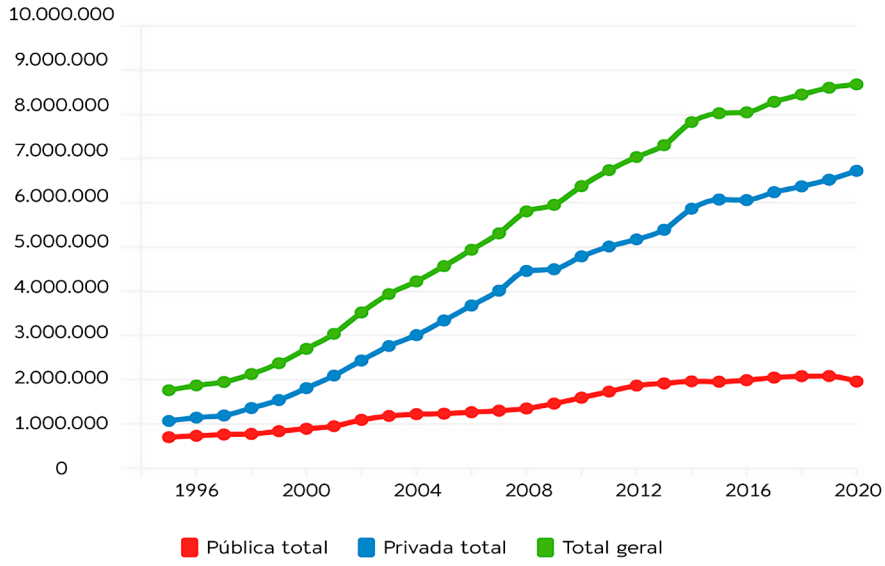
1.2.1. Concentração de matrículas em grupos privados de qualidade questionável

A concentração de matrículas em grandes grupos privados nas últimas décadas tem sido acompanhada por preocupação especial com a qualidade do ensino oferecido. Bielschowsky (2020), entre outros, mostrou associação entre concentração de matrículas e (má) qualidade de ensino. Com base nos microdados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), seu estudo constatou que dez grandes grupos privados foram responsáveis por 48,1% das matrículas em 2018. Praticamente a metade (49,1%) dos estudantes desses grupos estava em cursos cujo último conceito Enade era na faixa 1 ou 2 (cuja pontuação vai de 1 a 5), em uma escala de 5 pontos, contra 36,9% para os estudantes das outras 2.000 IES privadas e 15,8% dos estudantes das instituições públicas.

As matrículas nos dez maiores grupos privados também foram acompanhadas de maior evasão: 44,0% dos estudantes daquelas instituições foram desligados de seus cursos nos primeiros dois anos após a matrícula, comparados com 27,1% das outras IES privadas e 22,5% das públicas (voltaremos a este tema no Capítulo 3).

Analisando as duas pontas do período em que identificamos concentração no setor privado, a saber o período de 1995 a 2020, verifica-se que coincidiram com crescimento notável da participação das matrículas privadas, apesar dos avanços nas matrículas públicas. O número de matrículas no Ensino Superior cresceu de 1,76 milhões em 1995 para 8,68 milhões em 2020, ano que o INEP disponibilizou o último Censo da Educação Superior (INEP, 2022) (Figura 1). É relevante observar que no primeiro ano de pandemia de Covid-19, anunciada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020, o número de matrículas caiu ligeiramente nas universidades públicas, mas seguiu crescendo nas IES privadas, em especial na modalidade EaD, conforme será discutido nas próximas seções.

Figura 1 | **Evolução das matrículas no Ensino Superior**



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022).

De 1995 até 2020, o número de matrículas cresceu tanto no ensino público quanto no setor privado, passando, respectivamente, de 696 mil para 1,95 milhões e de 1,063 para 6,72 milhões. Os dados do Banco Mun-dial (THE WORLD BANK, 2021) indicam que, em 2019, o Brasil tinha uma taxa bruta[3] de matrículas no ensino superior de 55,1%, mais que o triplo do que o registrado em 1999. Isso aponta para uma melhora significativa de nosso desempenho na comparação com outros países nesse indicador, como mostra a Tabela 2.

Foi uma evolução considerável nestes 20 anos, de 1999 até 2019 alcançamos uma posição equivalente aos demais países da América Latina e Caribe, acima da taxa média mundial, mas ainda abaixo da maioria dos países desenvolvidos.

3 A taxa bruta de matrícula é igual a razão entre o número total de matriculados no ensino superior, independentemente da idade, e a população referente à faixa etária prevista para cursar esse nível de ensino.

Tabela 2 Taxa Bruta de envolvimento no Ensino Superior

	1999	2004	2009	2014	2019
Brasil	16,1	24,5	37,0	50,2	55,1
América Latina e Caribe	22,7	29,4	40,3	47,8	54,1
América do Norte	71,5	79,3	85,3	86,4	86,7
Argentina	48,8	65,5	70,2	81,0	95,4
Ásia Central e Pacífico	14,4	22,4	26,6	41,4	48,5
Chile	35,4	43,9	60,9	82,8	93,1
França	51,5	53,5	52,8	61,5	68,4
Itália	48,6	62,2	66,5	61,7	66,1
México	19,3	23,7	26,6	31,1	42,8
Portugal	44,9	55,7	62,6	65,5	67,9
Reino Unido	60,1	59,4	57,9	56,6	65,8
Rússia	51,9	70,6	75,3	78,5	86,4
União Europeia	48,0	58,2	63,6	66,5	73,1
Mundo	18,4	23,7	28,1	35,8	39,4

Fonte: Banco Mundial

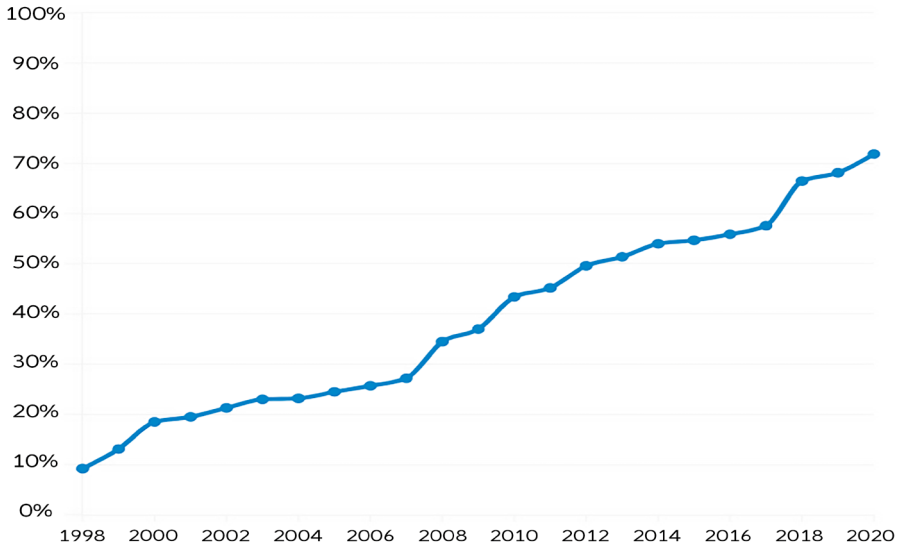
A evolução no crescimento das matrículas, entretanto, foi acompanhada pelo agravamento de problemas estruturais que podem ser atribuídos a três componentes principais, explorados a seguir.

1.2.2. Financeirização crescente do Ensino Superior privado

A financeirização é uma tendência que se manifesta na primeira década deste século, mas cujas origens remontam aos decretos federais de 1997, como já descrito anteriormente. A Figura 2 traz a evolução do percentual de estudantes matriculados em instituições com fins lucrativos, comparados com o total das IES privadas. É clara a concentração de matrículas em instituições com fins lucrativos, saindo de menos de 10% em 1998 no início do processo de financeirização para mais de 70% em 2020.

O Censo da Educação Superior de 2020 contabilizava 4,83 milhões de estudantes matriculados em instituições privadas com fins lucrativos, o que correspondia a 71,9% do setor privado. Indicando aprofundamento dessa tendência, os 2,6 milhões de ingressantes em instituições privadas com fins lucrativos corresponderam a 80,2% dos ingressantes nessas instituições em 2020. Esse foi o primeiro ano da pandemia de Covid-19, mantendo o crescimento deste segmento de IES privadas com fins lucrativos. Os efeitos da pandemia neste crescimento ainda precisam ser mais bem estudados e acompanhados.

Figura 2 | **Percentual de estudantes matriculados nas IES privadas com fins lucrativos**



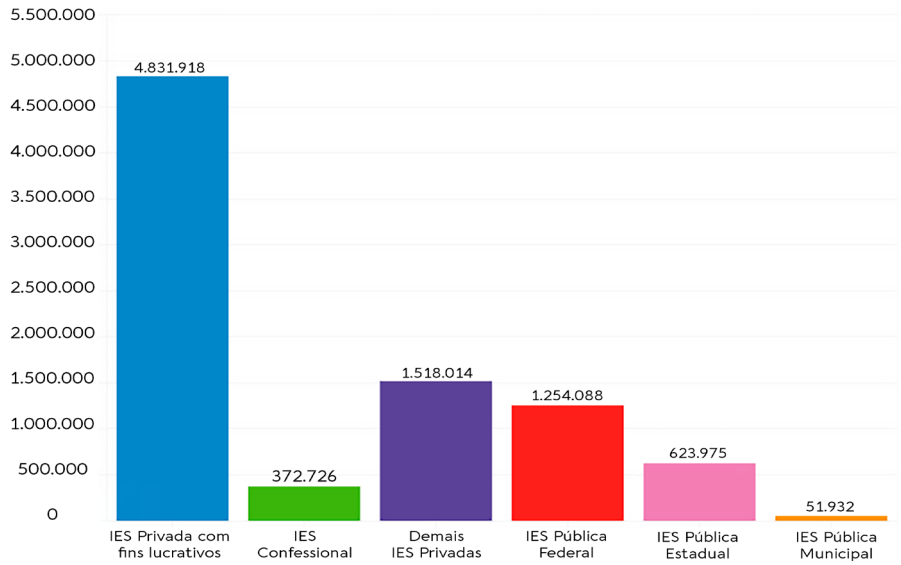
Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior (INEP, dados armazenados pelos autores, 2022).

No conjunto das matrículas no Ensino Superior, a proporção que se encontrava em 2020 em instituições privadas com fins lucrativos já ultrapassava 50% como mostra a Figura 3.

A criação de grandes grupos educacionais foi concomitante com a virtual estagnação das matrículas em outros tipos de instituição privada. A Figura 3 mostra como na década passada houve relativa estabilidade nas matrículas de outros segmentos privados, enquanto os estudantes das IES que hoje pertencem aos dez maiores grupos privados mais do que dobraram. Chamamos de grandes grupos privados aqueles cuja soma de matrículas em suas IES ultrapassavam a marca de cem mil estudantes pelo Censo da Educação Superior de 2020. Em nosso estudo, são dez os grupos que compõem este segmento.

Conforme fica demonstrado na Figura 4, as matrículas em instituições públicas cresceram de forma relevante ao longo do intervalo acompanhado, mas estiveram longe de rivalizar com os grandes grupos privados. O total de estudantes no segmento público chegou a ultrapassar 1,9 milhão em 2018, mas ficou abaixo desse patamar no ano mais recente pelos dados disponíveis. Nesta análise, os dados são comparados a cada biênio.

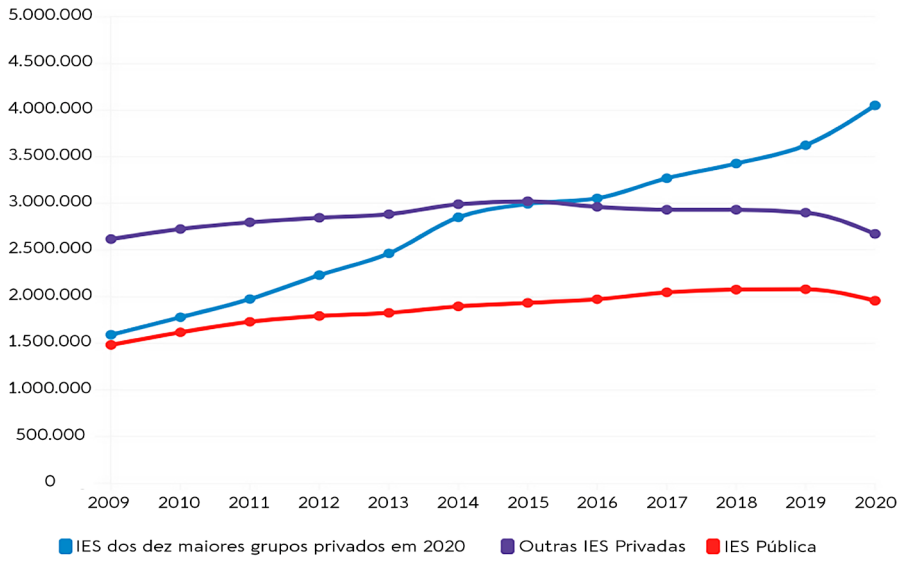
Figura 3 | **Matrículas no Ensino Superior em 2020**



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022).

Esta concentração de estudantes em grandes grupos continua crescente, atingindo, em 2020, um total de 3,88 milhões de matriculados, que corresponde a 45,3% do total de matrículas (públicas e privadas) e 2,47 milhões de estudantes inscritos, que corresponde a 60,3% do total de inscritos no Ensino Superior em 2020.

Figura 4 | **Estudantes matriculados em IES que pertenciam aos dez maiores grupos privados em 2020**



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior (INEP, dados armazenados pelos autores), 2022

A financeirização mudou a relação entre universidade e estudante, segundo alguns estudos. Foi superada nesse nicho de mercado a ideia de que o acesso ao Ensino Superior pode ser caminho para o cidadão expandir seus horizontes. A própria juventude perdeu espaço como público-alvo, a julgar pelas conclusões dos estudos de Mocarzel (2017, 2019) sobre a publicidade das instituições privadas. O autor pesquisou os discursos publicitários de instituições privadas de educação superior na revista Veja entre 1997 e 2016. "Foi a publicidade, acompanhando transformações mercadológicas, que começou a estimular a competição entre as instituições, a estabelecer padrões de consumo da educação muito próximos aos de consumo de bens e serviços", afirmou Mocarzel (2019, p. 2), para justificar seu interesse pela forma como as instituições privadas de Ensino Superior se comunicavam com seu público potencial.

Como parte dos resultados de sua investigação, o autor dividiu os tipos de propaganda em três períodos. O primeiro período vai de 1997 a 2001, denominado de "pré-financeirização". Este período é marcado pela baixa presença do setor nas páginas da revista Veja. O segundo período vai de 2003 a 2006, primeiros anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. É um período de transição. A grande virada aparece entre 2007 e 2016, com a "intensificação da visão da Educação Superior como objeto de consumo, inserida em um mercado altamente competitivo, em forte escalada de financeirização" (MOCARZEL, 2017, p. 163). Nesse período, as propagandas estão voltadas fortemente para os aspectos financeiros, mostrando que se transformaram muito mais em instituições financeiras do que educacionais.

> Acirrou-se a competição por alunos, facilitando as formas de pagamento e financiamento. Com a crise, programas como o FIES e o ProUni sofreram cortes e muitas instituições altamente dependentes sofreram fortes revezes. Por isso, iniciou-se, a partir desse cenário, uma disputa por novos alunos com um diferencial: as condições de pagamento. Instituições criaram linhas próprias de financiamento, independentes dos programas do Governo Federal, e surgiram, inclusive, empresas especializadas em crédito universitário. Para isso, usa-se figuras de prestígio, com forte apelo entre os jovens, para vender a ideia, como o apresentador Luciano Huck, para Anhanguera, e a cantora Ivete Sangalo, para o EaD Laureate. Ambas são artes veiculadas nas redes sociais, a primeira em 2016 e a segunda em 2017. (MOCARZEL, 2017, p. 189)

Como conclusão, o autor detecta três fenômenos que teriam marcado a publicidade das instituições privadas de Ensino Superior: desaparecimento da juventude, bancarização da publicidade e oligopolização do setor educacional.

> Em primeiro lugar, identificamos que quanto maior o processo de financeirização, menos a juventude aparece como personagem das peças. Esse desaparecimento da juventude marca uma passagem simbólica entre dois tipos de Ensino Superior. O antigo, cujo tipo ideal era o estudante jovem, e o atual, que busca abarcar todos os públicos, inclusive os mais velhos, como fica claro no Anúncio 18, da Estácio. Também observamos uma mudança no que se anuncia. Há uma bancarização da publicidade, com produtos finais à venda que não são aulas, diplomas, formações. As instituições privadas de Educação Superior se transformaram em financeiras, que têm no crédito educacional seu principal ativo. Ou seja, o ensino importa menos que o retorno financeiro, quando deveriam ser aspectos que caminhassem juntos. Por fim, identificamos uma oligopolização do setor educacional, em que só restarão poucos grupos, a partir do fenômeno das fusões e aquisições. E isto caminha também para a Educação Básica, no intuito de expandir mercados a partir de uma saturação em nível superior, com a desaceleração do financiamento público (MOCARZEL,

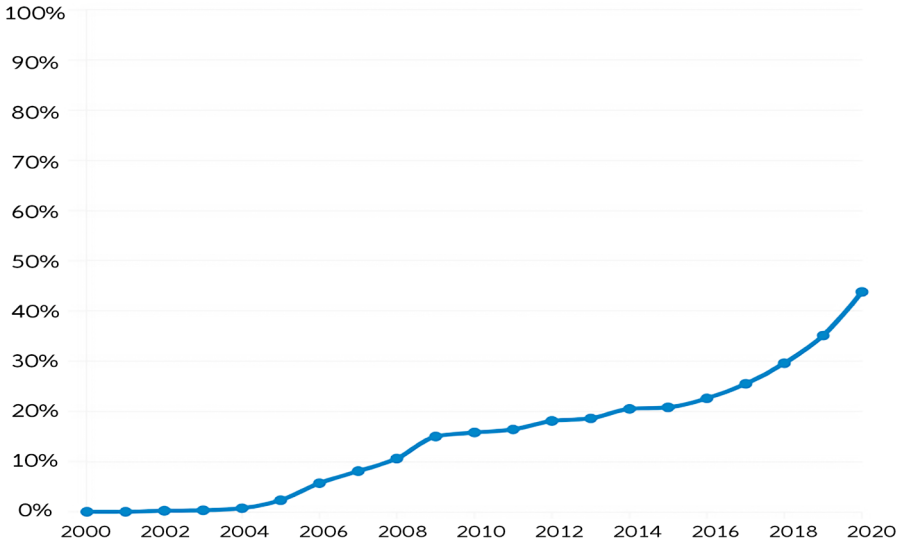
2017, p. 193)

Assim, fica visível, na análise das propagandas, o movimento de disputa de espaços de mercado realizado por instituições de caráter financeiro denominadas de instituições de educação superior.

1.2.3. Explosão da Educação à Distância (EaD)

O segundo problema estrutural associado à evolução no crescimento desproporcional das matrículas no setor privado é a explosão da Educação à Distância (EaD). O potencial inclusive dessa modalidade de ensino tem ficado em segundo plano na sua adoção acelerada pelas instituições privadas e, em especial, pelos grandes grupos privados. Entre 2001 e 2020, as matrículas em EaD no setor privado deixaram de ser residuais para representar perto de 45% do total do segmento, como mostra a Figura 5.

Figura 5 | **Percentual de estudantes matriculados em EaD no setor privado**



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior (INEP, dados armazenados pelos autores, 2022).

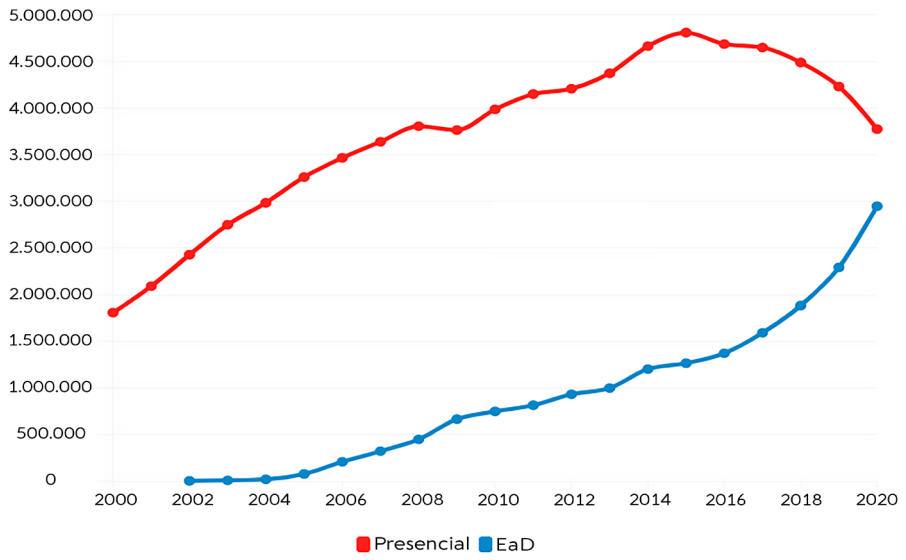
No tratamento dos dados do Censo da Educação Superior para a elaboração da figura acima, e outras figuras e tabelas utilizadas neste trabalho, corrigimos uma distorção nos microdados e sinopses da educação superior do INEP no período de 2006 a 2013 resultante da oferta de EaD da Universidade Estadual do Tocantins, que será abordada em maior detalhe na seção 3.4 deste relatório.

A trajetória da curva revela duas claras ondas de crescimento acelerado. A primeira delas, entre 2005 e 2007, foi acompanhada por uma intensa supervisão do Ministério da Educação (MEC), com o descredenciamento de algumas IES de baixa qualidade e o saneamento de outras, mudando o perfil da oferta. Nota-se uma segunda onda de expansão acelerada, de 2016 até 2020 (último dado disponível), estimulada por um processo de desregulamentação do setor. A aceleração dessa onda é ilustrada pelo fato de que, para 2020, dados do Censo da Educação Superior revelam que 60% de todos os estudantes que ingressaram no Ensino

privado neste ano o fizeram em cursos de educação à distância.

Essa segunda onda de expansão tem como subproduto o encolhimento na oferta de matrículas presenciais do setor privado (Figura 6). Entre 2015 e 2020, as matrículas presenciais experimentaram queda sustentada, revertendo a tendência de crescimento das décadas anteriores. Ao mesmo tempo, a curva que representa as matrículas em EaD apresentou aceleração, provavelmente ainda mais acentuada por conta da pandemia de Covid-19.

Figura 6 **Matrículas em cursos presenciais e com educação à distância nas IES privadas**



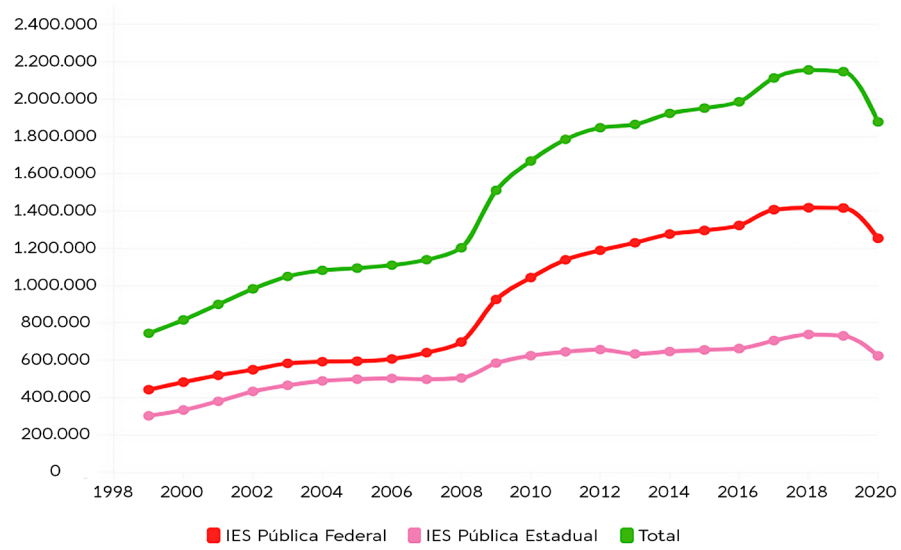
Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior (INEP, dados armazenados pelos autores, 2022).

A crescente utilização da educação à distância permite, por um lado, uma maior democratização do acesso ao Ensino Superior e pode ser realizada com qualidade acadêmica por IES públicas e privadas, como mostram inúmeras experiências exitosas no Brasil e no mundo. No entanto, nota-se que no Brasil ela tem sido utilizada, majoritariamente, como um instrumento de financeirização do Ensino Superior no país. Como discutiremos neste trabalho, 77% de todas as matrículas em EaD (IES públicas e privadas) e 81% de todos os novos ingressos em EaD no ano de 2020 foram realizados pelos dez grandes grupos privados, sendo que boa parte desta oferta está sendo feita em cursos/IES de baixa qualidade e com altíssimas taxas de evasão.

1.2.4. Gargalos do Ensino Superior público federal e estadual

O terceiro fator estrutural preocupante para o Ensino Superior brasileiro é a trajetória do setor público. O ciclo de crescimento inaugurado no final dos anos 2000 sofreu forte desaceleração nos últimos anos e chegou a apresentar reversão pela primeira vez em 2020. O número de matrículas encolheu nesse segmento, na comparação com o ano anterior, como mostra a Figura 7.

Figura 7 | **Estudantes matriculados nas IES Públicas Estaduais e Federais**



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior (INEP, dados armazenados pelos autores, 2022).

A expansão de matrículas nas IES públicas federais entre 2008 e 2017 está relacionada aos cursos criados entre 2006 e 2014. Num esforço coordenado, houve a expansão de matrículas presenciais, no âmbito do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), a criação de novas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), criação de novos campi dos Institutos Federais e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e o programa Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Para oferecer uma noção da magnitude dessa expansão, desenvolvemos uma medida específica. Classificamos todos os estudantes matriculados em 2019 de acordo com o ano de criação do curso que frequentavam. Um exemplo: um graduando cursando em 2019 Relações Internacionais na Universidade Federal de São Paulo foi representado como uma ocorrência para o ano de 2011 – o ano em que foi criado seu curso naquela instituição de Ensino Superior.

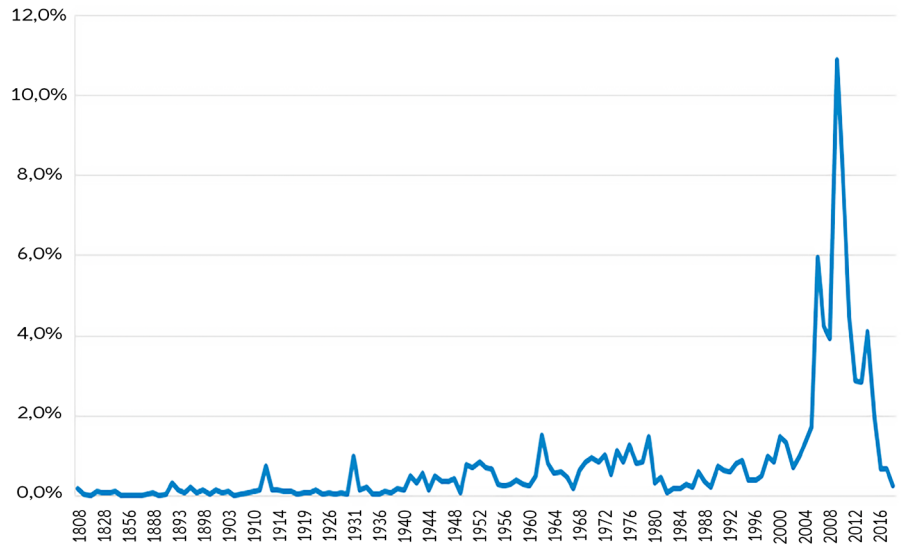
Assim, todos os matriculados em instituições federais em 2019 foram localizados a partir da criação de seu curso nas diversas instituições, como mostra a Figura 8.

Esta expansão procurou corrigir algumas distorções, como a forte concentração de matrículas das IFES nas capitais, que passou de 68,7% em 2004 para 48,7% em 2015.

Este ciclo de expansão se esgotou e, mais preocupante, o número de matrículas do setor público encolheu 6,6% entre 2019 e 2020, passando de 1,90 milhão de estudantes para 1,77 milhão. O número de estudantes novos encolheu 9,2%, passando de 519 mil para 472 mil estudantes. O percentual de matrículas por modalidade de ensino nas instituições públicas e privadas é apresentado na Figura 9.

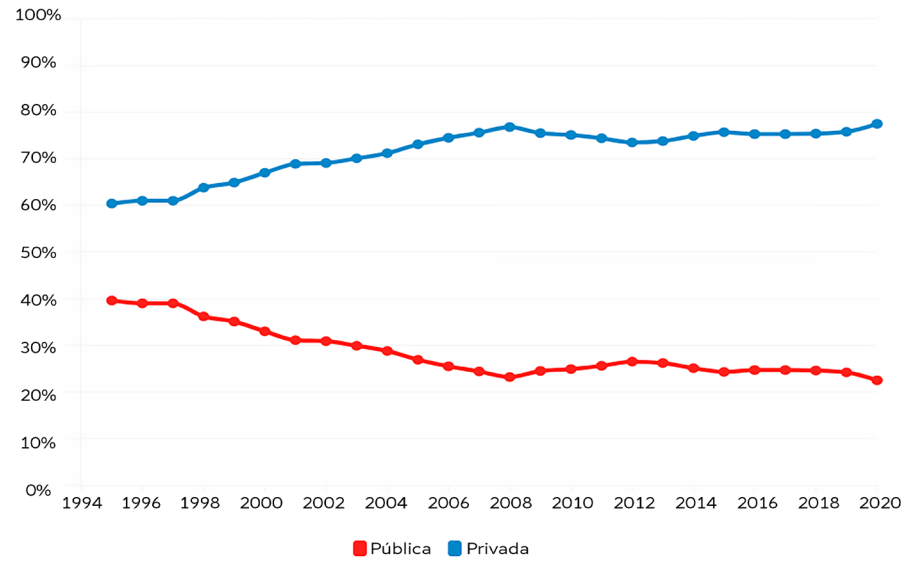
Nos últimos 25 anos, apesar dos investimentos e das iniciativas de expansão do setor público, agravou-se a distância entre a participação das matrículas públicas e privadas no Ensino Superior.

Figura 8 | Número de estudantes matriculados nas IFES em 2019 como função do ano de criação do curso em que está matriculado



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior (INEP, dados armazenados pelos autores, 2022).

Figura 9 | Percentual de matrículas presenciais e com educação à distância no Ensino Superior público e privado



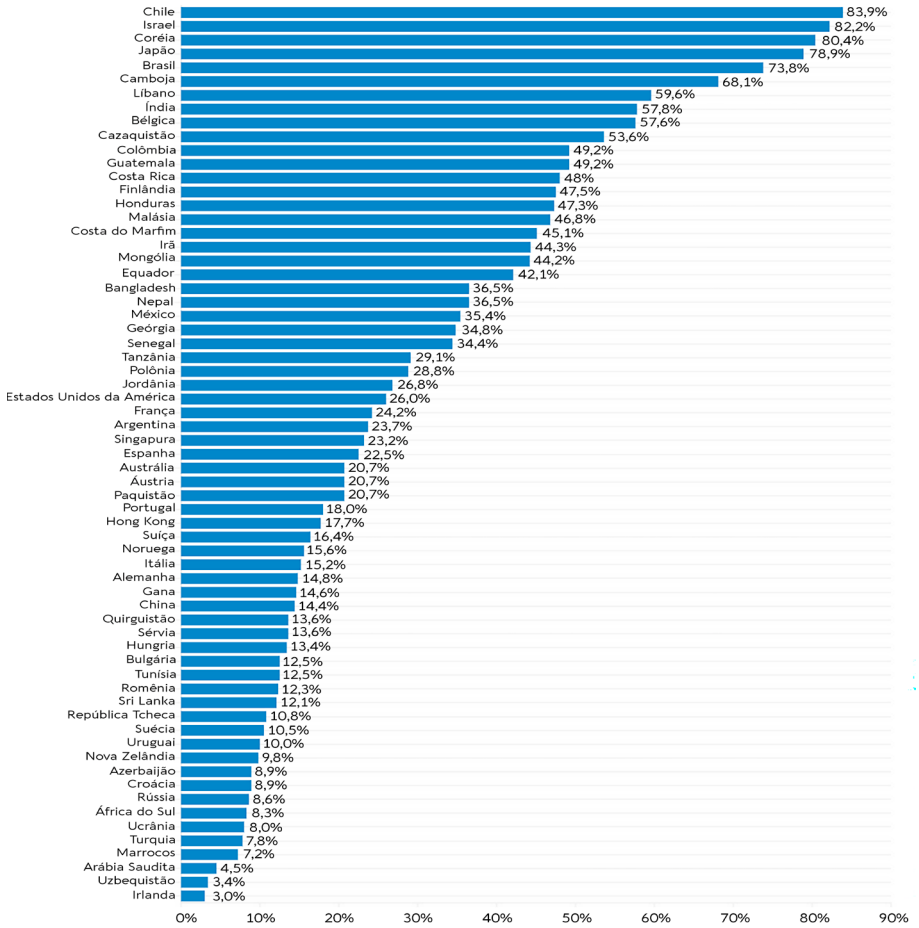
Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior (INEP, dados armazenados pelos autores, 2022).

Em 1995, seis de cada dez matrículas estavam em instituições privadas. Em meados dos anos 2000, as instituições privadas passaram a responder por oito de cada dez matrículas. Esse patamar tem se mantido, de forma geral, mas a distância voltou a se ampliar em 2020.

A trajetória das curvas reflete o impulso ao setor privado representado pelo Decreto nº 2.306, em 1997, que permitiu a criação de instituições com fins lucrativos. Esse segmento cresceu de 61% para 77% das matrí-culas entre 1997 e 2008. Entre 2008 e 2013, a proporção de matrículas privadas se estabilizou no patamar de 73% a 74%, por conta dos investimentos no setor público. Com o esgotamento desse ciclo de expansão, o percentual de matrículas do setor privado voltou a crescer, chegando a 78% em 2020.

O nível de participação do setor privado no Ensino Superior brasileiro está distante do padrão internacional, conforme mostra a Figura 10. Os dados são da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e se referem aos países com mais de 150 mil estudantes no Ensino Superior que possuíam este dado dos percentuais de participação do ensino privado no total para o ano de 2019.

Figura 10 | **Percentual do ensino privado em 2019 para diferentes países**



Fonte: Seki (2021)

Poucos países se aproximam das altas taxas do Brasil. A média de participação do ensino privado nos 11 países europeus contemplados nos dados da Unesco para 2019 é de 19,8%. Segundo Kwiek (2018, p. 2), o ensino privado na Europa não tem a mesma centralidade vista no Brasil. "Na maioria dos sistemas europeus, prestígio e alto ranking internacional estão correlacionados com pesquisa avançada, que geralmente não está associada com o ensino privado", informa o autor.

Os Estados Unidos igualmente estão longe do modelo brasileiro no Ensino Superior, com apenas 26% dos estudantes no Ensino Superior no ensino privado em 2019 (UNESCO, 2019). O caso dos Estados Unidos é ainda mais emblemático pela vigilância exercida sobre as instituições com fins lucrativos. Em 2012, frente a uma expansão do ensino privado de IES com essa característica, uma comissão do Senado divulgou investigação realizada por dois anos e concluiu pela ineficácia de boa parte desse segmento em termos educacionais. Foram propostas medidas de aumento de transparência, fortalecimento da supervisão e criação de proteções aos estudantes. Foi proposta a revisão do financiamento federal, apesar do caráter de empresa que tinham essas instituições (HELP, 2012).

O percentual pouco usual de estudantes concentrado no ensino privado, especialmente em instituições com fins lucrativos e em grandes grupos, associado a uma liberalização das regras de regulamentação e supervisão, impactando no crescimento acelerado dos cursos EaD, aponta para um quadro preocupante na trajetória de expansão do Ensino Superior brasileiro nos últimos anos.

CAPÍTULO 2

Quadro geral da oferta de ensino superior no Brasil em 2020

2. Quadro geral da oferta de Ensino Superior no Brasil em 2020

Neste capítulo, oferecemos uma visão ampla da oferta de Ensino Superior no país, sempre que possível utilizando os dados mais recentes do INEP, que correspondem aos microdados do Censo da Educação Superior de 2020 (Inep, 2022).

Para efeito de comparação, dividimos esta oferta em sete categorias de IES:

- IES públicas federais;
- IES públicas estaduais;
- IES públicas municipais;
- IES confessionais;
- Faculdades particulares, excetuadas as confessionais;
- Centros Universitários particulares, excetuadas as confessionais;
- Universidades particulares, excetuadas as confessionais.

Separamos as IES confessionais das demais IES privadas por apresentarem características diferenciadas, como uma antiga história de constituição e objetivos de formação muito próximos aos das universidades públicas.

Uma vez que o INEP não separa no Censo da Educação Superior as IES confessionais das demais IES privadas, esta categorização foi realizada pelos pesquisadores do Centro de Estudo Sou_Ciência, com base em diferentes informações coletadas nas páginas das instituições e em dados dos censos anteriores.

Acreditamos ser essa separação fundamental para permitir uma melhor compreensão do sistema universitário brasileiro.

Ressaltamos que a sinopse de dados do INEP agrega como instituição pública municipal duas categorias que constam no dicionário de dados desse Instituto como IES Pública Municipal, código 3 no campo TP_CATEGORIA_ADMINISTRATIVA, que contém 33 IES com 51.932 estudantes matriculados em 2020 e outra categoria denominada de Especial, com o código 7, em 2020 com 24 IES e um total de 26.622 estudantes.

Ambas as categorias somam 57 IES com 78.543 estudantes. Adotamos a mesma nomenclatura utilizada na sinopse do INEP, e agregamos os códigos 3 e 7 como IES públicas municipais.

2.1. Estudantes de graduação e docentes

A Tabela 3, que apresenta os dados do Censo da Educação Superior de 2020, no que tange aos seguintes indicadores: o número de IES em cada categoria; o número de estudantes matriculados em cursos presenciais, EaD e total; o percentual de estudantes matriculados e ingressantes em cursos EaD em relação ao total do grupo; a relação estudante/professor, incluindo aí todos os estudantes, presencial e EaD, e o percentual de docentes Doutores de cada categoria de IES.

Tabela 3 | **Número de IES, matrículas, relação estudante/docente equivalente a 40hs e percentual de docentes por categoria de IES em 2020**

Categoria de IES	Número de IES	Matrícula presencial	Matrícula EaD	Matrícula Total	% Matrícula EaD	% Ingressantes EaD	Relação estudante/professor equivalente 40hs	% Doutores em exercício
IES Confessional	126	343.188	85.945	429.133	20,0%	32,5%	34	44,8%
Universidade Particular (exceto Confessional)	70	1.153.248	1.691.155	2.844.403	59,5%	73,2%	103	32,5%
Centro Universitário Particular (exceto Confessional)	286	1.178.619	1.029.457	2.208.076	46,6%	63,6%	79	27,4%
Faculdade Particular (exceto Confessional)	1660	1.100.853	141.874	1.242.727	11,4%	18,0%	36	27,4%
IES Municipal	57	548.057	2.563	78.543	3,3%	7,1%	22	28,5%
IES Pública Estadual	124	1.175.197	75.918	623.975	12,2%	15,9%	16	63,0%
IES Pública Federal	118	343.188	78.891	1.254.088	6,3%	6,1%	11	73,6%
Todas as IES	2.441	5.575.142	3.105.803	8.680.945	35,8%	53,3%	34	48,6%

Fonte: Elaboração dos autores a partir de Durham (2003)

Em 2020, tivemos um total de 8,68 milhões de estudantes matriculados em 2.457 IES, dos quais 58,2% (5,05 milhões) estão em Universidades e Centros Universitários particulares não confessionais. Em relação ao número de estudantes ingressantes no Ensino Superior em 2020, de um total de 3,77 milhões, 70,4% entraram nas Universidades ou Centros Universitários particulares não confessionais.

O número de matrículas no Ensino Superior público presencial encolheu 6,6% de 2019 para 2020, passando de 1,90 milhão de estudantes para 1,77 milhão e o número de novos ingressantes encolheu 9,2%, passando de 519 mil para 472 mil estudantes. A participação percentual no total de matrículas presencial e EaD das IES públicas estaduais e federais e nas IES municipais encolheu de 23,9% em 2019 para 22,2 % em 2020 e a participação das instituições públicas no número de ingressos caiu de 15,8 % para 13,2%.

Para um quadro geral da distribuição das matrículas, a Tabela 4 mostra os matriculados em cursos de graduação de maior procura, o percentual de matrículas em EaD e o número de matrículas em IES públicas e privadas nas modalidades presencial e a distância, segundo o Censo da Educação Superior de 2020. Foram consideradas apenas as carreiras com mais de 100 mil matriculados no total, o que significa 68,2% de todas as matrículas no Ensino Superior.

Nota-se que dentre as carreiras com mais de 100 mil estudantes, aquelas com a maior proporção de oferta em EaD são Gestão de Pessoas (75,60%), Pedagogia (72,90%), Serviço Social (72,20%), Logística (72,10%), Educação Física (52,80%), Educação Física Licenciatura (52,40%), Contabilidade (51,00%), Administração (49,10%) e Sistemas de Informação (45,30%). Vale lembrar que os estudos em EaD exigem de seus matriculados muita autonomia intelectual e hábito de estudo, a realização de inúmeras atividades de leitura e interpretação de textos complexos de áreas específicas, que devem ser acompanhados por encontros virtuais ou tutoriais, muito bem planejados, do contrário podem deixar lacunas e provocar inclusive a evasão.

Tabela 4 | Estudantes matriculados nas principais carreiras em cursos presenciais e com EaD das IES públicas e privadas

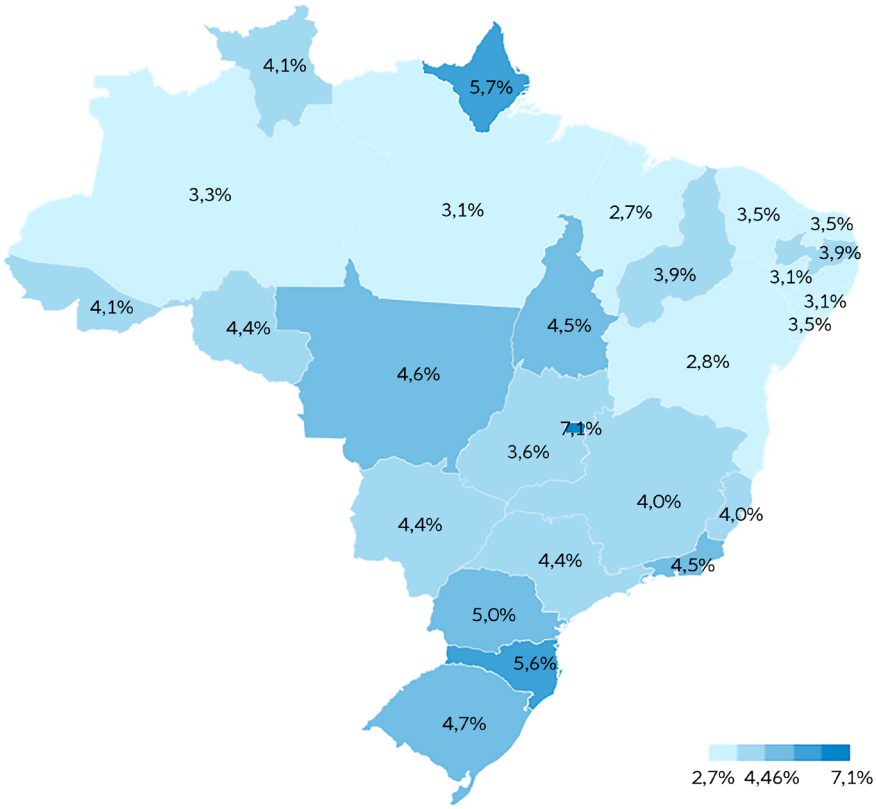
	Total Geral	% EaD	IES Privada Presencial	IES Privada EaD	IES Pública Presencial	IES Pública EaD
Pedagogia	816.427	72,9%	137.993	559.504	83.240	35.690
Direito	759.361	0,0%	676.715	33	82.613	-
Administração	626.813	49,1%	247.953	300.581	71.054	7.225
Contabilidade	351.194	51,0%	131.734	177.641	40.496	1.323
Enfermagem	334.779	17,8%	241.429	59.492	33.858	-
Psicologia	275.771	0,0%	250.051	110	25.610	-
Engenharia civil	234.333	12,5%	156.724	29.393	48.205	11
Educação física	231.508	52,8%	91.333	122.267	17.896	12
Sistemas de informação	209.202	45,3%	66.636	92.583	47.765	2.218
Medicina	204.279	0,0%	142.560	-	61.719	-
Gestão de pessoas	194.380	75,6%	45.070	146.809	2.427	74
Fisioterapia	175.991	9,0%	146.369	15.795	13.827	-
Farmácia	155.824	14,6%	107.718	22.820	25.286	-
Nutrição	148.264	22,3%	98.389	33.055	16.820	-
Odontologia	137.092	0,0%	115.886	-	21.206	-
Serviço social	132.615	72,2%	20.551	95.787	16.277	-
Educação física Licenciatura	132.201	52,4%	37.525	67.060	25.387	2.229
Arquitetura e urbanismo	130.638	2,9%	106.110	3.751	20.777	-
Engenharia de produção	128.319	28,5%	65.013	28.271	26.782	8.253
Medicina veterinária	116.931	0,1%	91.826	69	25.036	-
Engenharia mecânica	111.207	9,9%	67.107	10.980	33.120	-
Logística	106.188	72,1%	21.099	76.469	8.576	44
Biomedicina	102.475	25,1%	71.286	25.732	5.457	-
Agronomia	101.506	13,3%	36.319	13.504	51.683	-

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022).

Para ter qualidade, os cursos EaD precisam de Projetos Pedagógicos próprios, bem estruturados para a modalidade e com financiamento suficiente para ofertar uma qualificação profissional consistente. Além disso, de uma maneira geral, são poucas as oportunidades dos estudantes de EaD das IES privadas com grande número de estudantes de experimentarem atividades de iniciação científica, participação em projetos e programas de extensão, debates, palestras, eventos culturais, políticos etc.

Em relação à distribuição do total de matriculados no Ensino Superior por região do país, o Mapa 1 mostra o percentual de estudantes em relação à população dos Estados, onde se pode observar uma distribuição não homogênea de matrículas por região do país, também apresentado na Tabela 5.

Mapa 1 | Percentual de estudantes matriculados em cursos de graduação com relação à população do Estado



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022) e população dos Municípios (IBGE, 2021).

Tabela 5 | População, número de estudantes matriculados e percentual de matrículas com relação à população por região do país

Nome da Região	População da Região (IBGE)	Estudantes matriculados	% Matrículas com relação à população
Nordeste	57.667.842	1.828.899	3,20%
Norte	18.906.962	677.692	3,60%
Sudeste	89.632.912	3.881.595	4,30%
Centro-Oeste	16.707.336	769.790	4,60%
Sul	30.402.587	1.520.615	5,00%
Total	213.317.639	8.678.591	4,07%

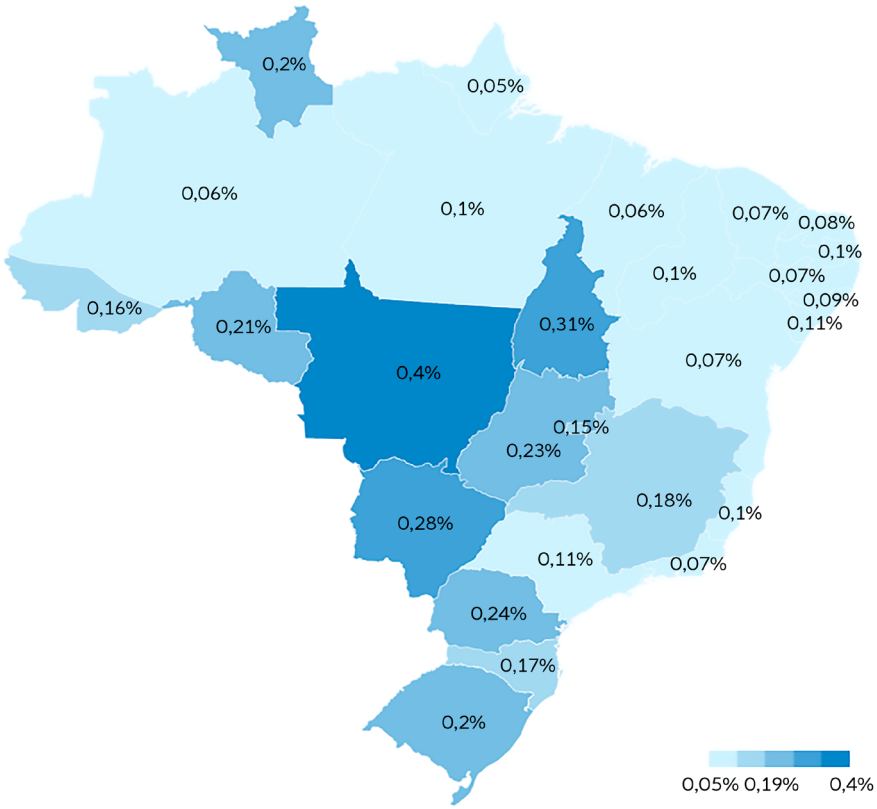
Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022) e população dos Municípios (IBGE, 2021).

Conforme visto na Tabela 5, temos uma desigualdade regional no país também no quesito percentual de estudantes matriculados no Ensino Superior, estando a região Sul com o maior percentual do país e a nordeste com o menor percentual.

Algumas carreiras mostram correlação entre o percentual de estudantes no Ensino Superior e a vocação daquela região, como é o caso da área de Agricultura, Silvicultura, Pesca e Veterinária, que parecem mais densas em regiões com maior potencial agrícola.

O Mapa 2 mostra o percentual de estudantes matriculados em cursos dessas áreas em relação à população do Estado, onde se nota prevalência em estados da região centro oeste e sul do país.

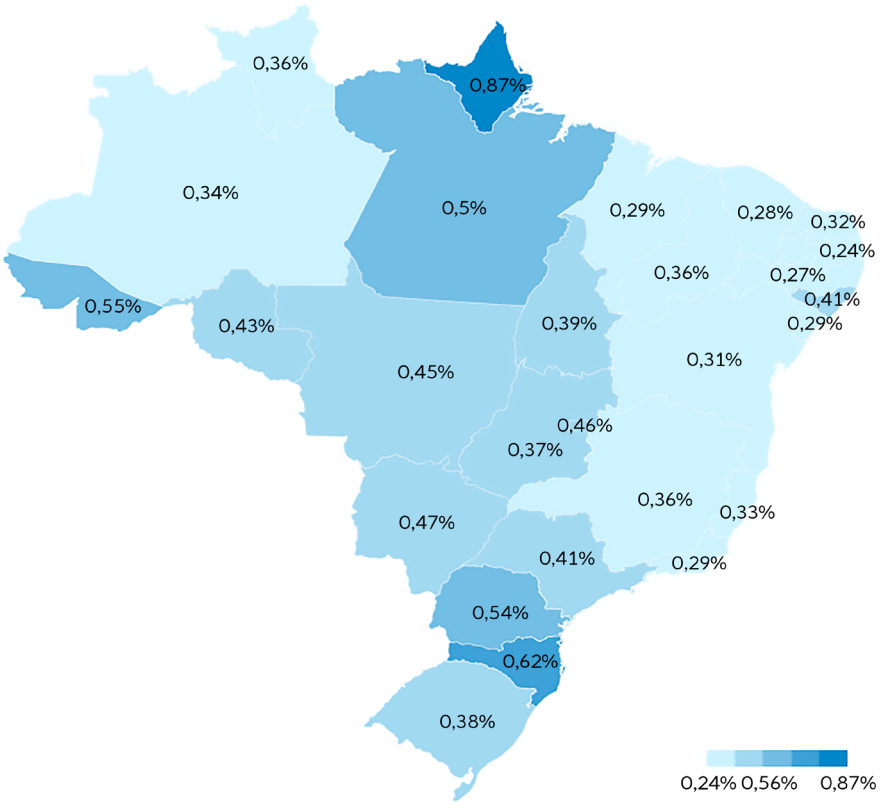
Mapa 2 | **Percentual de estudantes matriculados em cursos na área de Agricultura, Silvicultura e Veterinária com relação à população do Estado**



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022) e população dos Municípios (IBGE, 2021).

Outras carreiras apresentam distorções em sua oferta, como por exemplo a carreira de Pedagogia, que deveria ser razoavelmente homogênea. O Mapa 3 mostra o percentual de matrículas por Estado nesses cursos presenciais e a distância em relação à população do estado. Não nos parece simples explicar a diferença na distribuição percentual de estudantes matriculados em cursos de Pedagogia por habitante, seja no Amapá (0,87%), em Santa Catarina (0,62%), no Rio de Janeiro (0,29%) ou no Ceará (0,28%).

Mapa 3 | **Percentual de estudantes matriculados em cursos de Pedagogia com relação à população do Estado**



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022) e população dos Municípios (IBGE, 2021).

Ao tomarmos como referência a quantidade de professores existentes na educação infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental em 2021, e o percentual de docentes nesses níveis de ensino por habitante em cada Unidade da Federação, evidenciados na Tabela 6, é possível verificar que os estados com o maior percentual de docentes da educação infantil por habitante são Santa Catarina (0,84%), Mato Grosso do Sul (0,80%), Paraná (0,78%), Maranhão (0,74%), São Paulo (0,71%) e Piauí (0,71%).

Já os que apresentam a menor proporção são Goiás (0,49%), Acre (0,49%), Pernambuco (0,49%) e Rondônia (0,46%), locais em que deveriam existir uma maior quantidade de oferta de vagas e matrículas em cursos de Pedagogia para atender à demanda dos estudantes. Essa comparação mostra a distância entre a possível demanda por professores da educação básica e a oferta na Pedagogia que vem ocorrendo, o que indica a necessidade de maior planejamento para a formação de docentes no país.

Tabela 6 | Professores em exercício e estudantes matriculados na educação infantil nos Estados

Brasil e Região Geográfica	Unidade da Federação	Nº Docentes Educação Infantil (EF)	Nº Docentes EF Anos Iniciais	Total	% Docentes por UF presencial	% Docentes por habitante
Brasil	-	595.397	741.161	1.336.558	100%	0,63%
Norte	-	35.823	66.450	102.273	7,65%	0,54%
Norte	Rondônia	2.614	5.733	8.347	0,62%	0,46%
Norte	Acre	1.955	2.492	4.447	0,33%	0,49%
Norte	Amazonas	7.808	16.865	24.673	1,85%	0,58%
Norte	Roraima	1.439	2.703	4.142	0,31%	0,63%
Norte	Pará	16.343	28.932	45.275	3,39%	0,52%
Norte	Amapá	1.446	3.762	5.208	0,39%	0,59%
Norte	Tocantins	4.230	5.982	10.212	0,76%	0,64%
Nordeste	-	130.675	203.254	333.929	24,98%	0,58%
Nordeste	Maranhão	21.658	31.594	53.252	3,98%	0,74%
Nordeste	Piauí	8.236	15.085	23.321	1,74%	0,71%
Nordeste	Ceará	24.877	30.828	55.705	4,17%	0,60%
Nordeste	Rio Grande do Norte	7.916	11.439	19.355	1,45%	0,54%
Nordeste	Paraíba	8.986	14.175	23.161	1,73%	0,57%
Nordeste	Pernambuco	17.475	29.951	47.426	3,55%	0,49%
Nordeste	Alagoas	7.215	11.159	18.374	1,37%	0,55%
Nordeste	Sergipe	4.341	8.152	12.493	0,93%	0,53%
Nordeste	Bahia	30.105	51.174	81.279	6,08%	0,54%
Sudeste	-	282.238	295.231	577.469	43,21%	0,64%
Sudeste	Minas Gerais	52.999	71.936	124.935	9,35%	0,58%
Sudeste	Espírito Santo	12.506	15.510	28.016	2,10%	0,68%
Sudeste	Rio de Janeiro	37.204	54.520	91.724	6,86%	0,53%
Sudeste	São Paulo	179.591	153.381	332.972	24,91%	0,71%
Sul	-	109.017	117.476	226.493	16,95%	0,74%
Sul	Paraná	42.888	48.077	90.965	6,81%	0,78%
Sul	Santa Catarina	32.228	29.659	61.887	4,63%	0,84%
Sul	Rio Grande do Sul	33.939	39.806	73.745	5,52%	0,64%
Centro-Oeste	-	37.692	58.865	96.557	7,22%	0,58%
Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	9.166	13.460	22.626	1,69%	0,80%
Centro-Oeste	Mato Grosso	8.579	13.131	21.710	1,62%	0,61%
Centro-Oeste	Goiás	13.973	21.484	35.457	2,65%	0,49%
Centro-Oeste	Distrito Federal	5.987	10.822	16.809	1,26%	0,54%

Fonte: INEP – Censo Escolar da Educação Básica 2021; IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS; Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022).

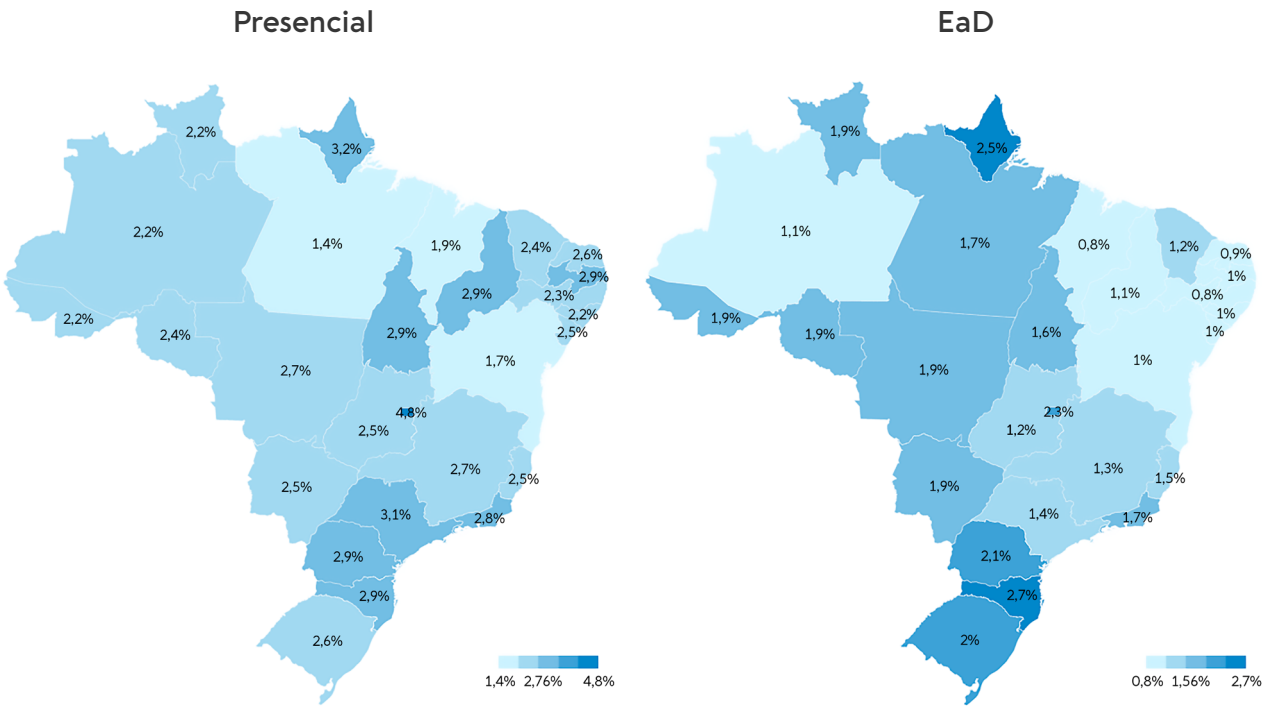
No que toca às matrículas nos cursos de graduação por modalidade de ensino, o Censo da Educação Superior de 2020 mostra que as 400 universidades particulares e centros universitários particulares têm mais que a metade das matrículas na modalidade de EaD e caminham para ampliar esta modalidade.

No caso das universidades particulares, em 2020, 70,0% das novas matrículas foram realizadas em cursos EaD. Neste mesmo ano, as 64 IES confessionais tiveram cerca de 1/3 de seus ingressantes na modalidade EaD e as 1.741 faculdades particulares ainda têm uma oferta essencialmente presencial, com apenas 11,7% de de seus estudantes matriculados em cursos EaD.

As IES públicas apresentam um baixo percentual na oferta de EaD, representando apenas 5,0% do total de estudantes matriculados no país e de 2,4% dos estudantes ingressantes no ano de 2020, uma consequência direta do "apagamento" do sistema Universidade Aberta do Brasil, que é o principal responsável pelo financiamento da EaD das públicas Federais e Estaduais.

O Mapa 4 mostra a comparação da distribuição percentual de matrículas em cursos presenciais (à esquerda) e EaD (à direita) em relação à população do Estado.

Mapa 4 | **Percentual de estudantes matriculados em cursos presenciais e com EaD com relação à população do Estado**

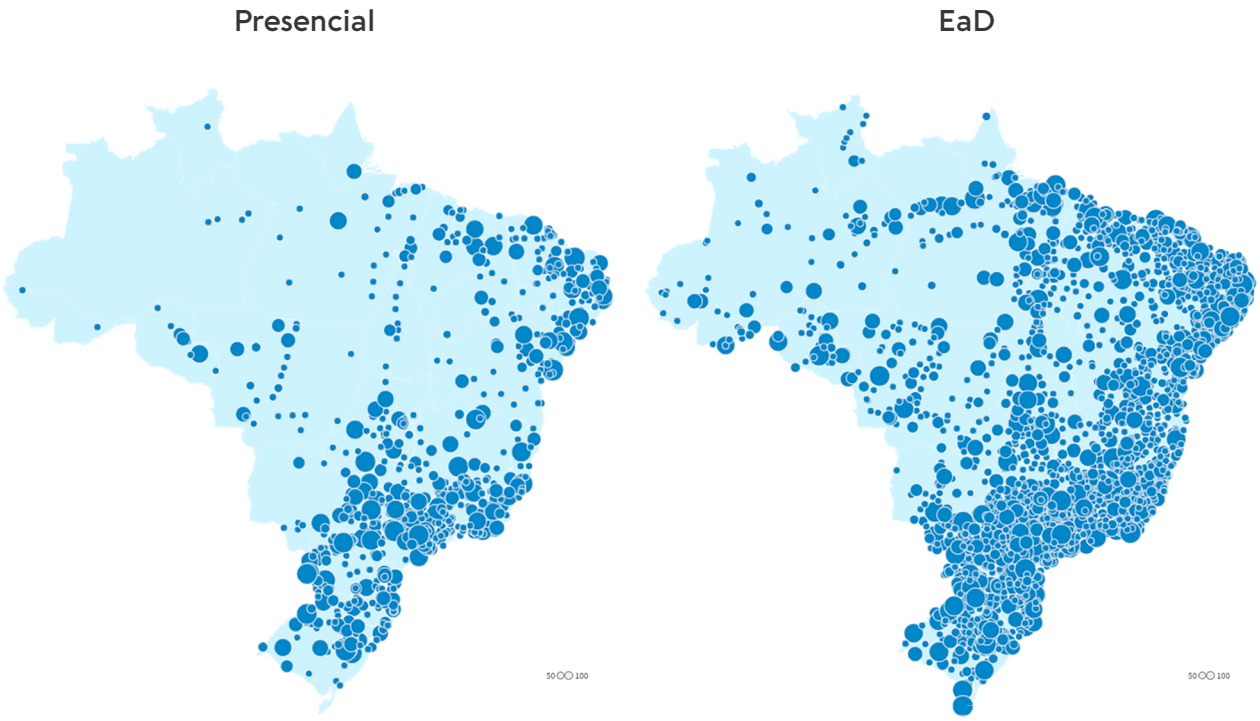


Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022) e população dos Municípios (IBGE, 2021).

Observamos uma diferença na distribuição percentual de matrículas do ensino presencial e da educação à distância, que traz consequências importantes na questão do desenvolvimento regional, e que serão abordadas em uma seção específica do Capítulo 3.

A educação à distância permite uma maior capilaridade da oferta de cursos de Ensino Superior, como mostra o Mapa 5, comparando a oferta de ensino presencial (à esquerda) e da EaD (à direita) das IES privadas.

Mapa 5 | Localização dos campi dos cursos presenciais e dos polos de EaD das IES privadas nos municípios

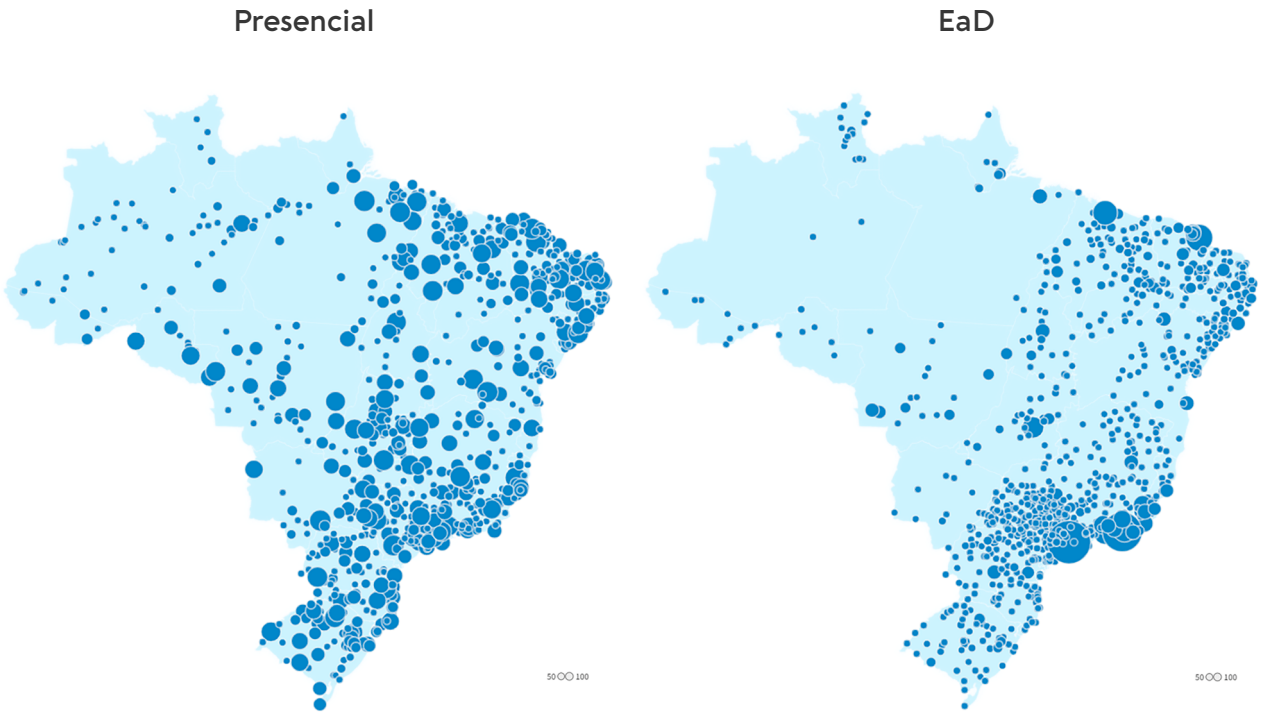


Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022).

Como mostraremos no Capítulo 3, embora a oferta de EaD das IES privadas possa contribuir para democratizar o acesso ao Ensino Superior, essa contribuição é controversa, visto que ela tem se concentrado em poucos grupos privados que, em alguns casos, formam estudantes cujo desempenho nas provas do Enade é baixo e possuem altíssimas taxas de evasão. Além disso, gera impacto negativo no desenvolvimento regional, conforme discutiremos mais adiante.

No Mapa 6, comparamos os municípios com oferta de Ensino Superior público presencial (à esquerda) e EaD (à direita) das IES federais e estaduais. A oferta de EaD destas IES ocorre, de uma maneira geral, por meio de polos regionais da Universidade Aberta do Brasil, uma parceria desse programa sediado na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) com as prefeituras municipais, que abrigam cursos de todas as IES públicas da região.

Mapa 6 | Localização dos campi dos cursos presenciais e dos polos de EaD das IES privadas nos municípios



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022).

Segundo o Censo da Educação Superior de 2020, as IES públicas possuíam 157 mil estudantes matriculados em EaD, representando apenas 5% da oferta global de EaD no país, e 48.300 estudantes ingressantes, o que representa apenas 2,4% do total de estudantes que ingressaram em cursos EaD no país em 2020. 57% dos ingressos na EaD pública ocorreram no Estado do Rio de Janeiro, nas IES que compõem o consórcio Cederj, e no Estado de São Paulo, na Universidade Virtual de São Paulo (Univesp), ambos sistemas majoritariamente financiados pelos respectivos governos estaduais.

As outras universidades públicas, que têm a EaD financiada apenas pelo sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB – Capes/MEC), tiveram participação de 43% da oferta pública em 2020, o que representa apenas 1,03% da oferta global de EaD no país.

Retomamos, agora, nos dados da Tabela 7, as informações apresentadas no início desta seção, mais especificamente na Tabela 3. Colocando luz sob os números referentes à relação entre alunos e professores - no que tange ao tempo de dedicação - e escolaridade do docente, por tipo de IES.

Tabela 7 | Número de IES, relação estudante/professor equivalente a 40hs e percentual de Doutores por categoria de IES

Categoria de IES	Número de IES	Relação estudante/professor equivalente 40hs	% Doutores
IES Confessional	126	34	44,8%
Universidade Particular (exceto Confessional)	70	103	32,5%
Centro Universitário Particular (exceto Confessional)	286	79	27,4%
Faculdade Particular (exceto Confessional)	1660	36	27,4%
IES Municipal	57	22	28,5%
IES Pública Estadual	124	16	63,0%
IES Pública Federal	118	11	73,6%
Todas as IES	2441	34	48,6%

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022).

Chama a atenção o alto número de estudantes por professor nas Universidades e Centros Universitários particulares, em média 91 estudantes por professor equivalente a 40 horas. Observamos um comportamento distinto nesse quesito das IES confessionais, que possuem 34 estudantes por professor equivalente a 40 horas, e também das demais faculdades particulares, com 36 estudantes por professor, aproximando-se da relação estudante por professor equivalente a 40 horas das IES municipais (22).

As IES públicas estaduais e federais têm uma relação bem mais baixa, respectivamente de 16 e 11 estudantes por professor, sendo que, nas públicas estaduais e federais os professores têm, de uma maneira geral, maior carga em pesquisa e extensão, conforme abordaremos mais adiante.

É de se notar, ainda, como o percentual de doutores das IES públicas estaduais (63,0%) e federais (73,6%) é mais do que o dobro em relação às universidades particulares (32,5%), centros universitários particulares (27,4%) e faculdades particulares (27,4%).

As IES municipais precisam ser compreendidas em sua especificidade, de modo a analisarmos sua proximidade média em relação às IES particulares no que diz respeito ao percentual de docentes com doutorado (28,5%). As IES confessionais, novamente, se destacam em relação às outras particulares por apresentarem um número maior de docentes com doutorado (47,8%).

2.2. Envolvimento com a pós-graduação e pesquisa

A Tabela 8 apresenta os dados agregados a partir das informações disponibilizadas pela Capes, tais como número de estudantes em programas de Mestrado e Doutorado, Docentes que participam destes programas, número de programas pelas categorias anteriormente pesquisadas de classificação das IES. Incluímos também as ofertas que não são realizadas pelas IES, separadas em instituições públicas e privadas.

Tabela 8 | **Estudantes, número de programas de Pós-Graduação, docentes envolvidos na Pós-Graduação por categoria de IES**

	Número de estudantes	Número programas de Pós-Graduação	Número de docentes	Número IES com programas de Pós-Graduação	Número total de IES	% IES com programas PG	Estudantes de graduação em 2020	Alunos de pós-graduação / (total alunos = graduação + pós-graduação)
Instituições de pesquisa públicas que não têm estudantes de graduação	8.840	143	3.672	71	-	-	-	-
Instituições de pesquisa privadas que não têm estudantes de graduação	3.668	39	813	32	-	-	-	-
IES Confessional	23.963	262	4.042	26	64	40,6%	429.133	5,3%
Universidade Particular (exceto Confessional)	21.409	351	5.156	69	71	97,2%	2.844.403	0,7%
Centro Universitário Particular (exceto Confessional)	5.329	81	1.132	54	296	18,2%	2.208.076	0,2%
Faculdade Particular (exceto Confessional)	8.328	95	1.903	48	1.722	2,8%	1.242.727	0,7%
IES Municipal	1.597	29	431	6	57	5,1%	78.543	2,0%
IES Pública Estadual	96.789	1.012	26.149	42	129	73,7%	623.975	13,4%
IES Pública Federal	225.923	2.392	57.970	108	118	83,7%	1.254.088	15,3%
Todas as IES	395.846	4.404	100.455	456	2.457	18,6%	8.680.945	4,4%

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022) e Dados Abertos Capes (CAPES, 2022).

Na Tabela 8 verificamos que apenas uma pequena parcela da oferta (172 programas, 4,1% do total) não está presente em instituições com estudantes de graduação, ou seja, a pós-graduação é essencialmente executada em Instituições de Ensino Superior no país. De forma expressiva, 81,9% dos estudantes de pós-graduação stricto sensu estão em instituições públicas; 6.0% em instituições confessionais e apenas 8.8% nas demais instituições privadas.

Observamos uma significativa diferença no esforço de participação da pós-graduação e pesquisa das IES confessionais quando comparada com as demais IES particulares, conforme discutiremos ao longo deste texto.

As IES públicas federais e estaduais têm uma média de 14,7% do seu total de estudantes em cursos de pós-graduação, nas IES municipais esse percentual de estudantes é de apenas 2%, bem inferior àquele das IES públicas federais e estaduais.

As IES confessionais têm 5,1% do total de estudantes em cursos de pós-graduação, destacando-se a oferta das demais IES privadas, com média de apenas 0,6% (0,8% nas universidades privadas, 0,2% nos centros Universitários e 0,7% nas faculdades particulares).

Os Centros Universitários, de maneira geral, têm um baixíssimo envolvimento na oferta de cursos de pós-graduação, sendo de apenas dois estudantes de pós-graduação para 1000 matriculados.

Em particular, vale a pena avaliar o percentual de estudantes e programas de pós-graduação entre as universidades, que são as instituições que normativamente são obrigadas a oferecer cursos e programas regulares de pós-graduação stricto sensu. A Tabela 9 compara esses valores.

Tabela 9 | Número de estudantes em programas de mestrado e doutorado em Universidades por categoria de IES

	% Estudantes em programas de Pós-Graduação	Estudantes de Pós-Graduação	Estudantes de Graduação	Total de Matrículas
Universidade Confessional	8,0%	23.293	267.941	291.234
Universidade Particular (exceto Confessional)	0,7%	21.409	2.844.403	2.865.812
Universidade Pública Estadual	15,0%	95.485	540.447	635.932
Universidade Pública Federal	15,0%	210.891	1.030.521	1.241.412
Universidade Municipal	4,4%	1.446	31.435	32.881
Todas as Universidades	7,0%	352.524	4.714.747	5.067.271

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022) e Dados Abertos Capes (CAPES, 2022).

Observamos, inicialmente, que 77% dos estudantes de pós-graduação do país estão nas Universidades federais e estaduais, responsáveis pelo grosso da pesquisa científica realizada no país.

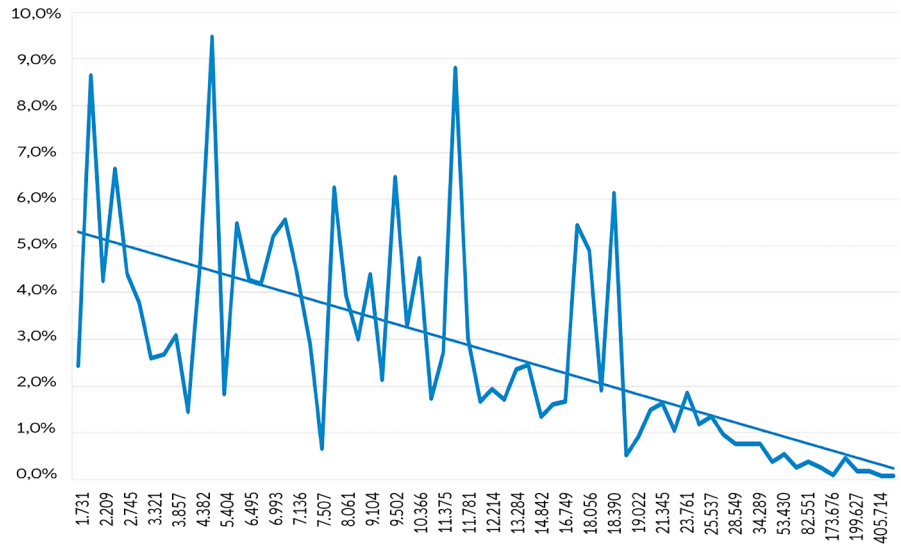
Chama a atenção o baixo número de estudantes de pós-graduação das Universidades particulares (excetuando-se as confessionais), apenas 8 estudantes para cada 1.000 matriculados, ao passo que são 80 nas Confessionais (11 vezes mais), 150 nas Públicas Estaduais (20 vezes mais) e 170 nas Públicas Federais (23 vezes mais).

Aparentemente, as Universidades particulares têm seus cursos de pós-graduação apenas para "cumprir a regra", ou seja, para que possam ser autorizadas ao funcionamento na categoria administrativa da Universidade.

Por outro lado, o percentual de estudantes de mestrado e doutorado não é homogêneo entre as 69 universidades particulares, que não são confessionais e têm estudantes de pós-graduação, como mostra a Figura 11, que correlaciona o percentual de estudantes de pós-graduação stricto sensu (eixo y) com o número de estudantes totais destas universidades particulares não confessionais (eixo x).

A Figura 11 indica que as instituições com os maiores números de estudantes não são as que, necessariamente, têm mais estudantes de pós-graduação.

Figura 11 | **Percentual de estudantes matriculados em cursos de mestrado e doutorado em relação ao total de estudantes das Universidades particulares não confessionais**



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022).

Conforme visto, esse percentual é menor que 0,5% para as dez universidades com mais de 50 mil estudantes matriculados, sendo que as duas com mais de 400 mil estudantes tem um percentual de apenas 0,1%, em outras palavras, apenas um estudante em cada 1000 matriculados está fazendo um curso de mestrado ou doutorado nas duas IES que congregam, em 2020, cerca de 10% do total de matrículas em cursos de graduação no país. Voltaremos a esta questão no Capítulo 3.

Analisando aquelas com mais estudantes de pós-graduação, 12 possuem mais de 5% de seus estudantes em cursos de pós-graduação e em duas esse número chega a quase 10%, o que mostra que nesse ambiente competitivo do setor privado não confessional existe espaço financeiro para uma maior contribuição ao esforço de pós-graduação e pesquisa do país.

Por outro lado, destaca-se nesses dados a importante contribuição das Universidades confessionais para a pós-graduação e pesquisa, visto que elas apresentam 8,0% de seus estudantes em programas de pós-graduação.

Comparamos na Tabela 10 o número de professores das IES cadastrados como docentes na Capes, ou seja, que participam de programas de pós-graduação stricto sensu.

Podemos observar que a maioria dos docentes das IES públicas federais e estaduais atuam em programas de pós-graduação stricto sensu (73,6 e 63%, respectivamente), enquanto este percentual cai para 18,3% nas IES confessionais; 11,4 % nas universidades particulares; 7,5% nas IES municipais e apenas menos de 3% para os centros universitários e faculdades particulares.

Mais uma vez, vemos como as universidades confessionais se comportam diferente das instituições particulares.

Tabela 10 | Docentes em exercício e docentes que atuam em programas de Mestrado e Doutorado por categoria de IES

Categoria de IES	Docentes em exercício (2020)	Docentes que atuam na Pós-Graduação (2020)	% Docentes que atuam na Pós-Graduação	% Doutores
IES Confessional	22.068	4.042	18,3%	44,8%
Universidade Particular (exceto Confessional)	45.758	5.156	11,3%	32,5%
Centro Universitário Particular (exceto Confessional)	53.403	1.132	2,1%	27,4%
Faculdade Particular (exceto Confessional)	73.730	1.903	2,6%	27,4%
IES Municipal	6.034	450	7,5%	28,5%
IES Pública Estadual	47.211	26.149	55,4%	63,0%
IES Pública Federal	118.085	62.258	52,7%	73,6%
Todas as IES	366.289	101.090	27,6%	48,6%

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022) e Dados Abertos Capes (CAPES, 2022).

2.3. Enade e evasão

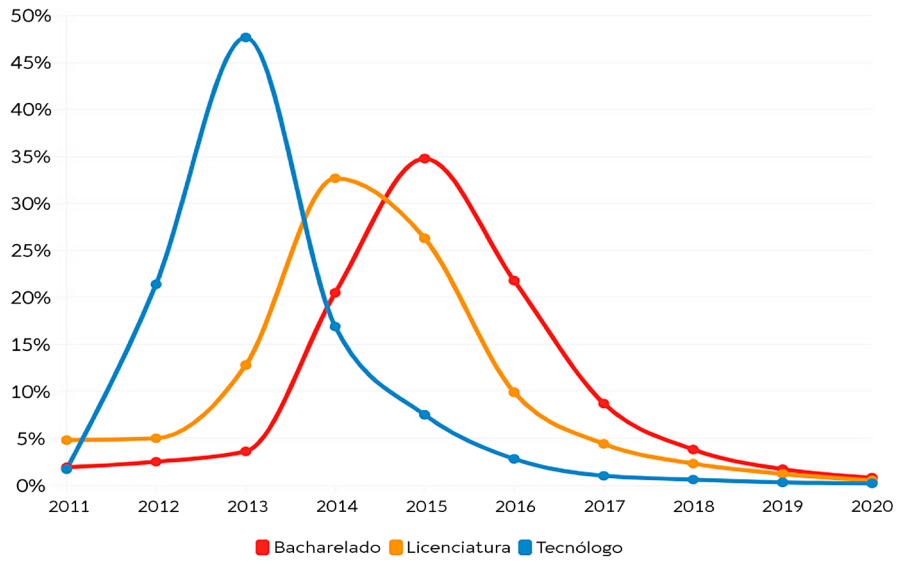
Nesta seção, vamos avaliar o desempenho dos estudantes do Ensino Superior tendo em vista os seus resultados no Enade para o último ciclo de exames, que ocorreu nos anos de 2017, 2018 e 2019.

Cada ano refere-se a um determinado conjunto de cursos, completando o ciclo em três anos com a totalidade dos cursos avaliados. Em 2019, tivemos provas para algumas carreiras que também foram avaliados em 2017, como, por exemplo, os cursos de Engenharia. Nestes casos, utilizamos os resultados mais recentes de 2019. Devido à pandemia, os exames de 2020 e 2021 não foram realizados.

O estudo de trajetória dos estudantes do INEP (2022) indica um tempo médio de conclusão de curso de cerca de 5 anos, e depende criticamente do tipo de curso.

A Figura 12 mostra o percentual de concluintes como função do tipo de curso para estudantes que ingressaram em 2011.

Figura 12 | **Percentual de concluintes por ano para ingressantes em 2011**



Fonte: Elaboração própria com dados do Estudo de Fluxo da Educação Superior (INEP, 2022).

No caso dos cursos de bacharelado e licenciatura, um terço dos estudantes leva mais de cinco anos para concluírem seus cursos. Isto significa que, ao analisarmos os resultados dos estudantes no Enade nos exames do ciclo de 2017 a 2019, observamos o desempenho de estudantes que ingressaram, em média, entre 2013 e 2015, mas, também, os estudantes de cursos de Bacharelado e Licenciatura que ingressaram antes de 2013.

Uma vez que a situação do Ensino Superior privado no país se alterou muito desde 2013, teremos com estes resultados apenas uma visão parcial da situação atual na oferta do ensino privado.

Veremos os resultados do Enade para o ciclo 2017 a 2019 de duas formas: na primeira, vamos calcular o percentual de estudantes que fizeram o exame em cursos que obtiveram conceito Enade 1 ou 2, em uma faixa que vai de 1 a 5.

Na segunda, determinamos os valores do Enade proporcional de cada grupo de IES como (BIELSCHOWSKY, 2018):

$$\text{Enade proporcional da IES} = \frac{\sum(\text{Enade do curso} \times \text{Número de participantes})}{\text{Total de participantes}}$$

O Enade proporcional de cada IES referente ao ciclo avaliativo 2017-2019 é calculado pela soma dos produtos da nota obtida no Enade por curso desta IES em um determinado ano do ciclo 2017-2019 pelo número de participantes na prova do Enade daquele curso naquele ano, dividida pelo total de participantes no Enade da IES no ciclo avaliativo.

Por exemplo, supondo-se uma IES que teve a participação de 30 estudantes do curso de pedagogia em 2017, 40 estudantes no curso de administração em 2018 e 25 estudantes no curso de educação física em 2019, sendo que os cursos obtiveram, respectivamente, os conceitos 2, 3 e 2 no Enade. O Enade proporcional dessa IES será calculado como:

$$\text{Enade proporcional da IES} = \frac{[(30\times2)+(40\times3)+(25\times2)]}{(30+40+25)} = 2{,}42$$

Também calculamos o Enade proporcional referente ao ciclo avaliativo 2017-2019 separando os cursos EaD e presencial. Nesses casos, o numerador soma apenas os cursos da referida modalidade e o denominador traz o total de participantes na referida modalidade.

Para este momento, analisaremos as médias dos Enade proporcionais das IES em cada grupo. A Tabela 11 mostra esses resultados (Enade proporcional e estudantes em cursos com Enade 1 ou 2) distribuídos nas diferentes categorias, onde colocamos apenas os alunos participantes em cursos que obtiveram conceito Enade (excluídos os cursos sem conceito).

Tabela 11 **Número de concluintes participantes, valor do Enade proporcional e percentual de estudantes em cursos com Enade 1 ou 2 nos exames de 2017 a 2019 por categoria de IES**

Categoria de IES	Concluintes participantes	Enade proporcional	% Estudantes em cursos com Enade 1 ou 2
IES Confessional	88.660	2,62	17,3%
Universidade Particular (exceto Confessional)	296.904	2,13	42,4%
Centro Universitário Particular (exceto Confessional)	289.061	2,16	39,6%
Faculdade Particular (exceto Confessional)	189.736	1,98	52,2%
IES Municipal	17.499	1,94	51,8%
IES Pública Estadual	83.866	2,70	23,2%
IES Pública Federal	180.091	3,16	11,6%
Todas as IES	1.145.817	2,34	35,5%

Fonte: Elaboração própria com dados do Enade (INEP, dados armazenados pelos autores, 2022).

Podemos observar um desempenho destacado das IES federais, estaduais e das IES confessionais tanto no percentual de estudantes concluintes em cursos com Enade 3, 4 ou 5 quanto no Enade proporcional.

As IES privadas trazem os piores resultados: dos 788 mil estudantes das IES particulares não confessionais que fizeram o Enade entre 2017 e 2019 (Universidades, Centros Universitários e Faculdades), 43% (345 mil) estavam em cursos com Enade 1 ou 2, bem acima dos 15,2% das IES públicas federais e estaduais, com o agravante que este baixo desempenho ocorre também nas universidades particulares que deveriam, por ter alcançado esta classificação, obter melhores resultados.

Cabe observar, mais uma vez, que o desempenho dos estudantes das IES particulares não é homogêneo, pois algumas IES particulares apresentam um bom desempenho de seus estudantes no Enade.

Chama de novo a atenção o bom desempenho dos estudantes das IES confessionais, no mesmo patamar das IES públicas federais e estaduais.

Vejamos a questão da evasão, que discutiremos em maior detalhe no Capítulo 3, onde descreveremos a metodologia adotada.

Determinamos o percentual de estudantes ativos no final de 2019, com ingresso ao longo de 2018, lembrando que, de uma maneira geral, os estudantes entram no primeiro ou no segundo semestres do ano e, neste sentido, este percentual refere-se a estudantes ativos ou diplomados em até 2 anos (Tabela 12).

Tabela 12 **Percentual de estudantes ativos ou concluintes no final de 2019 tendo entrado ao longo do ano de 2018 por categoria de IES**

Categoria de IES	% Estudantes ativos ou concluintes em 2019 tendo entrado em 2018
IES Confessional	63,3%
Universidade Particular (exceto Confessional)	43,4%
Centro Universitário Particular (exceto Confessional)	49,5%
Faculdade Particular (exceto Confessional)	55,3%
IES Municipal	67,6%
IES Pública Estadual	70,2%
IES Pública Federal	70,6%
Todas as IES	52,5%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados Censo da Educação Superior de 2018 e 2019 (INEP, dados armazenados pelos autores, 2022.)

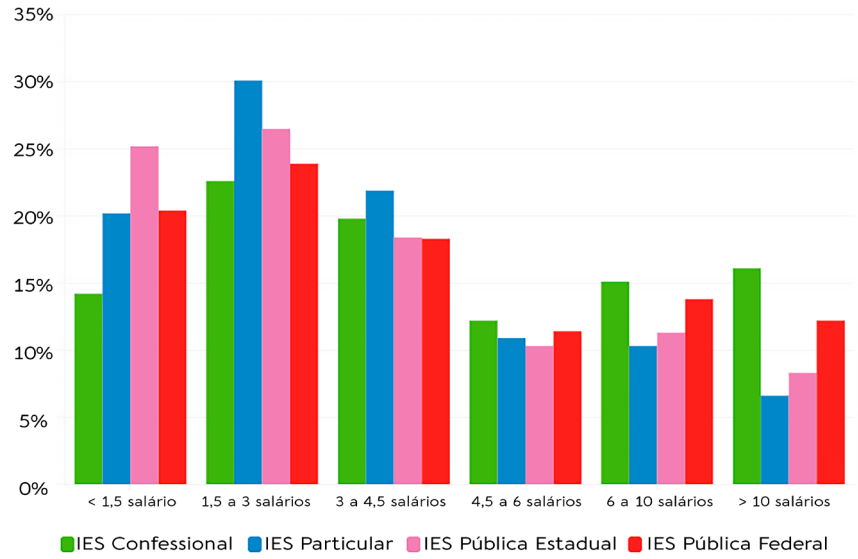
Observamos um percentual de permanência bem superior dos estudantes das IES públicas federais, estaduais e municipais daqueles das universidades particulares. Chama a atenção que apenas 43,4% dos estudantes das universidades particulares não confessionais estão ativos em até dois anos de curso. No Capítulo 3, analisaremos em maior profundidade estes motivos.

2.3.1. Perfil socioeconômico dos diplomados

Um dos argumentos muito utilizados por alguns grupos para justificar o baixo desempenho no Enade na permanência dos estudantes nas IES privadas é que nestas estão os estudantes oriundos de famílias de perfil socioeconômico baixo. Para avaliar esta questão, precisamos utilizar os dados do Enade, uma vez que o Censo da Educação Superior não traz informações do perfil socioeconômico dos estudantes.

Na Figura 13, comparamos o perfil socioeconômico das IES públicas estaduais e federais com aquele das IES privadas não confessionais (Universidades, Centros Universitários e Faculdades) e das IES confessionais, que compõem, juntas, cerca de 98% do total de alunos.

Figura 13 | Perfil de renda dos concluintes participantes do Enade de 2017, 2018 e 2019



Fonte: Elaboração própria com dados do Enade (INEP, dados armazenados pelos autores, 2022.)

A Figura 13 mostra que nas IES públicas há um percentual ligeiramente maior de estudantes com renda familiar menor do que 1,5 salário-mínimo; um percentual ligeiramente menor de estudantes com renda familiar entre 1,5 a 10 salários-mínimos; e um percentual ligeiramente maior para 10 salários-mínimos ou mais.

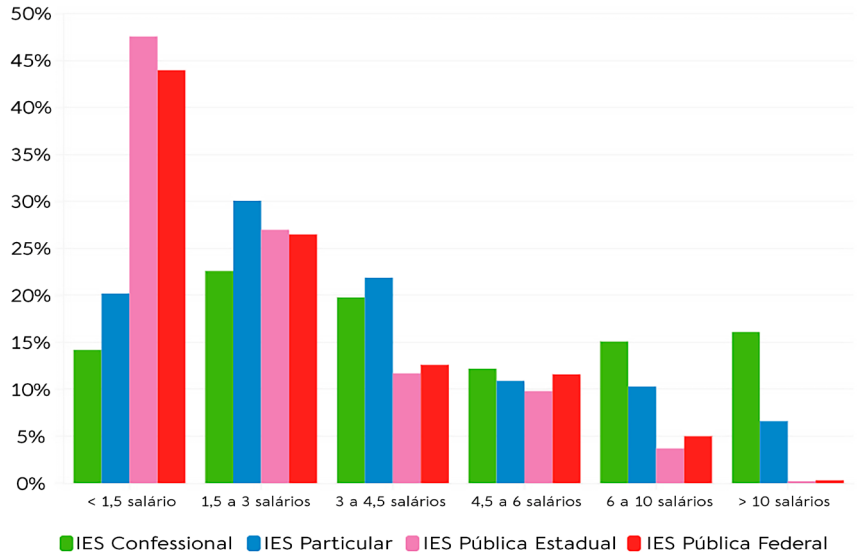
A maior parte dos estudantes possui renda familiar de até 3 salários-mínimos, sendo 54,6% dos matriculados nas IES estaduais, 52,9% dos matriculados nas privadas (exceto confessionais), 47,8% dos matriculados nas IES federais e 40,7% dos matriculados nas IES confessionais nessa faixa.

Essa distribuição em termos de renda familiar por tipo de IES não se mostra significativa para explicar as diferenças de desempenho no Enade nas universidades públicas comparado com as privadas.

O perfil socioeconômico dos estudantes das IES públicas vem se alterando de forma marcante nos últimos anos, fruto do regime de cotas que favorece estudantes de renda mais baixa, e que apresentam percentuais de diplomação equivalentes aos não cotistas (SOU_CIÊNCIA, 2021).

É interessante comparar o perfil socioeconômico apenas dos alunos cotistas das IES públicas Estaduais e Federais com os demais alunos das IES particulares, que está apresentado na Figura 14.

Figura 14 | **Perfil de renda apenas dos estudantes cotistas que participaram do Enade de 2017, 2018 e 2019 com todos os estudantes das demais IES particulares**



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados do Enade de 2017, 2018 e 2019 (INEP, dados armazenados pelos autores, 2022.)

Considerando apenas os alunos cotistas, e considerando o perfil desses estudantes das IES públicas Federais diplomados entre os anos de 2017 e 2019, observamos que 71.5% têm renda familiar inferior a 3 salários-mínimos. Isso aponta para um perfil socioeconômico menos favorecido para os estudantes das IES públicas federais e estaduais quando comparado com aquele das IES privadas.

Estes dados referem-se a estudantes ingressantes entre 2013 e 2015, quando o regime de cotas ainda estava em fase de implementação, mas incluíam também estudantes ingressantes antes de 2013 conforme mencionamos anteriormente.

Trabalho recente do Centro de Estudos SoU_Ciência (2021) mostrou um percentual equivalente de estudantes diplomados cotistas e não cotistas, ou seja, indica a pertinência do regime de cotas para vencermos as profundas e históricas desigualdades sociais do país.

2.4. Comentários gerais

Em linhas gerais, podemos agregar os dados apresentados e tecer algumas conclusões iniciais.

A Tabela 13 apresenta o percentual de estudantes ativos/concluintes, o percentual de estudantes em cursos com Enade 1 ou 2, o percentual de docentes que atuam na pós-graduação, o percentual de docentes com doutorado, o percentual de estudantes em programas de pós-graduação e a relação estudante professor equivalente a 40 horas nos diferentes grupos de IES.

Tabela 13 | **Dados percentuais agregados sobre estudantes, cursos, docentes e envolvimento em programas de Mestrado e Doutorado**

Categoria de IES	% Estudantes ativos ou concluintes	% Estudantes em cursos com Enade 1 ou 2	% Docentes que atuam na PG	% Doutores	% Estudantes em programas de PG	Relação estudantes de Graduação e Pós-Graduação por professor equivalente a 40 hs
IES Confessional	63,3%	17,3%	18,3%	44,8%	5,3%	36
Universidade Particular (exceto Confessional)	43,4%	42,4%	11,3%	32,5%	0,7%	104
Centro Universitário Particular (exceto Confessional)	49,5%	39,6%	2,1%	27,4%	0,2%	79
Faculdade Particular (exceto Confessional)	55,3%	52,2%	2,6%	27,4%	0,7%	36
IES Municipal	67,6%	51,8%	7,5%	28,5%	2,0%	22
IES Pública Estadual	70,2%	23,2%	55,4%	63,0%	13,4%	18
IES Pública Federal	70,6%	11,6%	52,7%	73,6%	15,3%	13
Todas as IES	52,5%	35,5%	27,6%	48,6%	4,2%	35

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022), Dados Abertos Capes (CAPES, 2022) e dados armazenados pelos autores do Enade e do Censo da Educação Superior (INEP).

A Tabela 13 mostra, de forma inequívoca, que os estudantes das IES públicas federais e estaduais apresentam melhores resultados no Enade e menores taxas de evasão, além dessas IES terem uma relação de estudantes/professores destacadamente mais favoráveis ao ensino. Essas instituições congregam a maior parcela dos cursos de pós-graduação do país, e consequentemente da pesquisa científica, e têm mais do que o dobro do percentual de doutores das IES privadas.

Estes resultados destacam também o trabalho das IES confessionais, que apresentam em todos os aspectos resultados mais favoráveis que aqueles das demais IES particulares, como o desempenho de seus estudantes no Enade, sua permanência, participação na pós-graduação e pesquisa e o percentual de docentes doutores.

Chama a atenção a diferença de desempenho das IES municipais (INEP, código 3 no campo categoria administrativa) e outras (INEP, código 7 no campo categoria administrativa) e outras (INEP, código 7 no campo categoria administrativa). Visto que o INEP agrega em sua sinopse as IES que tem o código 3 como sendo as públicas municipais.

Observamos uma grande distância nos diferentes parâmetros entre as IES particulares (Universidades, Centros Universitários e Faculdades) em relação às demais categorias consideradas - públicas estaduais e federais, IES municipais e IES confessionais. As primeiras apresentam os piores resultados no Enade do ciclo 2017-2019, visto que 42,4% de seus concluintes estavam em cursos avaliados com Enade 1 ou 2, o equivalente a cerca de 2,2 milhões de estudantes.

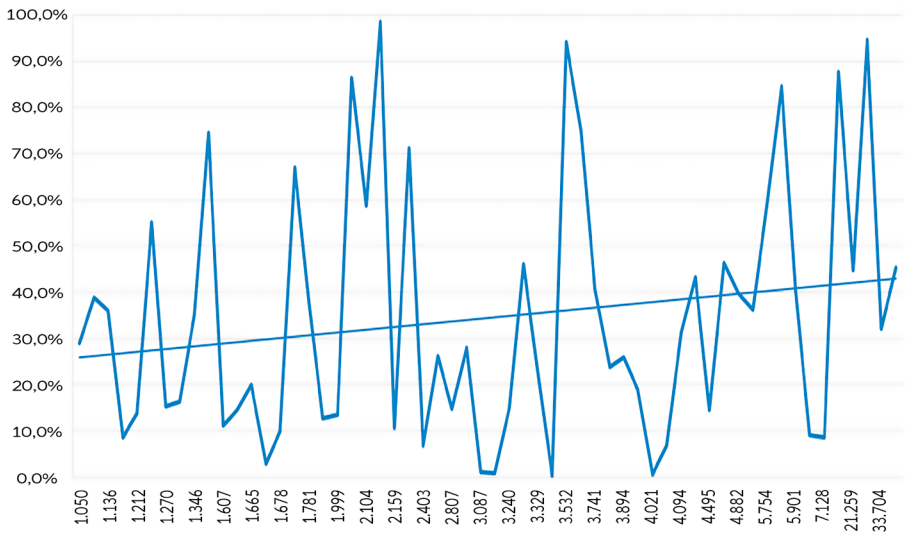
Preocupa, em particular, a alta taxa de evasão das IES particulares, destacando-se que apenas 43,5% dos estudantes das universidades privadas, que entraram ao longo do ano de 2018, ainda estavam ativos em 2019.

Chama a atenção também a baixíssima participação das IES particulares não confessionais no ensino de pós-graduação e na pesquisa, em especial das universidades particulares não confessionais, onde apenas 0,8% de seus estudantes estão em cursos de mestrado ou doutorado, e apenas 11,3% de seus docentes participam de programas de pós-graduação stricto sensu.

Finalmente é importante mencionar que estamos tratando de médias. Conforme mencionado anteriormente, a diferença no percentual de estudantes de mestrado e doutorado varia muito entre as universidades privadas não confessionais.

Na Figura 15, mostramos para as IES particulares não confessionais o percentual de estudantes concluintes com conceito Enade insuficiente (1 ou 2), para cursos com mais de mil participantes de todas as IES privadas, como função do número de estudantes participantes. Consideramos apenas aquelas IES que tiveram mais de mil estudantes concluintes no ciclo Enade 2017-2019.

Figura 15 **Percentual de concluintes participantes do Enade 2017 a 2019 em cursos com conceito 1 ou 2 das Universidades particulares não confessionais em função do número de estudantes de graduação**



Fonte: Elaboração própria com dados do Enade (INEP, dados armazenados pelos autores, 2022.).

A Figura 15 também mostra diferenças marcantes de desempenho no Enade entre as Universidades privadas não confessionais e uma correlação entre os resultados obtidos e o número de concluintes da IES no ciclo Enade – o que reflete, por outro lado, o número de estudantes matriculados nessas IES.

Nota-se que em seis Universidades particulares há mais do que 80% dos formandos com conceito Enade insuficiente, enquanto que várias outras, participando nas mesmas condições de competição, apresentam menos de 20% de concluintes com conceito Enade insuficiente.

Uma conclusão importante se apresenta neste estudo: abaixo das médias por categoria que consideramos aqui, por exemplo da categoria Universidades particulares não confessionais, temos uma grande diversida-

de de resultados, indicando claramente que é sempre necessário ter uma atenção especial para aquelas IES que, segundo estes resultados, têm como meta um ensino de qualidade e participação no esforço de pós-graduação e pesquisa do país. Este é o caso, de uma maneira geral, das IES confessionais, conforme apontam os resultados analisados ao longo deste Capítulo sendo também o caso de algumas IES privadas não confessionais.

Esses resultados nos conduzem a um questionamento sobre o atual sistema de regulamentação e supervisão do Ensino Superior do país, mais especificamente, cabe perguntar por que o sistema regulatório permite, sem maiores constrangimentos, o funcionamento de Instituições que, sob o mesmo sistema de competição global, apresentam altos índices de evasão e baixo desempenho de seus estudantes nas provas do Enade e diferenças tão marcantes quanto à sua contribuição ao esforço de ensino de pós-graduação e pesquisa.

Observamos, de uma maneira geral, que o desempenho global tem correlação com o número de estudantes da IES, e de uma maneira mais ampla, do número de estudantes das IES que compõem os maiores grupos educacionais do país. Por conta disso, faremos uma análise minuciosa da oferta destes grupos no Capítulo 3 e uma discussão sobre a natureza destes grupos no Capítulo 4.

CAPÍTULO 3

Efeito da expansão das IES privadas no Brasil

3. Efeitos da expansão das IES privadas no Brasil

Já apontamos na introdução deste relatório como a expansão da educação superior brasileira nas últimas décadas possui problemas estruturais que podem ser compreendidos a partir de três componentes principais: a concentração dessa expansão em grupos privados com fins lucrativos, o crescimento da EaD e a estagnação/retração da educação superior pública.

No Capítulo 2, trouxemos um quadro diagnóstico da educação superior brasileira atual, com dados do Censo da Educação Superior de 2020 e do ciclo avaliativo do Enade 2017-2019. Neste, observamos como há uma clara diferença nas condições e resultados da oferta da educação superior pública em relação à privada e, nesta, as diferenças entre IES confessionais e as universidades, centros universitários e faculdades privadas não confessionais.

Questionamo-nos por que o sistema regulatório permite sem maiores constrangimentos o funcionamento de IES privadas com altos índices de evasão, baixo desempenho de seus estudantes nas provas do Enade e pequena contribuição ao esforço de ensino de pós-graduação e pesquisa.

Neste capítulo, vamos observar os efeitos dessas diferenças, analisando a concentração das matrículas nos grandes grupos privados, as taxas de evasão e as relações entre baixo desempenho no Enade e as condições acadêmicas de oferta.

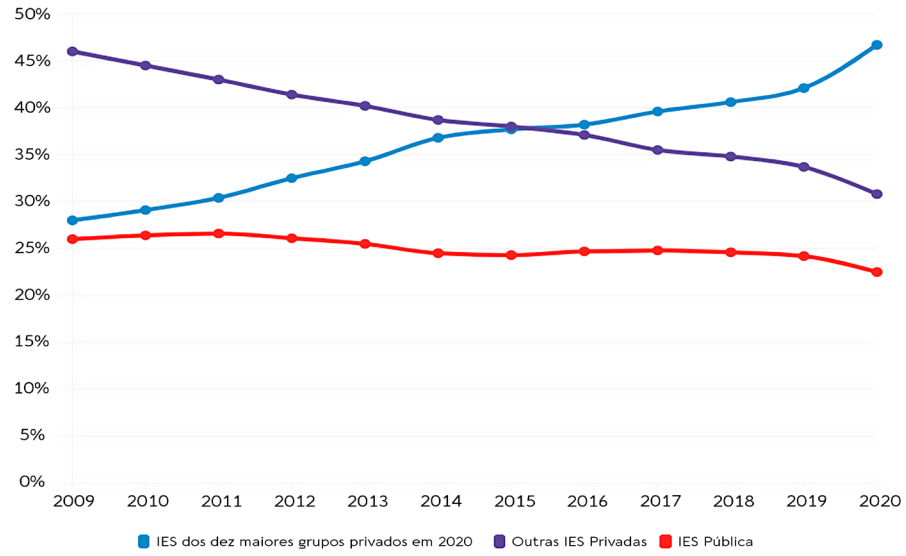
3.1. O efeito da concentração de matrículas em grandes grupos privados e EaD nos resultados acadêmicos

Conforme destacamos no Capítulo 2, a expansão da oferta das IES privadas deu-se principalmente pela concentração de matrículas em poucos grupos educacionais que foram, ao longo dos anos, adquirindo diferentes instituições e crescendo em tamanho na relação com as outras instituições. Como a maneira de coletar os dados do INEP não inclui informações que permitam identificar os grupos educacionais detentores das mantenedoras das IES, foi necessário de nossa parte um minucioso trabalho de consulta a diferentes fontes para agregar as IES em grandes grupos. Nós cruzamos os dados do Censo da Educação Superior referente às IES e suas mantenedoras com as informações constantes nas páginas dos grupos educacionais e no sistema e-MEC para associar as IES/mantenedoras a seus respectivos grupos educacionais. O caráter manual deste trabalho faz com que os números apresentados neste capítulo estejam sujeitos a alguma margem de erro[4].

Na Figura 16, mostramos a evolução do percentual de estudantes matriculados no ensino superior nas IES que hoje compõem os dez maiores grupos privados, comparado com aqueles das demais IES privadas e das IES públicas. Os dez maiores grupos considerados tinham mais de 100 mil estudantes matriculados em 2020, os demais identificados tinham menos de 10 mil estudantes em 2020.

4 Os dez maiores grupos educacionais apontados nesta pesquisa são: Kroton, Estácio, Unip, Leonardo da Vinci, Cruzeiro do Sul, Ânima, Ser Educacional, Unicesumar, Uninter e UNINOVE. Outros grupos também foram identificados, mas para as análises aqui realizadas, trabalhamos apenas com os dez maiores em número de matrículas, com mais de 100 mil alunos matriculados em 2020.

Figura 16 | Número de estudantes matriculados em IES que pertenciam em 2020 aos dez maiores grupos privados



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior (INEP, dados armazenados pelos autores, 2022.).

Observa-se não apenas o crescimento do número de matrículas nas IES que em 2020 compõem os dez maiores grupos, mas também um forte encolhimento nas demais IES privadas entre 2019 para 2020, que passaram de 2,90 milhões de matriculados em 2019 para 2,67 milhões em 2020.

A Tabela 14 mostra o percentual de matrículas em cursos presenciais e EaD dos dez grandes grupos, comparado com as demais IES públicas e privadas, bem como o percentual de estudantes ingressantes em cursos presenciais e EaD destes dez grandes grupos, comparado com as demais IES públicas e privadas.

Tabela 14 | Matrículas e ingresso na educação superior em 2020 (presencial, EaD e total) nos dez maiores grupos, demais IES privadas e IES públicas

	Matrícula presencial	% do total	Matrícula EaD	% do total	Matrícula Total	% do total	Ingresso presencial	% do total	Ingresso EaD	% do total	Ingresso Total
Dez grandes grupos	1.565.118	28,1	2.485.740	80,0	4.050.858	46,7	654.272	37,2	1.672.975	83,3	2.327.247
Demais IES Privadas	2.210.790	39,7	462.691	14,9	2.673.481	30,8	623.593	35,5	287.704	14,3	911.297
IES Pública	1.799.234	32,3	157.372	5,1	1.956.606	22,5	478.825	27,3	48.300	2,4	527.125
Total	5.575.142	100	3.105.803	100	8.680.945	100	1.756.690	100	2.008.979	100	3.765.669

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022)

Chama a atenção que em EaD os dez maiores grupos privados detêm 80,0% das matrículas e 83,3% dos ingressos em 2020, e um percentual bem menor (28,1%) de matriculados em cursos presenciais. No global, as IES destes grupos detêm 46,7% de todas as matrículas do Ensino Superior público e privado, com 60,2% das matrículas do setor privado e 71,8% dos ingressos no Ensino Superior das IES privadas em 2020.

A Tabela 15 traz o número de matrículas e ingressos em cada mantenedora destes grandes grupos privados em 2020.

Tabela 15 **Matrículas e ingressos na educação superior em 2020 (presencial, EaD, total) por grande grupo privado educacional**

	Número de IES	Matrícula presencial	Matrícula EaD	Matrícula Total	% Matrícula EaD	Ingresso presencial	Ingresso EaD	Ingresso Total	% Ingresso EaD
Kroton	145	285.111	568.426	853.537	66,6%	126.245	424.503	550.748	77,1%
Estácio	56	317.819	364.502	682.321	53,4%	121.263	283.416	404.679	70,0%
Unip	44	230.823	308.543	539.366	57,2%	118.790	191.302	310.092	61,7%
Leonardo da Vinci	13	8.052	399.552	407.604	98,0%	2.199	245.189	247.388	99,1%
Cruzeiro do Sul	13	128.386	198.948	327.334	60,8%	59.066	144.176	203.242	70,9%
Ânima	51	248.291	73.215	321.506	22,8%	95.051	55.132	150.183	36,7%
Ser Educacional	55	195.633	124.701	320.334	38,9%	76.513	84.142	160.655	52,4%
Unicesumar	7	14.941	190.241	205.182	92,7%	5.943	98.231	104.174	94,3%
Uninter	1	1.840	198.599	200.439	99,1%	386	120.351	120.737	99,7%
UNINOVE	6	134.222	59.013	193.235	30,5%	48.816	26.533	75.349	35,2%
Total	391	1.565.118	2.485.740	4.050.858	61,4%	654.272	1.672.975	2.327.247	71,9%

Fonte: Elaboração própria, microdados do Censo da Educação Superior (INEP, 2022).

Podemos observar um maior percentual de ingressos em EaD que de matrículas em EaD passando de um total de 61,4% para 71,9%, indicando que este movimento de transferência de estudantes matriculados presenciais para EaD nos grandes grupos deverá estar presente nos dados de 2021 e 2022 quando forem disponibilizados pelo INEP.

Enquanto o ensino presencial dos grandes grupos distribui-se de forma mais homogênea em centenas de campi presenciais das IES pertencentes a estes grupos, a oferta de EaD está concentrada em poucas Universidades ou Centros Universitários. Em particular, apenas sete IES destes grupos oferecem, a partir de suas sete sedes, 60,1% de toda a educação à distância do país, conforme mostra a Tabela 16.

Tabela 16 | Matrículas e ingressos das sete maiores IES privadas com oferta em EaD na Educação Superior em 2020

Nome da IES	Município da IES	UF IES	Matrículas em EaD
Centro Universitário Leonardo Da Vinci	Indaial	SC	399.552
Universidade Pitágoras Unopar	Londrina	PR	395.414
Universidade Paulista	São Paulo	SP	269.499
Universidade Estácio De Sá	Rio de Janeiro	RJ	250.882
Centro Universitário Internacional	Curitiba	PR	198.599
Universidade Cesumar	Maringá	PR	190.241
Universidade Anhanguera	Campo Grande	MS	163.794
Total	-	-	1.867.981

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022).

Podemos observar que a oferta de educação a distância está concentrada em IES com sede em sete cidades de apenas cinco Estados.

Uma vez que o apoio acadêmico presencial destes cursos nos polos regionais é, geralmente, muito reduzido, esta concentração de matrículas em poucas cidades do Brasil traz graves consequências para o desenvolvimento regional, conforme discutiremos mais à frente.

Veremos a seguir, o efeito desta expansão em termos da permanência dos estudantes e de seu resultado no Enade.

3.1.1. Permanência e Diplomação

O INEP vem publicando um estudo de trajetória, atualizado com os dados de 2020, para ingressantes no ensino superior de 2010 a 2016. Este importante estudo, que utiliza os microdados dos estudantes do Censo da Educação Superior, realiza um tratamento de dados bastante minucioso visando corrigir distorções nas informações de cada matriculado declaradas pelas IES ao INEP (INEP, 2022).

Nesse estudo, considerando um determinado ano de ingresso, por exemplo 2011, o INEP contabiliza para cada ano que segue (que denomina como ano de referência) a situação dos estudantes de cada curso, se eles permanecem no curso (soma de ativos e trancados), se concluíram o curso ou se eventualmente faleceram naquele ano. A Tabela 17 mostra o exemplo do curso de direito de uma IES, para o ano de ingresso de 2011.

Tabela 17 | **Exemplo de dados do estudo de trajetória (Inep)**

Nome da área do Curso	Ano de Ingresso	Ano de Referência	Prazo de Integralização em Anos	Ingressante no Curso	Permanência no Curso	Concluintes no Curso	Desistência no Curso	Falecimento no Curso
Direito	2011	2011	6	94	64	0	0	0
Direito	2011	2012	6	94	64	0	4	0
Direito	2011	2013	6	94	64	1	4	0
Direito	2011	2014	6	94	64	4	2	0
Direito	2011	2015	6	94	64	53	2	0
Direito	2011	2016	6	94	64	3	10	0
Direito	2011	2017	6	94	64	3	4	0
Direito	2011	2018	6	94	64	0	0	0
Direito	2011	2019	6	94	64	1	0	0
Direito	2011	2020	6	94	64	0	0	0

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022).

Esse curso teve 94 estudantes ingressantes em 2011, dos quais 65 se diplomaram até 2020, três deles ainda permaneciam no curso em 2020 e nenhum estudante faleceu. Isto significa que o percentual de estudantes que permaneceram no curso ou se diplomaram em 2020 foi de:

$$\%\ permanência\ ou\ conclusão = \frac{68\ (65\ concluíram\ e\ 3\ permanecem)}{94\ ingressantes} = 72{,}3\%$$

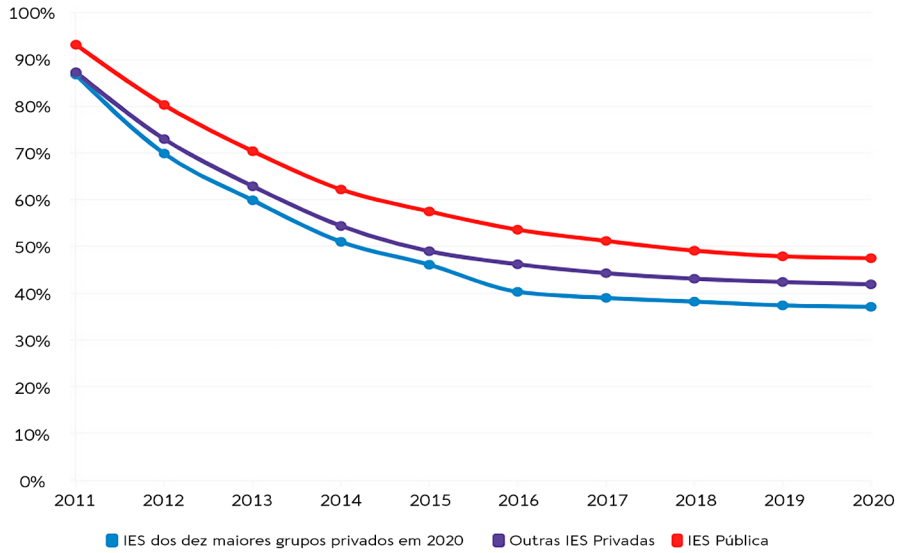
A partir dos dados deste estudo, cruzando-os com os dados de nosso levantamento, analisamos para cada ano de referência o número de estudantes que permanecem no curso ou se diplomaram desde o ano de ingresso, diferenciando as IES que hoje fazem parte desses dez maiores grupos educacionais em comparação com as outras IES privadas e com as IES públicas.

A Figura 17 apresenta o percentual da soma (permanência + diplomação acumulada) dos estudantes que ingressaram em 2011, ou seja, a cada ano a soma dos estudantes diplomados desde 2011 acrescida do número de estudantes ativos naquele ano, dividida pelo número de ingressantes.

A Figura 17 também mostra uma permanência + diplomação acumulada um pouco menor para os estudantes ingressantes em 2011 nas IES que hoje pertencem aos dez maiores grupos em relação às demais IES.

Após dez anos, praticamente todos os estudantes ativos estão diplomados, com isto, o percentual de permanência após dez anos é aproximadamente o número de estudantes diplomados no curso, de 37,1% para os estudantes dos grandes grupos privados, de 41,9 % para os estudantes das demais IES privadas e de 47,5% para as IES públicas.

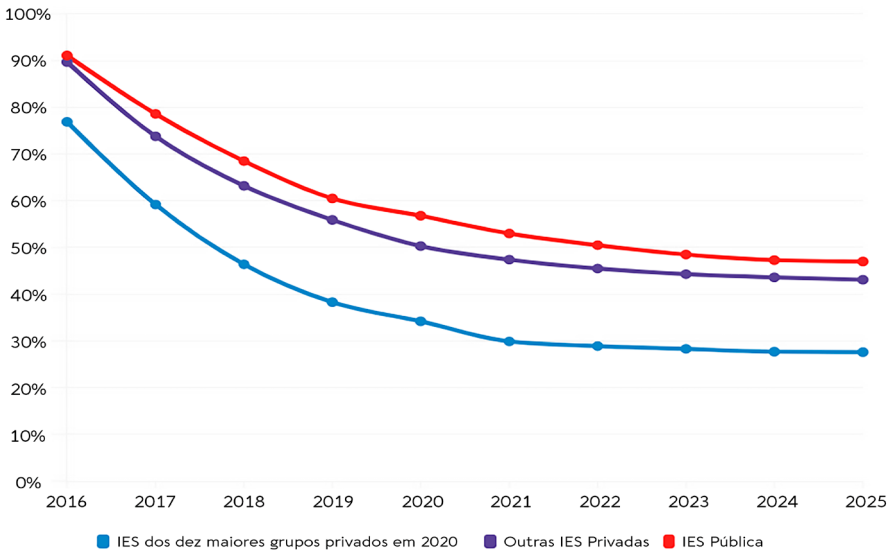
Figura 17 | **Percentual de permanência + diplomação acumulada de estudantes ingressantes na educação superior em 2011 (dez maiores grupos, demais IES privadas, IES públicas)**



Fonte: Elaboração própria com dados do Estudo de Fluxo da Educação Superior (INEP, 2022) e do Censo da Educação Superior e Enade (INEP, dados armazenados pelos autores).

Os resultados já são mais discrepantes quando acompanhamos os estudantes ingressantes em 2016, conforme mostra a Figura 18. Projetamos essas curvas para o a de 2025, onde o percentual de estudantes que permaneceram ativos ou concluíram seus cursos já é bem próximo ao percentual de estudantes diplomados.

Figura 18 | **Percentual de permanência + diplomação acumulada de estudantes ingressantes na educação superior em 2016 (dez maiores grupos, demais IES privadas, IES públicas)**



Fonte: Elaboração própria com dados do Estudo de Fluxo da Educação Superior (INEP, 2022) e do Censo da Educação Superior e Enade (INEP, dados armazenados pelos autores).

Esses dados projetam uma diplomação para os estudantes ingressantes em 2016 dos grandes grupos privados de cerca de 27%, comparada com 43% das demais IES privadas e 47% das IES públicas. Temos, assim, um baixo índice geral de diplomação dos estudantes ingressantes em 2016 das IES que pertencem a estes grandes grupos quando comparados com aqueles das demais IES privadas ou das públicas.

Observa-se também que a estimativa percentual de estudantes diplomados ou nas IES públicas e demais IES privadas mantém-se aproximadamente constante para os ingressantes de 2011 e 2016, mas para as IES que hoje pertencem aos dez maiores grupos privados cai de 37,1% para os ingressantes de 2011 para apenas 27% para os ingressantes de 2016.

Este item aponta para uma séria conclusão. Na medida em que a educação superior privada vai se concentrando nesses grandes grupos educacionais e estes crescem nas condições que apontamos no capítulo anterior, essas IES vão diplomando cada vez **menos** estudantes. Isso mostra que, tendencialmente, as IES pertencentes aos grandes grupos estão diplomados apenas cerca de um quarto de ingressantes, apontando para um ensino realizado em condições que naturalizam a desistência. Como esse número é menor do que o das outras IES privadas e das IES públicas, **ou estamos tratando de uma ineficiência dos grandes grupos em formar seus estudantes ou estamos observando uma ação deliberada de maximizar lucros, que se concentra na alta capacidade de captação de ingressantes submetidos, posteriormente, a um ensino que não oferece condições para que se formem.**

O último estudo de trajetória do INEP considera os ingressantes em 2016, desde então este movimento de concentração de matrículas vem se agravando. Para verificar a evasão em dados mais recentes, utilizamos diretamente os microdados do Censo da Educação Superior do INEP.

Uma vez que o estudo de trajetória do INEP corrige os dados do censo verificando inconsistências nos dados autodeclarados dos estudantes pelas IES dos diferentes anos de referência (INEP, 2022) e que estas correções tinham um efeito percentual significativo nos estudantes ingressantes em 2010 (logo depois do início da coleta dos dados de matriculados que foi em 2009), verificamos inicialmente se este também é o caso dos microdados mais recentes.

Para tal, determinamos o total de abandono e transferências em 2017 para estudantes que ingressaram em 2016 das IES públicas e privadas de duas formas: primeiro pelo estudo de trajetória do INEP para estudantes ingressantes em 2016, que contempla as correções de inconsistências deste estudo e segundo diretamente dos dados de estudantes do Censo da Educação Superior que não contempla estas correções. A Tabela 18 mostra os percentuais obtidos destas duas formas.

Tabela 18 **Comparação do percentual de abandono e transferências dos estudantes em 2017 que ingressaram em 2016 a partir dos resultados do Estudo de Trajetória e diretamente do Censo da Educação Superior**

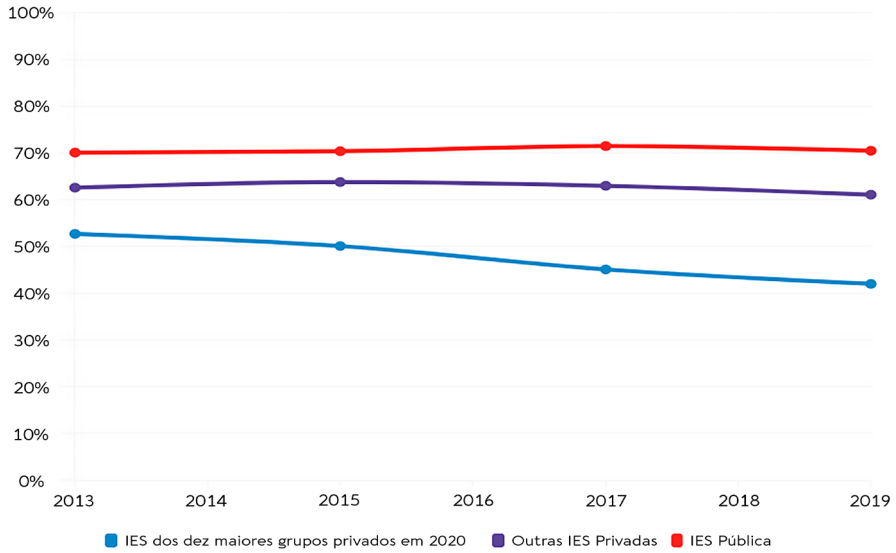
	Estudo da trajetória dos estudantes (INEP)	Este trabalho, dos microdados de estudante do censo da Educação Superior	Diferença
Pública	68,5%	70,8%	2,3%
Privada	53,3%	53,4%	0,1%

Fonte: Elaboração própria com dados do Estudo de Fluxo da Educação Superior (INEP, 2022) e do Censo da Educação Superior e Enade (INEP, dados armazenados pelos autores, 2022).

Observa-se um excelente acordo para as IES privadas e um pequeno desacordo para as IES públicas entre os resultados calculados diretamente do Censo e aqueles determinados a partir do estudo de trajetória, que não afetarão uma visão geral das taxas de permanência ou diplomação. Esta é sem dúvida uma boa notícia, indicando que os microdados dos estudantes no Censo da Educação Superior evoluíram desde que foram lançados em 2009.

A partir deste acordo, determinamos o percentual de matrículas ativas em um determinado ano tendo ingressado ao longo do ano anterior diretamente dos microdados de estudantes do Censo da Educação Superior. A Figura 19 mostra a evolução destes percentuais como função do ano de ingresso.

Figura 19 **Percentual de estudantes ativos no final do ano seguinte a seu ingresso na educação superior a partir de 2013 nas IES que pertenciam em 2020 aos dez maiores grupos, demais IES privadas e IES públicas Estaduais e Federais**



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior (INEP), dados armazenados pelos autores, 2022).

Observamos que, enquanto o percentual de matrículas ativas nas IES públicas e das IES privadas que não pertenciam em 2020 aos grandes grupos mantém-se constante ao longo da expansão recente, o percentual das IES privadas que hoje pertencem aos grandes grupos vem caindo, chegando a apenas 42% de ingressantes em 2018 ativos em 2019, uma evasão de 58% de um ano para o outro, sendo que a curva de matrículas ativas têm apresentado uma queda parecida para os anos de 2017 a 2019, projetando uma adesão ainda menor para os anos seguintes.

Isto adiciona um dado fundamental para compreendermos as ações destes grandes grupos educacionais. Mais da metade dos estudantes que se matriculam nas IES desses grandes grupos evadem antes de completar dois anos de graduação. Considerando que esses grupos estão em ampla expansão, esses números apontam que o modelo de negócios desses grupos está pautado não na formação dos estudantes, mas na captação de estudantes com vistas a ganhar o máximo de dinheiro possível entre matrícula e mensalidades no primeiro ano de graduação.

Como mostramos no Capítulo 1, trata-se de uma prática que já vinha sendo realizada por instituições privadas de educação superior nos EUA na primeira década deste século e foi denunciada pela comissão do senado americano que investigou essas práticas entre 2010 e 2012. Duas das conclusões desse relatório podem ser aqui retomadas como ilustração do que está acontecendo no Brasil:

> Muitas instituições com fins lucrativos não fazem os investimentos necessários em serviços de apoio ao estudante, para ajudá-los a ter sucesso na trajetória, o que, sem dúvida, contribui para altas taxas de desistência. [...] Durante o mesmo período, as empresas examinadas gastaram US$ 4,2 bilhões em marketing e recrutamento, ou 22,7% de toda a receita. (HELP, 2012, p. 2-3, tradução nossa [5])

Dois são os elementos centrais: um grande investimento na captação de novos estudantes e um baixo investimento em sua permanência ao longo do curso. Deste modo, todos os indícios apontam que as IES desses grandes grupos educacionais brasileiros estejam, de uma maneira geral, seguem os mesmos passos das IES norte-americanas denunciadas pelo Senado dos EUA:

> As IES com fins lucrativos dedicam enormes quantias de recursos a gastos que não são relacionados à educação, incluindo marketing, recrutamento, lucro e remuneração executiva, gastando quantias relativamente pequenas com atividades relacionadas com o processo de ensino e aprendizagem (HELP, 2012, p. 6, tradução nossa [6])

5 No original: "Many for-profit colleges fail to make the necessary investments in student support services that have been shown to help students succeed in school and afterwards, a deficiency that undoubtedly contributes to high withdrawal rates. [...] During the same period, the companies examined spent 44.2 billion on marketing and recruiting, or 22.7 percent of all revenue" (HELP, 2012, p. 2-3).

6 For-profit colleges devote tremendous amounts of resources to non-education related spending including marketing, recruiting, profit and executive compensation, while spending relatively small amounts on instruction.

3.1.2. Desempenho dos estudantes no Enade

Vejamos agora o efeito do crescimento destes grandes grupos privados no resultado que obtiveram no Enade. Infelizmente, devido à pandemia, os exames de 2020 e 2021 não foram realizados, e com isto os dados disponíveis dos diplomados entre 2017 e 2019 já se mostram razoavelmente defasados conforme discutimos no Capítulo 3. A Tabela 19 mostra o tempo médio de integralização dos cursos como função do ano da aplicação do Enade e consta nos dados do estudo de trajetória do INEP.

Tabela 19 | **Tempo médio de integralização dos cursos como função do ano de aplicação do Enade**

Prazo médio de Integralização dos cursos (anos)		
Cursos avaliados no Enade 2017	Cursos avaliados no Enade 2018	Cursos avaliados no Enade 2019
4,85	4,70	5,70

Fonte: Elaboração própria com dados do Estudo de Fluxo da Educação Superior (INEP, 2022).

Uma forma de avaliar globalmente o desempenho no Enade das IES dos grandes grupos privados sobre as demais IES privadas e das públicas é comparar o percentual de participantes em cursos com conceito Enade faixas 1 ou 2 em relação ao total de participantes (conceito Enade faixas de 1 a 5). Outro indicador utilizado é o Enade proporcional[7] (BIELSCHOWKSY, 2018), cujos resultados globais estão na Tabela 20.

7 Como detalhamos mais acima, o Enade proporcional é a média ponderada do Enade de cada curso, segundo o número de participantes no exame.

Tabela 20 **Participação e resultados no Enade e Enade proporcional referente a 2017-2019 (dez maiores grupos, demais IES privadas, IES públicas)**

	Participantes do Enade 2017-2019	Participantes em cursos com conceito 1 ou 2	% de participantes em cursos 1 ou 2	Enade proporcional
Dez maiores grupos	370.456	173.814	46,9%	2,04
Demais IES Privadas	494.357	183.040	37,0%	2,23
IES Pública (Federal e Estadual)	264.374	40.455	15,3%	3,01
Total	1.129.187	397.309	35,1%	2,34

Fonte: Elaboração própria com dados do Enade (INEP, dados armazenados pelos autores, 2022).

Os dados mostram, de forma inequívoca, que as IES que hoje compõem os grandes grupos privados têm um pior desempenho médio no Enade do ciclo 2017-2019, pois 47% de seus estudantes estavam em cursos com Enade 1 ou 2 (insuficiente) e Enade proporcional de 2,04.

Nas demais IES privadas, foram 37% dos estudantes nessa situação, com um Enade proporcional de 2,23, e nas públicas não chegaram a 15%, com Enade proporcional de 3,01, o que se destaca dos resultados das IES particulares em geral.

A intensa utilização de EaD por parte desdestes grandes grupos privados explica em parte esta diferença de desempenho entre os estudantes das IES privadas, como mostra a Tabela 21.

Tabela 21 Comparação entre presencial e EaD na participação e nos resultados no Enade e Enade proporcional de 2017-2019 dos dez maiores grupos e demais IES privadas

	Estudantes que participaram do Enade 2017 a 2019		% de estudantes participantes em cursos com Enade 1 ou 2		Enade Proporcional	
	Presencial	EaD	Presencial	EaD	Presencial	EaD
Dez maiores grupos	238.064	132.392	39,5%	60,2%	2,14	1,87
Demais IES Privadas	457.463	36.894	35,5%	56,6%	2,26	1,9

Fonte: Elaboração própria com dados do Enade (INEP, dados armazenados pelos autores, 2022).

A Tabela 21 mostra que a diferença de desempenho entre concluintes dos grandes grupos em relação às outras instituições privadas reduz quando separamos o ensino presencial (2,14 nos grandes grupos e 2,26 nas demais privadas) da EaD (1,87 nos grandes grupos e 1,90 nas demais privadas), embora também para o ensino presencial, os concluintes das IES dos grandes grupos ainda apresentam um desempenho inferior àquele das demais IES privadas. A grande diferença está na comparação do desempenho no Enade dos concluintes em EaD e dos cursos presenciais, considerando-se o alto percentual de concluintes em cursos EaD dos grandes grupos quando comparado com as (35,8%) demais IES particulares.

Estes dados projetam um cenário sombrio para o desempenho global dos concluintes dos grandes grupos privados comparado com o restante das privadas e das públicas, uma vez que os grandes grupos possuem 61,4% de matriculados e 71,9% de ingressantes em cursos de EaD segundo o Censo da Educação Superior de 2020.

É preciso ter em mente que o desempenho das IES dos grandes grupos varia de acordo com a mantenedora, a Tabela 22 mostra o Enade proporcional do ciclo 2017 a 2019 desses grupos e a matrícula total de cada um em 2020.

Tabela 22 **Matrículas (presencial, EaD e total) e Enade proporcional das IES pertencentes aos dez maiores grupos privados educacionais**

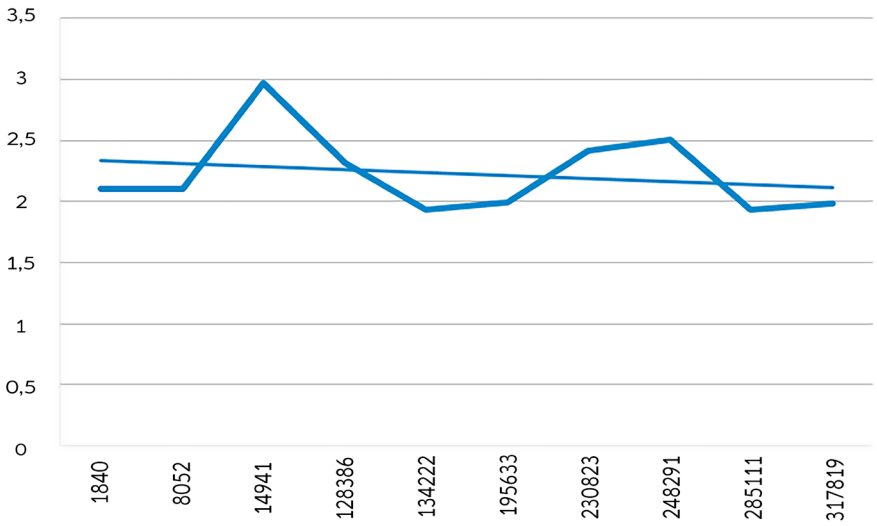
	Matrículas em 2020			Enade proporcional do ciclo 2017-2019	
	Presencial	EaD	Total	Presencial	EaD
Ânima	248.291	73.215	321.506	2,51	2,63
Cruzeiro do Sul	128.386	198.948	327.334	2,32	2,07
Estácio	317.819	364.502	682.321	1,98	2,37
Kroton	285.111	568.426	853.537	1,93	1,51
Leonardo da Vinci	8.052	399.552	407.604	2,1	1,5
Ser Educacional	195.633	124.701	320.334	1,99	2,5
Unicesumar	14.941	190.241	205.182	2,97	2,38
UNINOVE	134.222	59.013	193.235	1,93	2,35
Uninter	1.840	198.599	200.439	2,1	2,1
Unip	230.823	308.543	539.366	2,42	1,68

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior e Enade (INEP, dados armazenados pelos autores, 2022).

É possível observar que, nem sempre o valor do Enade proporcional dos cursos presenciais é menor do que aqueles dos cursos EaD, sendo que os casos mais graves de discrepância do Enade proporcional presencial em relação ao Enade proporcional EaD estão nos grupos Kroton, Leonardo da Vinci e Unip.

Vale a pena aprofundar a investigação sobre uma possível correlação entre o número de matriculados em cada modalidade nas IES dos grandes grupos e o valor do Enade proporcional de seus cursos no ciclo 2017-2019. Começamos com o caso dos cursos presenciais, colocando no eixo x o número de estudantes matriculados em cursos presen ciais em 2020 e no eixo Y o valor do Enade proporcional (Figura 20).

Figura 20 | **Relação entre Enade proporcional e número de matrículas nos cursos presenciais das IES pertencentes aos dez maiores grupos**

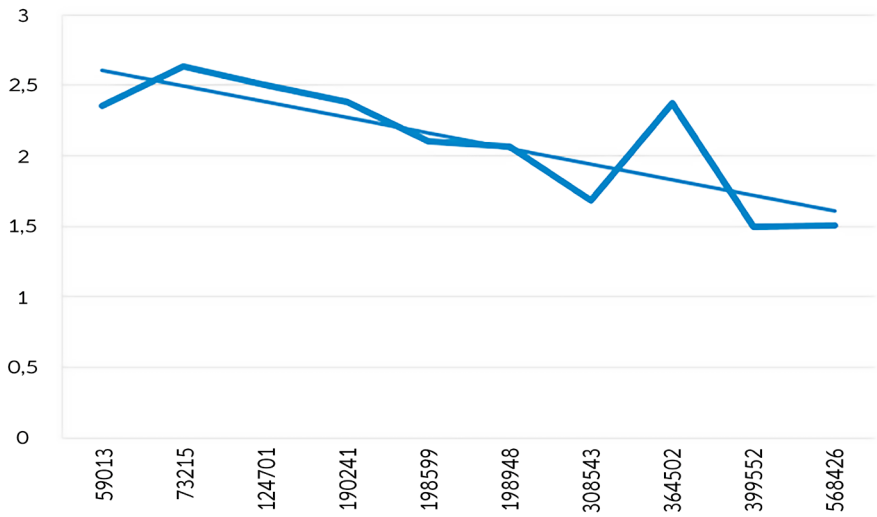


Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior e Enade (INEP, dados armazenados pelos autores, 2022).

Não se observa, nesse caso, uma intensa correlação entre o número de matriculados em 2020 e os resultados nos exames de 2016 a 2019.

Em relação aos estudantes matriculados em EaD das IES destes grandes grupos, a Figura 21 mostra o desempenho dos estudantes no Enade.

Figura 21 | **Relação entre Enade proporcional e número de matrículas nos cursos EaD das IES pertencentes aos dez maiores grupos**



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior e Enade (INEP, dados armazenados pelos autores, 2022).

No caso da EaD é possível perceber uma forte correlação clara entre o número de matriculados dos grandes grupos em 2020 e o Enade proporcional. Esse resultado, quando confrontado com os outros dados discutidos anteriormente, aponta que há uma forte relação entre a oferta de uma boa formação em cursos a distância e a quantidade de matrículas ofertadas.

De outro ponto de vista, temos que instituições com grandes quantidades de estudantes em cursos a distância não estão, de uma maneira geral, investindo em cursos de qualidade, mas cursos frágeis e baratos, que permitem maior quantidade de matrículas e baixos custos de manutenção, aumentando assim o retorno financeiro do negócio.

É claro que este dado sozinho não é suficiente para avaliar a qualidade dos cursos a distância. Precisamos considerar, especialmente quando trabalhamos com as notas do Enade, que o Enade para cada curso em um determinado ano reflete, em linhas gerais, a diferença de desempenho dos concluintes de uma IES com a média dos diplomados nos cursos avaliados naquele ano em todas as IES.

A tendência de menor desempenho face a este processo de concentração de matrículas deve refletir no rebaixamento da própria média de desempenho global, se os resultados fossem absolutos. Isto significa que teremos de construir uma nova metodologia a partir da série histórica das notas brutas do Enade para obtermos um melhor juízo de valor dos efeitos desta expansão do ensino superior no desempenho dos estudantes.

Uma outra forma de verificar o efeito desta concentração de matrículas é comparar o perfil de notas brutas dos concluintes nas provas específicas de uma determinada carreira. Apresentamos este perfil para alguma das carreiras mais "desejadas" pelos grandes grupos, ou seja, aquelas com grande quantidade de matrículas nessas instituições.

A Tabela 23 mostra as carreiras com maior número de matriculados dos grandes grupos em 2020.

Tabela 23 **Matrículas presenciais e EaD nos oito maiores cursos das IES pertencentes aos dez maiores grupos privados educacionais**

	Matrícula presencial	Matrícula EaD	% EaD
Pedagogia	45.624	439.562	90,6%
Administração	96.512	253.610	72,4%
Contabilidade	51.970	149.257	74,2%
Gestão de pessoas	26.539	121.811	82,1%
Educação física	41.326	106.718	72,1%
Serviço social	8.220	84.228	91,1%

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022).

A seguir, apresentamos o perfil de notas brutas no Enade para algumas destas carreiras, comparando as IES pertencentes aos dez grandes grupos, com as outras IES privadas e com as IES públicas.

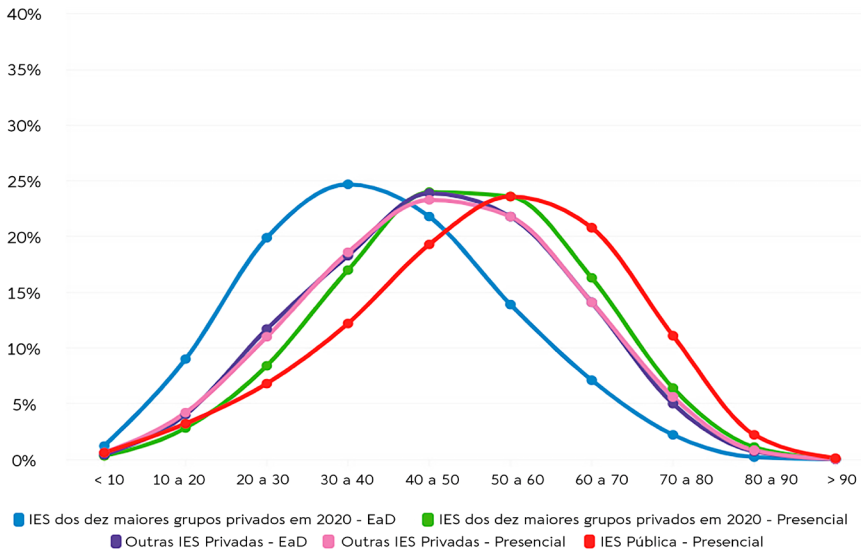
3.1.2.1. Educação Física

A Figura 22 mostra o perfil de notas na prova específica dos estudantes de Educação Física do bacharelado e da licenciatura no último Enade.

No curso de educação física, bacharelado e licenciatura, há uma diferença marcante entre o desempenho dos estudantes nos cursos presenciais e EaD dos grandes grupos e o desempenho de todos os outros.

A distribuição das notas de EaD dos grandes grupos está mais à esquerda em relação aos outros, com a mediana próxima das notas entre 30-40 enquanto os outros possuem mediana mais próxima de 40-50 (e até um pouco mais à frente para as IES públicas).

Figura 22 **Perfil de notas brutas no Enade (ciclo 2017-2019) dos concluintes de licenciatura em educação física, comparando dez maiores grupos, outras IES privadas (presencial e EaD) e IES públicas**



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior e Enade (INEP, dados armazenados pelos autores, 2022).

3.1.2.2. Pedagogia

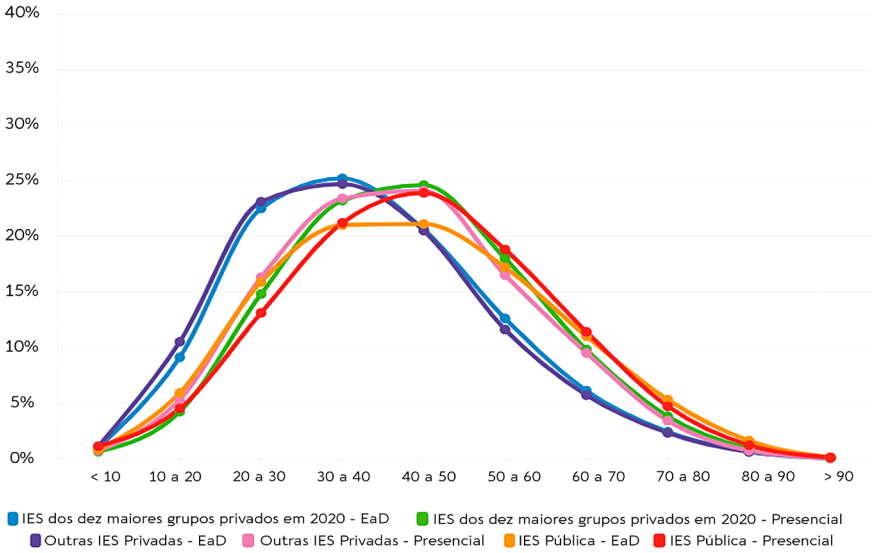
A Figura 23 mostra o perfil de notas na prova específica dos estudantes de Pedagogia no último Enade.

Também no caso da pedagogia, observamos diferenças marcantes entre o desempenho nos cursos presenciais e EaD das IES privadas, entretanto sem notar diferenças significativas entre a EaD das IES dos grandes grupos e as demais IES privadas.

Observamos um desempenho para a EaD das públicas diferenciado daquele da EaD das privadas.

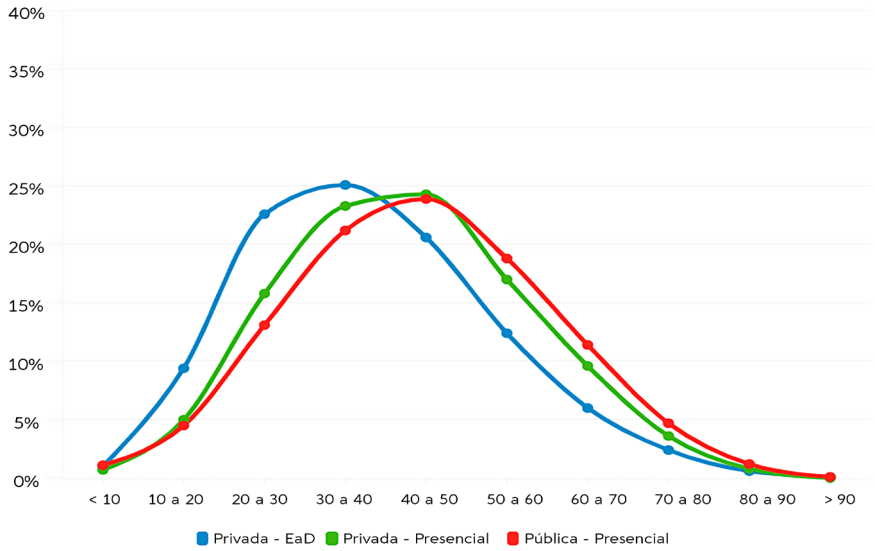
O problema neste caso relaciona-se principalmente à oferta de EaD das IES privadas como um todo, como destaca a Figura 24.

Figura 23 | Perfil de notas brutas no Enade (ciclo 2017-2019) dos concluintes de licenciatura em pedagogia, comparando os dez maiores grupos, outras IES privadas (presencial e EaD) e as IES públicas



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior e Enade (INEP, dados armazenados pelos autores, 2022).

Figura 24 | Perfil de notas brutas no Enade (ciclo 2017-2019) dos concluintes de licenciatura em pedagogia, comparando IES privadas (presencial e EaD) e IES públicas



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior e Enade (INEP, dados armazenados pelos autores, 2022).

Assim, em relação ao curso de pedagogia, há uma clara diferença entre as notas dos que cursaram a licenciatura à distância e presencialmente. Este é um dado muito preocupante, considerando o perfil dos ingressantes e matriculados nos cursos de pedagogia em 2020, conforme mostra a Tabela 24.

Tabela 24 **Matrículas e ingresso na licenciatura em pedagogia em 2020 (dez maiores grupos privados, outras IES privadas e IES públicas)**

	Ingresso em 2020			Matrícula em 2020		
	Presencial	EaD	Total	Presencial	EaD	Total
Dez grandes grupos	19.076	214.617	233.693	45.624	439.562	485.186
Demais IES Privadas	23.193	51.486	74.679	92.369	119.942	212.311
Total IES Privada	42.269	266.103	308.372	137.993	559.504	697.497
IES Pública	20.102	9.945	30.047	83.240	35.690	118.930
Soma IES Pública e IES Privada	62.371	276.048	338.419	221.233	595.194	816.427

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022).

Em particular, do total de matriculados em cursos de pedagogia no ano de 2020 (816 mil estudantes), 69% estão cursando a EaD de IES privadas (559 mil estudantes). Tivemos 338 mil novas inscrições em cursos de pedagogia no ano de 2020, das quais 79% (306 mil) na EaD das IES privadas.

Não basta considerar o fato de os resultados do Enade referentes à formação dos matriculados em pedagogia, de alguns anos atrás, apontarem para um pior desempenho nos cursos à distância, é preciso levar em conta também os dados mais recentes de matrículas e inscrições, indicando que a tendência desse curso é ter a sua oferta consolidada na modalidade EaD, o que preocupa muito, visto que o Pedagogo atua como professor na educação infantil e primeiros anos do ensino fundamental, como coordenador pedagógico, diretor de escola e demais cargos de gestão educacional.

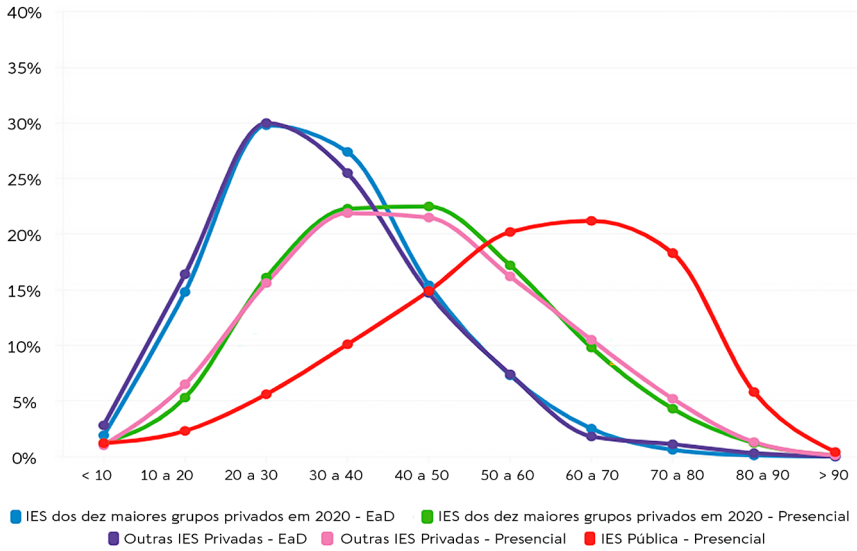
A falta de acompanhamento e supervisão do MEC é preocupante e fica ainda mais patente, ao considerarmos que um terço de todos as 807 mil matrículas em cursos de pedagogia em 2020 estão concentradas na EaD de apenas quatro IES de três grandes grupos, com resultados preocupantes.

3.1.2.3. Serviço Social

A Figura 25 mostra o perfil de notas na prova específica dos estudantes de Serviço Social no último Enade.

Observamos neste caso um desempenho equivalente entre as IES privadas, mostrando um resultado totalmente inaceitável para a EaD. Essas IES tinham em 2020 um total de 131.551 matriculados, sendo 87% (114.418 estudantes) em cursos EaD. As curvas das notas de serviço social apresentam diferenças ainda mais marcantes do que as dos dois cursos de licenciatura no que diz respeito à EaD das IES privadas e aos cursos presenciais das IES públicas.

Figura 25 **Perfil de notas brutas no Enade (ciclo 2017-2019) dos concluintes de serviço social, comparando os dez maiores grupos, outras IES privadas (presencial e EaD) e as IES públicas**



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior e Enade (INEP, dados armazenados pelos autores, 2022).

A Tabela 25 aponta, de forma semelhante ao que ocorre com o curso de pedagogia, para uma tendência de concentração da formação em serviço social prioritariamente em cursos à distância.

Tabela 25 **Matrículas e ingresso em Serviço Social em 2020 (dez maiores grupos, demais IES privadas, IES públicas)**

	Matrícula presencial	Matrícula EaD	Matrícula Total	EaD
Dez grandes grupos	8.220	84.228	92.448	91,11%
Demais IES privadas	12.331	11.559	23.890	48,38%
IES Pública	16.277	0	16.277	0,00%
Total	36.828	95.787	132.615	72,23%

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022).

Novamente, a tendência é de precarização da formação daqueles que concluem esses cursos, além do que vale lembrar que praticamente três quartos dos ingressantes nessas instituições nem mesmo concluem seus cursos.

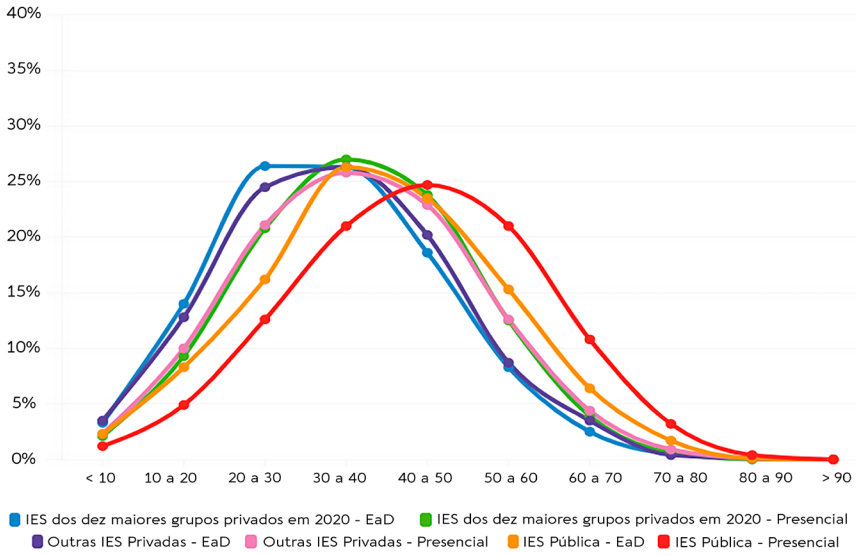
3.1.2.4. Administração

A Figura 26 mostra o perfil de notas na prova específica dos estudantes de Administração no último Enade.

Também no caso do curso de administração observamos um desempenho equivalente entre as IES privadas, e uma diferença um pouco menor de desempenho entre estudantes de cursos presenciais e EaD.

Observamos que, de uma maneira geral, os concluintes de EaD das IES privadas têm um desempenho preocupante na educação à distância, que tem sido desregulamentada nos últimos anos.

Figura 26 **Perfil de notas brutas no Enade (ciclo 2017-2019) dos estudantes de administração, comparando os dez maiores grupos, outras IES privadas (presencial e EaD) e as IES públicas**



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior e Enade (INEP, dados armazenados pelos autores).

3.2. Caracterização das IES com Enade proporcional no quartil inferior

Nesta seção, procuramos avaliar as características acadêmicas das IES cujo Enade proporcional está entre os 25% inferiores, ou seja, avaliar as condições médias de oferta que podem ser consideradas como insuficientes. Para tanto, realizamos a seleção das instituições se encontram no primeiro quartil de notas, comparamos suas condições acadêmicas com os mesmos critérios médios para todas as IES do Censo da Educação Superior 2020 e realizamos alguns testes de correlação para observar as condições que mais impactam na nota do Enade proporcional.

Para realizarmos a análise das condições acadêmicas das IES do primeiro quartil, eliminamos aquelas que possuem um número muito pequeno de matrículas bem como as que pouco (ou nada) participaram do Enade. Separamos universidades, centros universitários e faculdades de modo a encon-

trar o corte do Enade proporcional nos 25% menores, relativo a cada uma das organizações acadêmicas, chegando, respectivamente, aos valores de 2,19; 1,87 e 1,63. Para realizarmos os testes de correlação, selecionamos um conjunto de variáveis relacionadas à titulação e ao regime de trabalho docente, número de estudantes por professor e a existência de cursos de pós-graduação.

O detalhamento dos critérios de seleção, das análises por organização acadêmica e dos testes estatísticos realizados estão em anexo. Aqui, apresentamos as sínteses gerais desse exercício.

A Tabela 26 mostra a quantidade de IES presentes no primeiro quartil, bem como o total de matrículas dessas IES. A tabela é totalizada por organização acadêmica.

Tabela 26 **Número de instituições e total de matrículas na educação superior em 2020, separando o primeiro quartil do Enade proporcional (universidades, centros universitários, faculdades)**

	Número de instituições			Número de Matrículas		
	Total	Nº 1º Quartil	%	Total	Nº 1º Quartil	%
Universidade Federal	68	2	2,9%	1.030.521	20.126	2,0%
Universidade Estadual	40	10	25,0%	540.447	103.299	19,1%
Universidade Municipal	5	4	80,0%	31.435	25.424	80,9%
Universidade Confessional	21	1	4,8%	267.941	6.336	2,4%
Universidades Privadas	70	31	44,3%	2.844.403	1.312.183	46,1%
Dez 10 maiores grupos	19	10	52,6%	2.304.509	1.069.575	46,4%
Total de universidades	204	48	23,5%	4.714.747	1.467.368	31,12%
Centro Universitário Estadual	2	0	-	1.711	0	-
Centro Universitário Confessional	23	4	17,4%	117.215	32.371	27,6%
Centro Universitário Municipal	5	2	40,0%	7.494	5.194	69,3%
Centro Universitários Outras IES Federais	1	0	-	2.130	0	-
Centro Universitário Outras IES - Categoria 7	4	1	25,0%	8.934	2.876	32,2%
Centro Universitário Privado	291	70	24,1%	2.208.076	689.066	31,2%
Dos 10 maiores grupos	78	25	32,1%	1.291.826	522.529	40,4%
Total de centros universitários	326	77	23,6%	2.345.560	729.507	31,1%
Faculdade Estadual	90	1	1,1%	81.817	278	0,4%
Faculdade Confessional	88	6	6,8%	43.977	4.691	10,7%
Faculdade Municipal	26	5	19,2%	13.003	1.428	11,0%
Faculdade Outras IES Federais	9	1	11,1%	3.747	764	20,4%
Faculdade Outras IES - Categoria 7	20	8	40,0%	17.677	4.705	26,6%
Faculdade Privada	1937	224	11,6%	1.242.727	295.162	23,8%
Dez maiores grupos	377	42	11,1%	454.523	152.351	33,5%
Total de faculdades	2170	245	11,3%	1.402.948	307.028	21,9%

Fonte: Elaboração própria com os microdados do Enade e o Censo da Educação Superior do INEP (2022).

Analisamos no total de IES presentes no primeiro quartil, o total de matrículas, o total de docentes, o número de docentes equivalente a 40 horas, o número de discentes e programas de pós-graduação, o percentual de docentes com doutorado, com mestrado ou doutorado e que trabalham em tempo integral. Esses valores foram levantados em soma, média e mediana.

Em síntese, após analisar as características de universidades, centros universitários e faculdades que se encontram no primeiro quartil do Enade proporcional, guardadas algumas diferenças e casos discrepantes temos os seguintes elementos:

- as IES públicas são pouco representativas no estrato inferior do Enade proporcional, exceto as instituições municipais, que precisam ser melhor investigadas por estarem fortemente presentes nesse quartil;

- as IES privadas possuem maior representatividade nesse quartil;

- as IES confessionais são pouco representativas nesse quartil e tendem a ter, em geral, relação estudantes por docente equivalente a 40 horas, docentes com doutorado, docentes em tempo integral e presença da pós-graduação melhor do que as outras instituições privadas, destacando-se na oferta de condições acadêmicas próximas, em muitos casos, das instituições públicas;

- as universidades privadas apresentam-se, em geral, como universidades mínimas, com uma presença na pós-graduação e um número de docentes em tempo integral próximo ao mínimo legal exigido, alta relação estudantes por docente equivalentes a quarenta horas e forte presença na educação à distância, apresentando-se como universidades mínimas para a EaD;

- há uma clara tendência de que as universidades que se encontram no primeiro quartil do Enade proporcional tenham, em comparação com as universidades como um todo, uma maior relação estudante por docente equivalente a quarenta horas, uma menor presença na pós-graduação, um menor percentual de docentes com doutorado e um percentual de docentes em tempo integral um pouco menor, sendo que essas características pioram nas universidades privadas;

- os centros universitários, em geral, são basicamente instituições privadas e não há significativas diferenças entre os centros universitários privados em geral e aqueles que estão no primeiro quartil do Enade proporcional;

- os centros universitários privados, em geral, apresentam características semelhantes às universidades privadas nos termos que apresentamos nos itens anteriores, exceto pelo investimento na pesquisa, que é ainda menor;

- as faculdades privadas possuem, em geral, características semelhantes às mencionadas para as universidades privadas, embora com números ainda menores de docentes com doutorado e contrato em tempo integral e as faculdades que se encontram no primeiro quartil do Enade proporcional possuem todas as características analisadas piores do que as faculdades em geral;

- há IES privadas de tamanho discrepante (muito maiores do que a mediana da organização acadêmica) e, em geral, essas instituições possuem uma relação estudantes por docente equivalente a 40 horas muito alta e baixos valores do percentual de docentes com doutorado e tempo integral;

- há diferenças significativas entre os grandes grupos educacionais, mas é marcante que em todas as organizações acadêmicas, a presença de IES desses grupos no quartil inferior é maior do que

25%, marcando uma tendência de vários desses grupos para concentrar suas ações nas IES com essas características;

Por fim, reunindo os números das universidades, centros universitários e faculdades que compõem os respectivos quartis, temos a Tabela 27.

Tabela 27 **Comparação das matrículas totais e EaD na educação superior em 2020, separando o primeiro quartil do Enade proporcional (todas as IES e dez maiores grupos educacionais)**

	Matrícula Total	Nº 1º Quartil	%
Educação Superior	8.463.255	2.503.903	29,6%
Dez grandes grupos	4.050.858	1.744.455	43,1%
Educação Superior - modalidade EaD	3.090.192	1.418.359	45,9%
Dez grandes grupos - modalidade EaD	2.485.740	1.279.732	51,5%

Fonte: Elaboração própria com os microdados do Enade e do Censo da Educação Superior do INEP (2022).

Se tivéssemos uma distribuição homogênea (se não houvesse diferença entre esses agrupamentos), os percentuais da última coluna estariam próximos de 25%. Como não são, podemos concluir, tomando em consideração a presença muito mais significativa das IES privadas na composição do primeiro quartil que:

- quase 30% dos estudantes estão em instituições que compõem o 25° percentil do Enade proporcional, o que aponta para um pequeno efeito do tamanho das IES no valor do Enade proporcional: instituições maiores tendem a estar no primeiro quartil;

- cerca de 43% dos estudantes pertencentes aos grandes grupos estão no 25° percentil do Enade proporcional, o que aponta para um efeito significativo do pertencimento aos grandes grupos no valor do Enade proporcional: instituições dos grandes grupos tendem a estar mais no primeiro quartil;

- cerca de 46% dos estudantes de EaD estão em instituições que compõem o 25° percentil do Enade proporcional, o que aponta para um efeito significativo da frequência a cursos EaD no valor do Enade proporcional: instituições com mais matrículas em EaD tendem a estar mais no primeiro quartil;

- cerca de 51% dos estudantes de EaD pertencentes aos grandes grupos estão no 25° percentil do Enade proporcional, o que aponta para um efeito significativo do pertencimento à EaD dos grandes grupos no valor do Enade proporcional: a maior parte da EaD dos grandes grupos está concentrada no primeiro quartil.

Deste modo, há uma tendência de que as instituições privadas com grande oferta de EaD e pertencentes aos grandes grupos educacionais estejam no primeiro quartil do Enade proporcional. Essas IES tendem a ter mais estudantes por docente, menos docentes com doutorado, menos docentes em tempo integral e menor presença na pós-graduação do que as instituições congêneres como um todo e, principalmente, do que as instituições confessionais e as públicas, guardadas as ressalvas já apresentadas acima.

Após as análises com dados de estatísticas descritivas, realizamos alguns testes de correlação[8], com vistas a mapear os efeitos sobre a nota no Enade. As principais correlações encontradas foram:

- Nas Universidades privadas, quanto maior o número de docentes em regime de dedicação exclusiva e/ou integral, maior é o Enade proporcional das IES (correlação forte).

- Nos Centros Universitários privados, houve diferentes correlações (fracas) com a nota do Enade proporcional, destacando que quanto maior o número de docentes com doutorado e docentes com carga horária equivalente a 40 horas semanais maior é a nota obtida no Enade Proporcional dessas IES.

- Nas Faculdades privadas, a nota do Enade proporcional cresce com a presença de pós-graduação na IES (correlação moderada), além de correlações fracas ou muito fracas com diversas variáveis relacionadas aos docentes. Destaque para o fato que quanto maior o número de docentes com doutorado ou mestrado, maior a nota do Enade proporcional e quanto maior o número de docentes com especialização, menor a nota do Enade proporcional.

- Quando olhamos para as IES pertencentes aos dez grandes grupos, diversas variáveis relacionadas aos docentes apontam que quanto maior o número de docentes com doutorado e docentes em tempo integral, maior a nota no Enade proporcional (correlação fraca) e quanto maior o percentual de docentes credenciados na pós-graduação, maior a nota no Enade proporcional (correlação moderada).

Esses elementos ajudam a corroborar nossa compreensão de que diante de um cenário complexo como o da educação superior, não há elementos que sozinhos expliquem o que faz uma IES realizar um trabalho de qualidade e seus estudantes experienciarem uma boa formação.

No entanto, o que esses dados apontam é que há elementos que fazem muita diferença: docentes com doutorado, trabalhando em tempo integral, com uma quantidade adequada de estudantes por docente e com trabalho em pesquisa. O pouco investimento nesses elementos, com o acréscimo de um investimento alto em cursos massificados de EaD, são claras receitas de instituições que estão voltadas não para a formação de seus estudantes, mas fortemente direcionados para a geração de lucros.

3.3. Distribuição do Ensino Superior privado no território e suas implicações

O processo de expansão do Ensino Superior no Brasil, destacadamente desde os anos 1960, tem sido marcado por uma dinâmica associada às formas como avança o processo de apropriação e modernização do território em função de novas demandas produtivas e de consumo que alargam os contextos nos quais os lugares são incluídos na economia moderna nacional e internacional.

Essa expansão é acompanhada tanto pela crescente demanda da população por inserção no mercado de trabalho, na esperança de melhorar suas condições materiais de existência quanto pela modernização das empresas e do território, ampliando a necessidade de trabalhadores mais qualificados.

Como observam Santos e Silveira (2000, p. 33), a expansão da urbanização no interior do país faz com que as cidades de porte

8 Realizamos a correlação não-paramétrica de Spearman. Os resultados foram apresentados de forma mais detalhada no Anexo 1.

médio acolham maiores contingentes de trabalhadores letrados, indispensáveis à produção industrial, aos serviços e à moderna agricultura. Nesse movimento, aumenta a demanda por qualificações específicas em todas as regiões, acompanhando um processo de especialização produtiva dos lugares.

Observa-se, portanto, a relação entre a expansão do Ensino Superior e a difusão territorial da economia moderna, configurando uma divisão territorial do trabalho que estreita a vida de relações entre os lugares na medida em que também os diferencia e os torna desiguais.

Se o primeiro caso decorre da expectativa de o diploma de Ensino Superior ser a porta de entrada para profissões melhor remuneradas, o segundo caso decorre da maior necessidade de profissionais capazes de darem conta de processos produtivos cada vez mais associados às novas tecnologias em diferentes campos profissionais. Ambas são parte constitutiva dos novos usos do território brasileiro em um contexto no qual destaca-se a ação das empresas privadas que, seguindo uma lógica financeirizada e altamente competitiva, imprimem, com a anuência e estímulo de políticas públicas, um ritmo acelerado de adequações do território em conformidade com as estratégias que visam ganhos de produtividade e redução de custos.

Há um redesenho da arquitetura produtiva do território que inclui novos lugares ao mesmo tempo que reforça velhas desigualdades. Em síntese, a expansão seletiva do Ensino Superior está associada ao também seletivo desenvolvimento econômico, social e territorial no país.

Como vem se dando essa relação entre Ensino Superior e processos produtivos? Quais suas atuais dinâmicas? Nesse contexto, Cassiano Amorim (2010, p. 155-156) observa que a racionalidade que preside as discussões e ações é impregnada por aspectos de modernizações seletivas e incompletas que chegam às organizações universitárias, influenciando seus desenhos curriculares, relações e formas de trabalho, mas também imprimindo uma lógica espacialmente seletiva.

Novas formas de saber e fazer são impostas ao trabalhador naqueles lugares do território onde as variáveis da ciência, da informação e da tecnologia se fazem mais presentes de tal sorte que a expansão desigual dessas modernizações é acompanhada pela expansão seletiva do Ensino Superior, destacando-se a ação das instituições privadas num contexto no qual o próprio Estado contribui para a criação de um mercado educacional.

Observa-se que a maior presença do Ensino Superior em determinados lugares os torna virtualmente dinâmicos para a instalação de atividades que demandam uso intensivo de conhecimento. As rarefações do Ensino Superior, portanto, ampliam as desigualdades ao retirar inúmeros lugares da possibilidade de darem abrigo às atividades modernas.

A disponibilidade ou não de acesso à educação em razão do lugar onde se vive implica em oportunidades desiguais de acesso ao conhecimento e a uma formação profissional de nível superior, possível apenas por meio de um processo migratório impossível para a maioria dos jovens em idade universitária residentes nesses lugares onde o acesso ao Ensino Superior é rarefeito ou inexistente.

Como visto no capítulo anterior, a educação superior privada tem papel de destaque na adequação produtiva do território brasileiro no que se refere à formação de profissionais adequados às diferentes expressões da produção e do serviço modernos de cada lugar. O processo histórico de qualificação de mão de obra acompanhando o processo modernizador do país demonstra essa simbiose entre o mercado

educacional superior e o mercado de trabalho, segundo uma lógica educacional estritamente instrumental e funcional ao modelo de desenvolvimento ou a busca de competitividade por diferentes lugares.

Nas duas primeiras décadas do século XXI, a própria educação superior privada, ao passar por significativas transformações guiadas pelo processo de fusões e aquisições, associadas à financeirização com lastro crescente na oferta de cursos à distância de baixo custo, apresenta uma nova tendência, a desassociação entre o Ensino Superior privado e a formação de mão de obra qualificada ao mercado de trabalho e ao desenvolvimento regional.

A própria educação superior vem se tornando um mercado competitivo em franco processo de centralização, concentração e financeirização acabando ela mesma adquirindo certos dinamismos territoriais próprios cuja cadência segue regulada mais pelas demandas de rentabilidade e competitividade com ganhos de escala do que com as demandas efetivas de qualificação profissional existentes em cada canto do país.

A tendência de formação e consolidação de grandes grupos que modelam percursos formativos e propostas pedagógicas a partir de certos centros de gestão também acabam por retirar dos lugares sua autonomia e soberania em relação à produção do conhecimento e à formação de profissionais qualificados. Como consequência, tem-se um processo de alienação educacional no sentido dos centros decisórios que definem o quê e como ensinar estarem distantes dos lugares onde os estudantes são formados. Esse fato é agravado com a baixa qualidade do ensino ofertado, observável pelas notas do Enade.

A primazia das instituições privadas no Ensino Superior que acompanha as demandas por trabalhadores qualificados criadas pela modernização e urbanização do território desde a segunda década do século XX acompanhou e participou da criação de novas hierarquias de lugares mais ou menos aptos a abrigar as atividades produtivas, o que contribuiu para as presentes assimetrias no território.

Porém, no presente, a magnitude que vem adquirindo as estratégias financeirizadas de grandes grupos focadas na ampliação de cursos EaD de baixo custo operacional, fazendo uso das novas tecnologias digitais, traz como tendência a uma ampla desacoplagem dessas instituições em relação ao compromisso de formação de profissionais qualificados para os mercados regionais demandantes.

Certamente, uma análise detalhada para todo o território sobre a evolução do Ensino Superior e, em particular, do Ensino Superior privado, demanda um levantamento em diferentes escalas, dentre as quais destacamos a do lugar. No entanto, nos limites da análise empreendida, essa evolução é observada segundo as grandes regiões propostas por Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001, p. 268): Região Norte, Região Centro-Oeste (com a inclusão do Estado de Tocantins), Região Nordeste e a Região Concentrada (Sudeste e Sul). Esta escolha se dá na medida em que esta proposta de regionalização vem em resposta à observação da forma diferenciada e desigual que o território tem sido seletivamente modernizado pelo Estado e pelas empresas por meio da ciência, da tecnologia e da informação, desde meados do século XX, quando o Ensino Superior também passa a adquirir maior envergadura associada à modernização e urbanização do território e da sociedade.

A distribuição geográfica das matrículas em cursos de graduação apresenta o Ensino Superior como uma das variáveis que corrobora com a proposta de Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001). Se por um lado, a região concentrada é a mais moderna, industrializada e urbana, onde também se

destaca a agricultura científica intensiva, por outro lado, as regiões Amazônica, Centro-Oeste e Nordeste são os espaços de avanço da apropriação e do uso do território para novos fins produtivos e, dessa forma, espaços demandantes de uma população com formação capaz de dar conta dos novos processos produção, que incluem tanto no campo quanto na cidade, novos conhecimentos científicos e tecnológicos.

A expansão do Ensino Superior no século XXI mais expressiva nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste corresponde, em linhas gerais, ao empenho do Estado Brasileiro em alavancar um novo ciclo de crescimento econômico no qual a desconcentração produtiva e do consumo para além da Região Concentrada (Sudeste e Sul) ganha destaque, o que também inclui as estratégias competitivas de diferentes setores produtivos, que buscam vantagens locacionais alicerçadas na implantação de infraestruturas, em renúncias fiscais e na disponibilidade de mão de obra qualificada.

Como pode ser observado na Tabela 28, todas as regiões tiveram ganhos significativos na participação do total de matrículas em cursos de graduação. Entre os anos de 2000 e 2022, as instituições públicas tiveram um aumento de 120,5% no número de matrículas, demonstrando avanços na política pública de expansão do Ensino Superior, destacadamente por parte do governo federal. Mas a participação das matrículas do Ensino Superior privado, no mesmo período, cresceu 272%, reforçando o papel dessas instituições na oferta de Ensino Superior.

Tabela 28 **Distribuição das matrículas em cursos de graduação - Brasil e Grandes Regiões - 2020**

Região	Instituição Pública				Instituição Privada			
	Total		%		Total		%	
	2000	2020	2000	2020	2000	2020	2000	2020
Região Amazônica	64.338	107.840	7,3%	5,5%	41.587	497.930	2,3%	7,4%
Região Centro-Oeste	84.473	208.568	9,5%	10,7%	149.664	633.144	8,3%	9,4%
Região Concentrada	466.420	1.091.304	52,6%	55,8%	1.474.054	4.310.906	81,6%	64,1%
Região Nordeste	271.795	548.894	30,6%	28,1%	141.914	1.280.005	7,9%	19,0%
Brasil	887.026	1.956.606	100	100	1.807.219	6.721.985	100	100

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior (INEP), dados armazenados pelos autores).

Por um lado, esse processo revela uma certa redução das assimetrias regionais, o que também pode ser visto na relação entre matrículas e habitantes (Tabela 29). Por outro lado, observa-se o destacado papel das instituições privadas na expansão e interiorização do Ensino Superior.

Em relação ao Ensino Superior público, é observado um reforço da concentração geográfica das matrículas. Entre 2000 e 2022, a participação da Região Concentrada, passou de 52,6% a 55,8%, e da Região Centro-Oeste, que passou de 8,7% a 9,3%do total de matrículas em todo o país, enquanto as Regiões Norte e Nordeste tiveram perda de participação.

Porém, quando olhamos para as matrículas em instituições privadas, constata-se que, mesmo diante de um movimento de desconcentração significativo nas duas primeiras décadas deste século, elas contribuem para uma assimetria regional mais expressiva que as instituições públicas.

Tabela 29 | **Relação matrícula/habitantes - Brasil e Grandes Regiões - 2020**

Região	População	Instituição Pública		Instituição Privada	
		Matrícula	Matrícula/ População	Matrícula	Matrícula/ População
Região Amazônica	17.299.599	107.840	0,62%	497.930	2,88%
Região Centro-Oeste	18.314.699	208.568	1,14%	633.144	3,80%
Região Concentrada	120.035.499	1.091.304	0,91%	4.310.906	3,90%
Região Nordeste	57.667.842	548.894	0,95%	1.280.005	2,22%
Brasil	213.317.639	1.956.606	0,92%	6.721.985	3,15%

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior (INEP, dados armazenados pelos autores, 2022).

Os números mostram um movimento para os mercados do Nordeste, Amazônia e, em menor medida, para o Centro-Oeste. No ano de 2000, 81% dos estudantes matriculados nas instituições privadas estavam na Região Concentrada. Em 2022, esse número cai para 64%. A Região Nordeste passou de 7,9% das matrículas para 19%, enquanto a Região Amazônica passou de 2,4% para 8%. Já a Região Centro-Oeste passou de 8,2% para 8,8%.

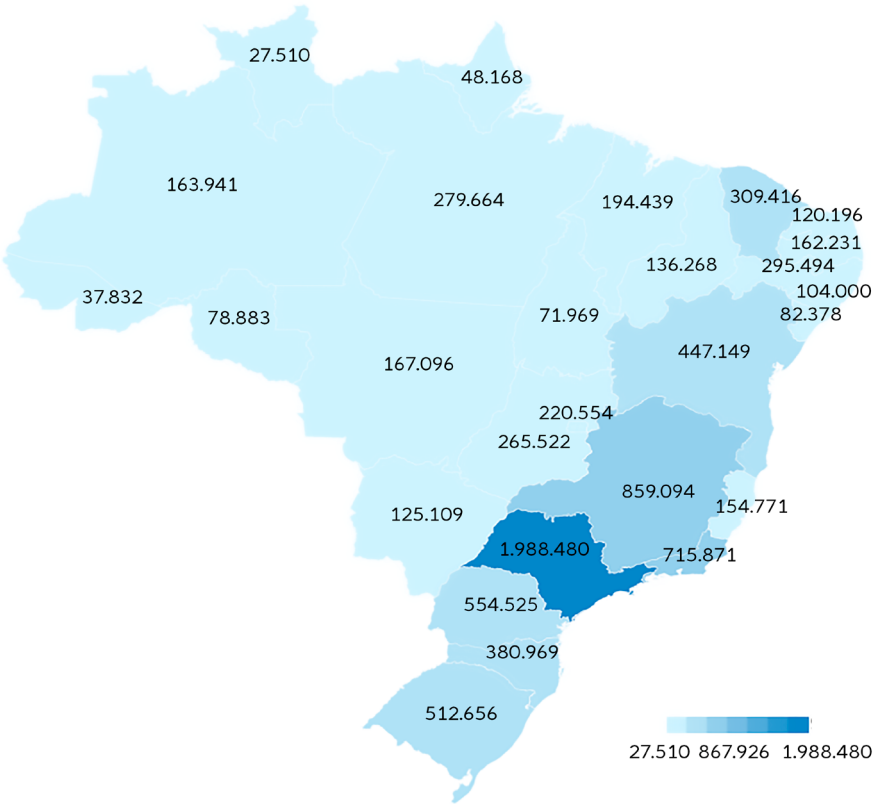
Conforme pode ser observado na Tabela 29, a relação matrícula/população apresenta pouca assimetria entre as regiões no ano de 2020, o que parece representar uma certa equidade territorial nessa relação. Importante notar, no entanto, que as assimetrias na distribuição da população correspondem historicamente a uma concentração do desenvolvimento econômico e, como veremos a frente, as matrículas em instituições privadas, crescentemente no formato EaD nos alerta sobre as condições desse acesso mais equilibrado ao Ensino Superior, sobretudo no que se refere a qualidade.

De forma geral, nota-se que a relação matrículas/população, em todas as regiões, é cerca de três vezes superior no ensino privado em comparação com as matrículas públicas, mesmo estas tendo ampliado sua presença no interior do país de forma geral e no interior de cada unidade da federação de forma particular.

Observa-se nas primeiras décadas do século XXI um processo de expansão regional generalizada e desigual do Ensino Superior no território brasileiro, sendo a criação de condições mais promissoras e efetivas do nível educacional da sociedade um de seus importantes desdobramentos (VIEIRA; MACEDO, 2022, p. 66). Porém, como demonstram os dados, a Região Concentrada, embora tenha crescido em menor ritmo, não perdeu sua primazia.

O mapa do número de estudantes matriculados em IES no ano de 2019 (Mapa 7), considerando as unidades da federação, demonstra o grau de concentração da presença do Ensino Superior no território.

Mapa 7 | Número de estudantes matriculados em 2019 por Estado

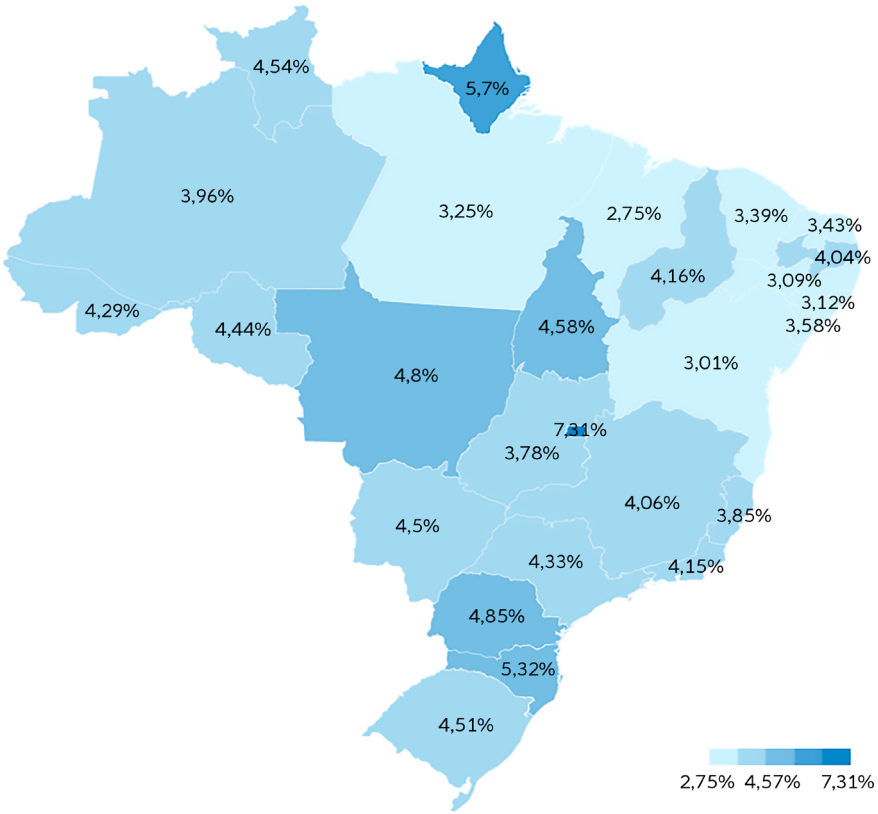


Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2019 (INEP, dados armazenados pelos autores) e população dos Municípios (IBGE, 2021).

Uma observação da relação entre matrículas e população para o mesmo ano de 2019 (Mapa 8), por outro lado, demonstra uma redução dessa assimetria como tendência, mas mais uma vez, são as unidades da federação da região concentrada e da região Centro-Oeste, onde se expande a moderna urbanização associada ao agronegócio, onde encontramos os maiores percentuais de matrículas.

Importante notar que a concentração da população acompanha a concentração da urbanização, bem como das atividades mais dinâmicas e que, dessa forma, densidade e rarefação, devem ser apreciadas em conjunto para visualizarmos os processos que reproduzem as desigualdades em novas escalas e magnitudes.

Mapa 8 | **Relação percentual entre estudantes matriculados e a população do Estado em 2019**



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2019 (INEP, dados armazenados pelos autores) e população dos Municípios (IBGE, 2021).

No entanto, ao olharmos para a distribuição intrarregional, observamos uma outra tendência de desconcentração do Ensino Superior na relação entre instituições localizadas nas capitais e fora delas entre os anos de 2000 e 2020.

Esta mudança de perfil de oferta capital x interior das IES públicas, observada nas Tabelas 30 e 31, foi devido, em parte, a uma política explícita associada ao processo de expansão de vagas do Ensino Superior Público Federal, que ocorreu entre 2006 e 2015, fruto da criação de novos cursos e campi das Universidades no âmbito do programa Reuni, Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007, da criação de novas Universidades Federais, da criação de novos campi dos Institutos Federais e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), e da educação a distância, através da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Comparativamente, destaca-se o crescimento das matrículas nas instituições públicas fora das capitais em todas as regiões, de tal forma que, em todas elas, foi reduzida a participação das capitais no total das matrículas. Em todo o Brasil, no ano de 2020, 65% das matrículas nas IES públicas estavam fora das capitais. Na Amazônica e Nordeste as mudanças foram mais significativas. Na primeira, o percentual de matrículas em instituições públicas no interior teve um crescimento de 20,3%. Já na segunda, foi de 16,3%. Como veremos, mesmo diante dos esforços dirigidos à expansão das instituições federais, a participação das IES privadas na interiorização das matrículas foi superior (Tabela 30).

Tabela 30 Matrículas em instituições públicas localizadas nas capitais e no interior segundo as grandes regiões - Brasil e Grandes Regiões 2020

Região	Interior				Capital			
	Total		% no interior da região		Total		%	
	2000	2020	2000	2020	2000	2020	2000	2020
Região Amazônica	14.834	46.842	23,1%	43,4%	49.504	60.998	76,9%	56,6%
Região Centro-Oeste	42.048	112.373	49,8%	53,9%	42.425	96.195	50,2%	46,1%
Região Concentrada	286.535	775.606	61,4%	71,1%	179.885	315.698	38,6%	28,9%
Região Nordeste	122.672	337.003	45,1%	61,4%	149.123	211.891	54,9%	38,6%
Brasil	466.089	1.271.824	52,5%	65,0%	420.937	684.782	47,5%	35,0%

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior (INEP, dados armazenados pelos autores, 2022).

O comportamento das matrículas nas IES privadas apresenta outros resultados em relação às matrículas no interior e nas capitais. Considerando a totalidade do país, as mudanças foram pequenas. Entre 2000 e 2020, o total de matrículas em instituições privadas do interior passou de 54,1% para 58,8%.

Mas houve um movimento inter-regional significativo. A participação do interior no total de matrículas em instituições privadas teve um aumento 26,5% na região Amazônica e 35,6% no Nordeste seguindo o mesmo percurso que as instituições públicas.

Porém, a região Centro-Oeste também teve um crescimento expressivo, de 26,1%. As regiões Amazônica, Nordeste e Centro-Oeste, dessa forma, se apresentaram como mercados em expansão para investimentos realizados pelas instituições privadas fora das capitais, trazendo novas implicações para a geografia do Ensino Superior no país (Tabela 31).

Tabela 31 Matrículas em instituições públicas localizadas nas capitais e no interior segundo as grandes regiões - Brasil e Grandes Regiões 2020

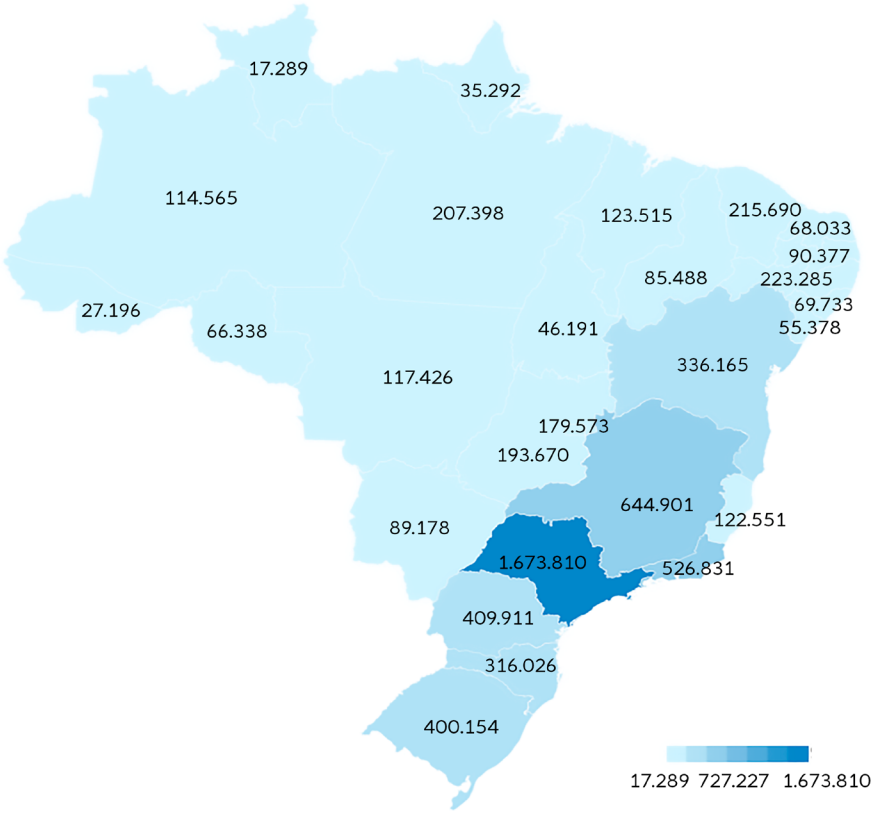
Região	Interior				Capital			
	Total		% no interior da região		Total		%	
	2000	2020	2000	2020	2000	2020	2000	2020
Região Amazônica	7.502	221.712	18,0%	44,5%	34.085	276.218	82,0%	55,5%
Região Centro-Oeste	33.608	278.944	22,5%	44,1%	116.056	354.200	77,5%	55,9%
Região Concentrada	916.178	2.812.910	62,2%	65,3%	557.876	1.497.996	37,8%	34,7%
Região Nordeste	20.345	638.947	14,3%	49,9%	121.569	641.058	85,7%	50,1%
Brasil	977.633	3.952.513	54,1%	58,8%	829.586	2.769.472	45,9%	41,2%

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior (INEP, dados armazenados pelos autores, 2022).

Interessa aqui perscrutar sobre as implicações da magnitude expressiva do Ensino Superior privado no Brasil, em um contexto no qual destacam-se as estratégias financeiras acompanhadas pela constituição de grandes grupos empresariais que vêm incorporando um número crescente de estudantes e de lugares no interior do território e fora das capitais, concentrando recursos e centralizando a gestão.

O número de estudantes matriculados nestas instituições (Mapa 9) demonstra a presença delas em todo o território, mas de forma bastante desigual, destacando-se mais uma vez a Região Concentrada (Sudeste/Sul). Diante desta magnitude do Ensino Superior privado, indaga-se sobre as implicações das estratégias associadas à financeirização, à formação de grandes grupos e a crescente oferta de EaD.

Mapa 9 | **Número de estudantes matriculados em IES privadas por estado**



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2019 (INEP, dados armazenados pelos autores, 2022) e população dos Municípios (IBGE, 2021).

No ano de 2000, as Universidades privadas não possuíam educação à distância e tampouco havia grandes conglomerados educacionais. Por conta disso, a distribuição de estudantes dava-se, de uma maneira geral, no município onde estava localizada a IES. Destacava-se o fato de as instalações das IES, bem como seu quadro funcional administrativo e docente, estarem, grosso modo, em lugares contíguos à residência dos estudantes. Por um lado, isso colabora com o desenvolvimento cultural, científico e econômico, também por meio da renda e dos hábitos de consumo desse quadro. Por

outro, podemos inferir que as instituições de origem local/regional também tinham certo interesse no desenvolvimento regional que sustentava seu próprio mercado estudantil.

Esta continua sendo, de maneira geral, a lógica da oferta presencial das IES privadas, a Tabela 32 mostra o número de estudantes matriculados em cursos presenciais em 2020 por sua localização e também pela localização da sede das IES.

Tabela 32 **Número de matrículas em cursos de graduação presenciais em todas as IES - Brasil e Grandes Regiões em 2020**

Região	Matrículas pela localização do estudante	Matrículas pela localização da sede IES	% de matrículas em localização diferente da sede
Região Amazônica	216.438	144.678	33%
Região Centro-Oeste	344.572	387.250	11%
Região Concentrada	2.458.170	2.490.089	1%
Região Nordeste	756.728	753.891	0,5%
Total	3.775.908	3.775.908	100%

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022) e população dos Municípios (IBGE, 2021).

Observamos uma diferença significativa entre a localização dos estudantes e da sede da IES apenas na região Amazônica. As demais, de maneira geral, têm suas sedes e professores na região onde localizam-se os estudantes. Dessa forma, podemos afirmar que, há uma ancoragem das IES públicas e privadas que ofertam cursos presenciais em relação aos lugares que as abrigam. Mas quando olhamos para o dinamismo da oferta de cursos EaD por grandes grupos a situação é outra. A concentração das matrículas soma-se à centralização do comando dos grandes grupos de educação localizados na região Concentrada.

Os dados da Tabela 33 demonstram que, de um lado, temos as Regiões Amazônica e Nordeste com números elevados de matrículas em EaD em instituições localizadas fora do lugar de residência dos estudantes, respectivamente 96% e 80%. Na região Centro-Oeste, 16% dos matriculados estão na mesma localização das sedes. Mas a região Concentrada tem 28,5% de matrículas fora do lugar de residência dos estudantes.

Tendo em vista a localização das sedes dos grandes grupos que estão na região Concentrada, compreende-se que assistimos a um processo de alienação educacional no território, que afeta, sobremaneira, a Amazônia e o Nordeste. Lembrando, como observado acima, que a presença das IES observada pelas matrículas é significativa também fora das capitais, inclusive na Região Concentrada.

Observa-se uma tendência de perda de autonomia educacional em grande parte do território, na medida em que crescem as matrículas na modalidade EaD em grandes grupos cujas sedes estão distantes dos estudantes e, logo, de suas cidades e regiões.

Nesse contexto, os estudantes são formados segundo modelos educacionais elaborados em determinados centros, por vezes fora do país, há uma drenagem financeira, uma transferência geográfica da renda, na medida em que as mensalidades pagas não são revertidas em investimentos locais/regionais, nem mesmo pela constituição de mercados pelos professores, tutores e trabalhadores administrativos que estão em cidades distantes.

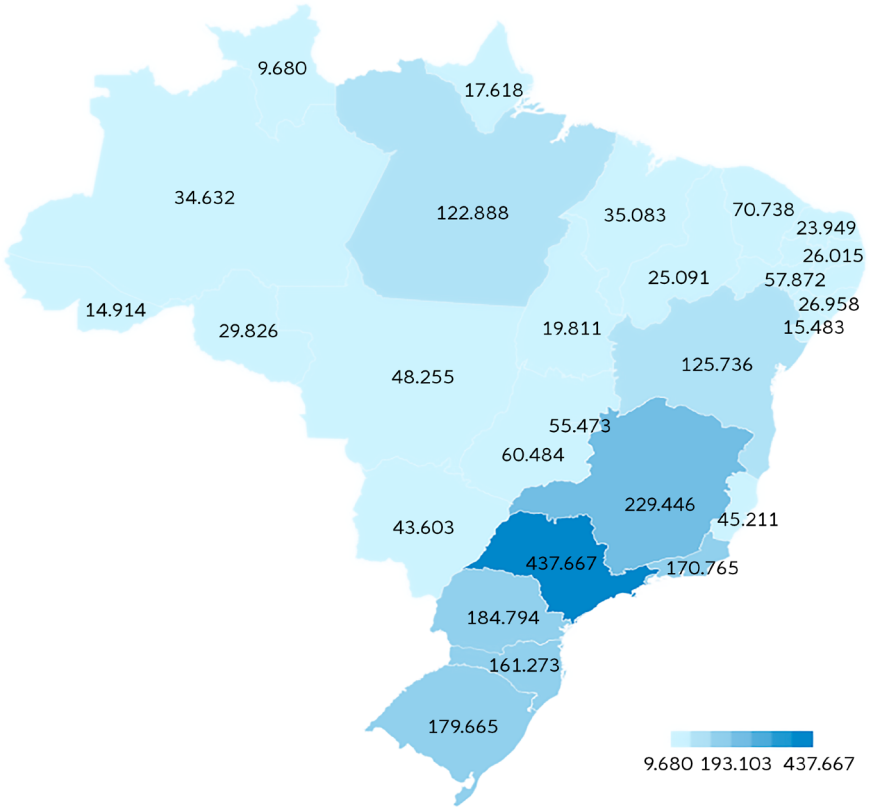
Tabela 33 | Número de matrículas em cursos de graduação EaD nos Grandes Grupos - Brasil e Grandes Regiões em 2020

	Matrículas pela localização do estudante	Matrículas pela localização da sede IES	% de matrículas em localização diferente da sede
Região Amazônica	281.492	11.045	96%
Região Centro-oeste	288.572	242.168	16%
Região Concentrada	1.852.736	2.590.720	28,5%
Região Nordeste	523.277	104.498	80%
Brasil	2.946.077	2.948.431	0,1%

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022) e população dos Municípios (IBGE, 2021).

O Mapa 10, com o número total de matrículas em 2019 em cursos EaD nas instituições privadas, demonstra a magnitude do fenômeno e seu papel no reforço das desigualdades regionais.

Mapa 10 | Número de estudantes matriculados em IES privadas na modalidade EaD por UF em 2019



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2019 (INEP, dados armazenados pelos autores, 2022) e população dos Municípios (IBGE, 2021).

Se olharmos para a localização da IES, observamos que 2,48 milhões de estudantes de EaD das IES privadas estão em apenas 21 IES, ou seja, emanando seus cursos de apenas 21 municípios do País, a grande maioria destes municípios na região Concentrada (Tabela 34). Estes 2,48 milhões de estudantes correspondem a 84% do total de estudantes matriculados na EaD das IES privadas em 2020.

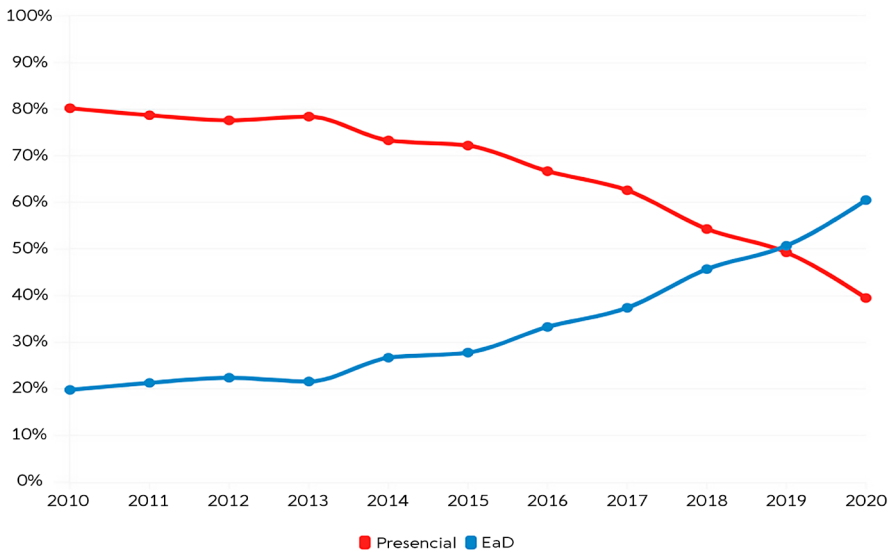
Tabela 34 | **Estudantes matriculados em cursos EaD segundo a IES selecionadas - 2020**

Unidade da Federação	Nome	Estudantes matriculados
Ceará	Centro Universitário Inta	20.137
Distrito Federal	Centro Universitário Planalto do Distrito Federal – Uniplan	39.044
Mato Grosso do Sul	Universidade Anhanguera	163.794
Paraná	Universidade Pitágoras Unopar	395.414
	Centro Universitário Internacional	198.599
	Centro Universitário de Maringá - Unicesumar	190.241
	Faculdade Educacional da Lapa	75.366
Pernambuco	Centro Universitário Maurício De Nassau	24.454
Rio de Janeiro	Universidade Estácio de Sá	250.882
Santa Catarina	Centro Universitário Leonardo da Vinci	399.552
	Centro Universitário Estácio de Santa Catarina - Estácio Santa Catarina	34.529
	Centro Universitário Facvest	23.976
São Paulo	Universidade Paulista	269.499
	Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto	79.007
	Universidade Cruzeiro do Sul	72.797
	Universidade Nove de Julho	59.013
	Universidade Cidade de São Paulo	53.304
	Universidade de Franca	44.367
	Universidade Anhembi Morumbi	33.780
	Universidade Santo Amaro	26.265
	Centro Universitário Facvest	21.905

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022).

Esta questão é ainda mais preocupante, considerando que estamos em franca expansão dos ingressos em EaD. Como mostra a Figura 27, 60,5% dos ingressos das IES privadas foram em EaD, sendo que destes 80% estão nos dez maiores grupos privados.

Figura 27 | Percentual de ingressos presencial e com EaD nas IES privadas



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior (INEP, dados armazenados pelos autores, 2022).

Foram observadas, na Figura 27, as consequências dessa tendência em termos da concentração de recursos e da centralização do comando dessas empresas que possuem a totalidade do território como um mercado ao mesmo tempo único e segmentado, do qual podem drenar importantes montantes financeiros sem gerar renda e trabalho nos lugares onde estão seus estudantes e sem se comprometer com a entrega de cursos de qualidade que venham a contribuir com a produção do conhecimento ou com a formação de profissionais que contribuam para a maior capacitação da força de trabalho e para ganhos de produtividade nas economias locais/regionais.

3.4. Regulamentação, Supervisão e Tendências da EaD no Brasil[9]

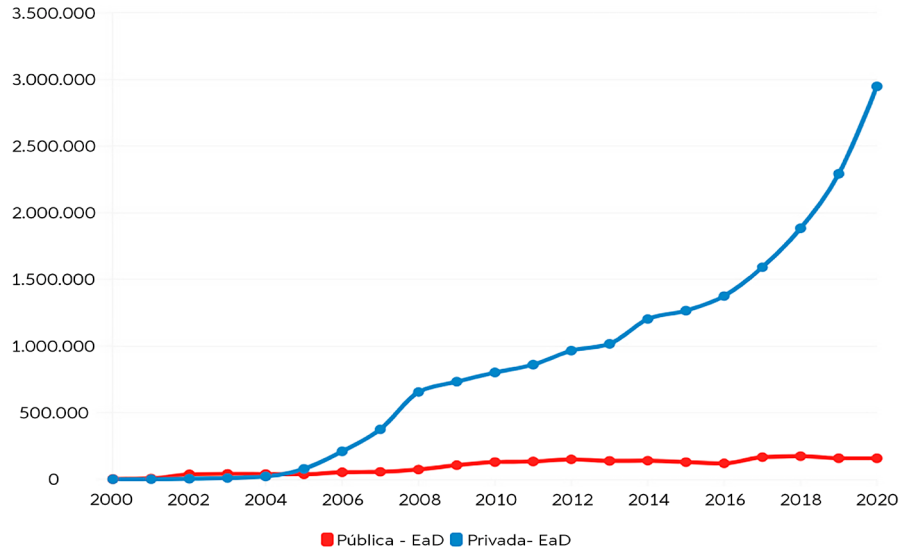
9 Texto parcialmente extraído de BIELSCHOWSKY, 2020.

No Brasil, a educação superior a distância começou em 1995 com o curso de licenciatura plena para professores em exercício em Educação Básica de 1ª a 4ª séries da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) (NEDER, 2004), exemplo que foi seguido por diversas IES. Esse início de oferta, calcada no Art. 80 da Lei nº 9.394, de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, gerou uma discussão no MEC sobre EaD, resultando nos Referenciais de Qualidade para oferta de EaD (MEC, 2007)[10]. O primeiro vestibular não dirigido especificamente a professores em exercício da Educação Básica foi realizado em 2003 pelo consórcio Cederj, das universidades públicas do Rio de Janeiro (BIELSCHOWSKY, 2017). A Figura 28 apresenta a evolução de matrículas de EaD no país.

Aberta a possibilidade de oferta de EaD no Ensino Superior, seguiu-se uma primeira "explosão" no número de matrículas em EaD do setor privado entre 2004 e 2008, conforme mostra a Figura 28.

10 A primeira versão é de 2003.

Figura 28 | **Evolução de matrículas no Ensino Superior a distância no Brasil**



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior (INEP, dados armazenados pelos autores, 2022).

Observamos um primeiro crescimento exponencial na oferta da EaD das IES privadas entre 2004 e 2008 que foi parcialmente calcado em uma oferta de baixa qualidade, gerando um esforço do MEC em processos de acreditação em EaD, com a revisão dos Referenciais de Qualidade para oferta de EaD (MEC, 2007), os Decretos nº 5.622/05, nº 5.773/06, que regulamentaram o Art. 80 da LDB, do Decreto nº 6.303/07, que estabelece a exigência de polos regionais, a Portaria Normativa nº 40, que institui o e-MEC, bem como instrumentos específicos para EaD no Inep de autorização de IES para EaD, autorização e reconhecimento de cursos EaD e autorização da criação de polos. Esse comportamento também resultou, naquele período, em um intenso processo de supervisão, realizado pela Secretaria de Educação a Distância (SEED) do MEC entre 2007 e 2010.

Com o auxílio de cerca de 400 professores das nossas universidades que visitaram essas IES e seus polos e uma equipe estruturada na SEED/MEC, cada IES que apresentava indícios de problemas de oferta foi minuciosamente avaliada. Foram estabelecidos, quando necessário, termos de saneamento detalhados com caminhos para a qualificação da sua oferta de EaD. Esse trabalho, que resultou no descredenciamento de várias IES e de milhares de polos de apoio regionais, mostrou as seguintes fragilidades da oferta de EaD daquelas IES indicadas para o saneamento:

- Desconexão da universidade com os alunos: atividades acadêmicas terceirizadas, às vezes mesmo por um terceirizado do terceirizado;

- Alguns cursos não eram, na prática, cursos de graduação:
  i. O material didático não tinha densidade para um curso de graduação; havia disciplinas com 40 páginas de material impresso e pouco ou nenhum material complementar;

  ii. A avaliação era realizada nesse contexto de conteúdo, ou seja, não exigia do estudante conhecimentos compatíveis com um curso de graduação;

- Avaliações desconectadas dos docentes das universidades. Por exemplo, provas objetivas corrigidas automaticamente, em cima de um conteúdo aligeirado. Alunos com deficiências graves de escrita formando-se em carreiras como Pedagogia ou licenciatura em Letras;

- Falta de apoio ao estudante: encontramos casos em que o estudante não dispunha de tutoria presencial e a tutoria a distância era quase inexistente;

- Polos de apoio presencial sem adequação mínima para oferta de educação superior.

O efeito desse trabalho de supervisão foi interromper o ciclo de crescimento exponencial de matrículas do setor privado a partir de 2008, fruto do descredenciamento de várias IES para a oferta de EaD e a requalificação com restrição ao crescimento de matrículas de outras neste período.

Lamentavelmente, o processo de supervisão no MEC foi interrompido a partir de 2011, os instrumentos de avaliação do Inep foram modificados, retirando parte dos cuidados relacionados especificamente com a EaD (colocados anteriormente).

Recentemente, os processos regulatórios foram modificados (Decretos nº 9.235/17 e 9.057/17 e Portaria MEC nº 11/2017), permitindo a criação de novos polos sem vistoria prévia e abrindo brechas para o credenciamento de IES sem prévia análise pelo Ministério da Educação, como mostra o Art. 12 e seu § 2º da Portaria MEC nº 11/2017.

A Figura 28 mostra um novo crescimento exponencial do número de alunos de EaD a partir de 2016. Além de um crescimento percentual de matrículas parecido, esses dois períodos guardam duas outras semelhanças: crescente concentração de matrículas em poucas IES e claros indícios de baixa qualidade e altas taxas de evasão na oferta de EaD dessas IES, como mostramos na seção 3.1 deste capítulo.

A nova onda de "explosão" na oferta de EaD das IES privadas veio antes da pandemia, não se trata, portanto, de um efeito da pandemia, mas de uma busca por lucros exorbitantes aliada a uma falta de regulamentação e supervisão do MEC, conforme destacamos nas seções anteriores e que abordaremos também no Capítulo 4.

As consequências da pandemia neste processo ainda precisarão ser avaliadas à luz dos dados do Censo da Educação Superior de 2021 e 2022, bem como com os resultados dos exames Enade que incluam concluintes que estejam matriculados a partir de 2019, entre outros elementos.

Ainda assim, o efeito da pandemia tem sido intensamente discutido na literatura. Por exemplo, Sousa, Teixeira e Gentil (2022) descrevem o que ocorre, atualmente, com o Ensino Superior, sua virtualização e a precarização da educação e das relações trabalhistas. A pandemia causada pelo Coronavírus (COVID-19) decretada pela OMS em março de 2020 e considerada uma das maiores crises sanitária, política, econômica e social levou à necessidade de transição do ensino presencial para o ensino remoto.

Ainda assim, o efeito da pandemia tem sido intensamente discutido na literatura. Por exemplo, Sousa, Teixeira e Gentil (2022) descrevem o que ocorre, atualmente, com o Ensino Superior, sua virtualização e a precarização da educação e das relações trabalhistas. A pandemia causada pelo Coronavírus (COVID-19) decretada pela OMS em março de 2020 e considerada uma das maiores crises sanitária, política, econômica e social levou à necessidade de transição do ensino presencial para o ensino remoto.

As IES privadas que já possuíam parte de suas vagas em regime de EaD e uma estrutura tecnológica montada e assimilada pelos estudantes e corpo docente, rapidamente foram capazes de abraçar este novo

formato virtual para os seus cursos presenciais principalmente dentro de uma realidade de baixa regulamentação de cursos EaD no Brasil. Aumentaram as situações onde professores do ensino presencial passaram a dar aula para turmas de centenas de estudantes, apoiados por tutores e plataformas de correção de provas de múltipla escolha com base em algoritmos com significativas falhas e que privilegiavam o plágio, algo totalmente condenado no mundo acadêmico e, no caso de Códigos de Conduta de IES estrangeiras, motivos para expulsão de alunos conforme relato abaixo:

> Em 2020, por exemplo, descobriu-se que as instituições de ensino superior do grupo Laureate, hoje nima, à época dono de doze instituições de ensino superior, passou a usar algoritmos no lugar de professores na correção de provas e demais atividades feitas pelos estudantes, sem que o fato fosse de conhecimento prévio da comunidade acadêmica. O algoritmo, logicamente, atribui nota máxima para respostas plagiadas de sites da internet, ao passo que zerava atividades em que houve alguma tentativa de elaboração ou reflexão. Após a repercussão do caso, todos os professores dos cursos EaD foram demitidos (SOUSA, TEIXEIRA, GENTIL, 2022, s/p.).

A tecnologia possui um importante papel na educação e não deve ser criticada em sua integralidade. Diversas ferramentas e metodologias de ensino e aprendizagem que usam a tecnologia demonstram ter um papel significativo para a educação nas diferentes fases do ensino.

No entanto, como destacamos anteriormente, a EaD de boa parte das IES privadas com grande número de alunos, a partir de 2016, foi realizada no interesse de racionalização e redução dos custos e, consequentemente, aumento de sua lucratividade e valorização de suas ações em bolsa, na maioria dos casos, sem preocupação com a qualidade do ensino, com o perfil do egresso e com o conhecimento adquirido pelo(a) mesmo(a).

As marcas deste mecanismo possivelmente virão também quando analisarmos o uso do ensino remoto durante a pandemia, e, no pós-pandemia, em uma ainda maior expansão da EaD dos grandes grupos privados e nos 40% do ensino presencial autorizados pela regulamentação do MEC (Portaria 2117/2019) que permite que cursos presenciais ampliem de 20% para 40% as disciplinas em formato EaD.

Neste formato utilizado no ensino remoto potencializado pela pandemia, que não segue os preceitos técnicos de um curso de qualidade de EaD, os professores gravam suas aulas que são transmitidas para salas de aula com milhares de alunos, reduzindo a necessidade de um número maior de professores nas IES.

Assim, o formato Ead passou a ser muito bem aceito por alguns discentes de cursos presenciais que viram seu custo de transação relacionado à mobilidade urbana cair, significativamente, e a possibilidade de reduzir o desembolso das mensalidades que passaram a ser mais muito menores no formato "remoto", a exemplo do que grandes grupos educacionais vinham fazendo:

> Para estudantes, abre-se a possibilidade de cursos acessíveis, a baixíssimo custo (porque massificados, padronizados e indiferenciados), ainda que o custo seja uma formação promovida, literalmente, por um robô e/ou por uma sequência de videoaulas gravadas sob condições adversas, sabe-se lá há quantos anos. (SOUSA, TEIXEIRA, GENTIL, 2022, s/p.).

Os próximos passos destes cursos, ao que tudo indica é o aumento do uso da dita "tecnologia" utilizada no ensino remoto, com um grande apelo à população, mas sem embasamento pedagógico ou verificação de assimilação de conteúdo:

> Aliás, a pauta que o setor empresarial da educação disputa agora junto ao

> governo é o 5G e o metaverso, para que a aplicação de recursos tecnológicos ao ensino possa ser ampliada, tornando-o ainda mais automatizado e gerido com base num capitalismo algorítmico e uberizado. Basta ver a parceria entre a TIM e a Cogna (holding do setor financeiro que atua em vários negócios no país, especialmente na educação superior), que formaram a Ampli, focada na oferta de cursos de graduação, pós-graduação e cursos livres 100% pelo celular.
>
> Iniciativas como essas, como dito pelo próprio CEO da Kroton – braço da Cogna na educação superior –, não só prometem enorme valorização de ambas as empresas, como elevam a um novo patamar a massificação feita pelo mercado e para o mercado, além de alçarem também a novo nível o propósito de extinção do trabalho docente ou, ao menos, a expropriação das suas atribuições, transferindo-as para robôs e programações de inteligência artificial. (SOUSA, TEIXEIRA e GENTIL, 2022, s/p.).

Visivelmente, a pandemia se tornou uma boa desculpa para uma ainda maior maximização dos lucros das IESs privadas por meio de sua reestruturação. No pós- pandemia, com a regulamentação do MEC (Portaria 2117/2019) que permite que cursos presenciais ampliem de 20% para 40% as disciplinas em formato EaD, este formato será "o trunfo de muitos grupos educacionais em meio à redução do Fies —o fundo de financiamento estudantil— em que o governo garante o pagamento das mensalidades e o aluno paga com juros subsidiados depois de se formar" (DOMENICI, 2020, s/p.).

CAPÍTULO 4

Financeirização da educação superior

4. Financeirização da Educação Superior

O que entendemos por Financeirização da Educação Superior?

O fenômeno da expansão das IES privadas, o crescimento do número de vagas e de conglomerados empresariais no setor, é fundamental para entender o Ensino Superior no Brasil nos dias de hoje. Para isso, um olhar específico para como se dá o processo de oligopolização e financeirização da educação superior é fundamental. De acordo com Seki (2021), a financeirização e a privatização são temas indissociáveis. Para Chaves e Amaral (2016):

> As transformações ocorridas no mercado financeiro mundial de liberação e desregulamentação dos fluxos financeiros, da interligação dos mercados, da criação de inovações financeiras (derivativos, securitização, contratos futuros etc.) e de fundos de investimentos institucionais, são denominadas por estudiosos de financeirização (CHAVES e AMARAL, 2016, p.52).

Para entender este processo, faremos uma breve análise histórica. A destinação de recursos públicos para as IES privadas se tornou possível com a revisão, no regime militar (1965), do Plano Nacional de Educação de 1962, relatado por Anísio Teixeira. Passou-se, então, à transferência de 5% do Fundo Nacional de Ensino Superior para a iniciativa privada, num contexto de constantes cortes orçamentários para as instituições públicas de ensino. Diante desse cenário, os recursos despendidos com a captura do fundo público para a "educação de excepcionais" e "bolsas de estudos", conforme previsto na revisão de 1965 do Plano de Educação, se constituiu como fator preponderante para a transformação no Ensino Superior brasileiro (SEKI, 2021).

Adicionalmente, escolas e cursinhos pré-vestibulares se transformaram em IES, da mesma forma, que se promoveu a expansão e a abertura de novas faculdades e cursos em todas as grandes áreas do conhecimento. Foram múltiplos os fatores que determinaram a oligopolização das IES privadas, que vão além do dispositivo de redimensionamento do setor promovido pela revisão ocorrida em 1965 do Plano de 1962. As relações pessoais de favorecimento entre os agentes políticos que se unem aos interesses das elites empresariais, juntamente, com as crises das IES de pequeno porte, revelaram como efeito o "canibalismo institucional" entre essas instituições de ensino, resultando na compra massiva das IES de menor porte pelos grandes conglomerados do ensino privado, agindo em conjunto com a isenção do pagamento de tributos ao Estado.

O panorama histórico das políticas de educação demonstra uma série de jogos de interesses que convergiram na viabilização da financeirização do ensino em todos seus níveis. No entanto, foi no Ensino Superior que essas políticas ganharam maior expressão. Podemos destacar como primeiro mecanismo legal para o favorecimento da criação dos grandes conglomerados, a chamada "*imunidade tributária*", assegurada na legislação brasileira por meio da Constituição Federal de 1934, que isentava as instituições de educação básica ou profissional a pagarem seus tributos ao Estado, desde que estas atendessem ao perfil de idoneidade estipulados pelo Art. 154: "Os estabelecimentos particulares de educação, gratuita, primária ou profissional, oficialmente considerados idôneos, serão isentos de qualquer tributo" (BRASIL, 1934 *apud* SEKI, 2021).

A isenção do pagamento desses tributos ao Estado pelas instituições privadas foi endossada no texto constitucional de 1946, que estabeleceu: "b) templos de qualquer culto, bens e serviços de Partidos Políticos, *instituições de educação e de assistência social*, desde que suas rendas sejam aplicadas integralmente no País para os respectivos fins"

(BRASIL, 1946, art. 31, *apud* SEKI, 2021), fato este que explica muito os atuais problemas estruturais envolvendo a educação superior no Brasil.

Ainda no período de vigência da Constituição Federal de 1946, ocorreu a mudança de regime político no Brasil, no ano de 1964. Como desdobramento do golpe de Estado, a Carta Magna sofreu inúmeras emendas que a descaracterizaram. Chegou a ser suspensa pelo Ato Institucional Número Um (AI-1) e, posteriormente, substituída pela Constituição de 1967, proposta oficialmente pelo Ato Institucional IV [11]. Mesmo diante de tantas mudanças, o autor nos aponta que "a redação foi substancialmente mantida na Constituição Federal de 1967, e na Emenda Constitucional n°1, de 17 de outubro de 1969 (EC 1/1969)" (SEKI, 2021, p.109).

Conforme evidenciado por Saviani (2008), nas disposições presentes nas cartas constitucionais dos anos de 1934 e 1946, e salvaguardada pela EC nº1/169 – também conhecida como Constituição Federal de 1969 – a eliminação da vinculação orçamentária que tornava obrigatório o repasse do fundo público à educação é o elemento mais importante da emenda, e também responsável por endossar a política de privatização do Ensino Superior:

> A Constituição de 1934 havia fixado 10% para a União e 20% estados e municípios; a Constituição de 1946 manteve os 20% para os estados e municípios e elevou o percentual da União para 12%. A Emenda Constitucional n. 1, baixada pela Junta Militar em 1969, também conhecida como Constituição de 1969 porque redefiniu todo o texto da Carta de 1967, restabeleceu a vinculação de 20%, mas apenas para os municípios." (art. 15,§3º, alínea f). (SAVIANI, 2008, p. 298)

Assim, com a constrição do fundo público da União, do Distrito Federal, Estados e municípios à educação pública, o orçamento é reduzido a um terço do mínimo estipulado pela Constituição de 1946 e, pelas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB, do ano de 1961. Em parte, como consequência da desobrigação orçamentária por parte do Estado, houve um crescimento vertiginoso de escolas e colégios privados, que contribuíram com a expansão da iniciativa privada na educação básica. Por outro lado, as reformas na organização geral do ensino brasileiro e na formação de professores foram também responsáveis por esse processo (SEKI, 2021). As alterações referidas por Saviani (2008) foram introduzidas pelas Constituição Federal de 1967, pela Lei n°5.540, de 28 de novembro de 1968, pela EC 1 de 17 de outubro de 1969 e pelo Parecer Federal de Educação n°25 de 1969.

Ao aprofundar a reflexão sobre essas medidas podemos observar uma série de elementos legais, para além dos já apresentados, que corroboram a possibilidade de crescimento de conglomerados de educação superior privada presentes ainda na CF de 1967 e na EC nº1/1969. De acordo com o parágrafo 2º do art. 168 da CF/67: "o ensino é livre à iniciativa particular, a qual merecerá apoio técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive bolsas de estudo" (BRASIL, 1967 *apud* SEKI, 2021). Complementar a esse ponto, o inciso III do parágrafo 3º afirmava que: "a gratuidade do ensino seria limitada, tornando o 'ensino oficial', 'gratuito para quantos, demonstrando efetivo aproveitamento, provarem falta ou insuficiência de recursos", e mais: "sempre que possível, o Poder Público substituirá o regime de gratuidade pelo de concessão de bolsas de estudo", neste ponto, seria exigido o reembolso por parte dos estudantes formados no Ensino Superior (Brasil, 1967 *apud* SEKI, 2021).

A EC nº1/1969 manteve a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário para os estudantes na faixa etária dos sete aos quator-

11 ROCHA, Antônio Sérgio de Carvalho. Trajetória constitucional no Brasil. In: roteiros de aula 11, da UC Política III do curso de Ciências Sociais da UNIFESP/EFLCH, São Paulo, 2021.

ze anos, ao passo que, restringia o acesso aos níveis educacionais subsequentes como os ensinos médio e superior, ao instituir que "aqueles que demonstram, segundo critérios institucionais, os devidos graus de aproveitamento e aos que não pudessem pagar mensalidades e taxas". Outra medida determinada pela emenda dizia que "gradativamente" o regime de gratuidade no ensino médio e no superior' seria substituído 'pelo sistema de bolsas de estudos, mediante restituição, que a lei regulará" (BRASIL, 1969 *apud* SEKI, 2021). Essas medidas, certamente, contribuíram com a mercantilização do ensino já em sua fase embrionária.

A Reforma Universitária de 1968 representou um marco indispensável para a análise desse período, pois significou a principal mudança de estrutura do Ensino Superior público. Sendo instituída pela Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e regulamentada pelo Decreto nº464, de 11 de fevereiro de 1969, a reforma tornou o Ensino Superior "indissociável da pesquisa". Nesse sentido, as instituições públicas ou privadas como as universidades receberam algum tipo de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, ainda que num sentido absolutamente restrito, conforme apontou Seki (2021).

É importante lembrar que a Reforma Universitária de 1968 surgiu às vésperas do Ato Institucional nº 5 (AI 5), que foi considerado o mais autoritário ato institucional do Regime Militar. Editado em 13 de dezembro de 1968, pelo então Ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, o ato concedia ao Presidente da República o poder de intervir em estados e municípios, cassar mandatos e suspender direitos políticos, assim como de decretar recesso do Congresso, e assumir suas funções legislativas.

Com apenas 12 artigos, o AI-5 também suspendia o *habeas corpus* para crimes políticos, e foi responsável pela censura de jornais que se opuseram ao regime, livros e obras consideradas "subversivas", e pelo exílio, tortura e morte de vários artistas e intelectuais do período[12]. Portanto, a "autonomia científica" estabelecida pela Reforma Universitária de 1968 tinha a inclusão de representantes dos 'setores produtivos' nos órgãos estratégicos das universidades públicas, e repressão aos movimentos estudantis e sindicais (SEKI, 2021).

Isto posto, já naquele momento a política de educação pavimentou o caminho da privatização em todas as modalidades e níveis de ensino. No entanto, como demonstrado, foi no Ensino Superior que ela se concentrou com maior afinco e de maneira legal, como demonstram as alterações e favorecimentos constitucionais do fundo público para a iniciativa privada. A revisão do Plano Nacional de Educação, de 1962, no ano de 1965, torna patente outros espectros dignos de nota.

Neste mesmo período, Seki (2021) chama a atenção sobre os acordos entre o Ministério da Educação e a *United State Agency for International Development* (USAID). Esses acordos ficaram conhecidos como Acordos MEC-USAID, que foram assinados em 31 de março de 1965.

Os acordos tinham como objetivo, sobretudo, "estabelecer convênios de assistência técnica e de cooperação financeira para a educação brasileira". O período de maior intensidade desses acordos ocorreu entre junho de 1964 e janeiro de 1968, com 12 acordos consolidados, que abrangeram a educação primária ao Ensino Superior. A parceria MEC-USAID se inseriu num cenário político e histórico marcado pelo tecnicismo educacional, como pressuposto do desenvolvimento econômico, fortemente alicerçados nas teorias educacionais do capital humano. O último desses acordos foi firmado no ano de 1976 (MINTO 2006 *apud* SEKI, 2021).

12 ROCHA, Antônio Sérgio de Carvalho. Trajetória constitucional no Brasil. In: roteiros de aula 11, da UC Política III do curso de Ciências Sociais da UNIFESP/EFLCH, São Paulo, 2021.

Como explica Seki (2021), a interferência internacional, nesse contexto, tinha por objetivo fornecer as diretrizes políticas e técnicas para a reorientação do sistema de educação brasileiro, à luz do desenvolvimento capitalista internacional. Portanto, a "ajuda internacional" servia mais aos interesses político-econômicos internacionais e, sobretudo, das grandes corporações norte-americanas.

Entretanto, conforme mostra o autor, na prática essas políticas não representaram mudanças significativas num primeiro momento na política educacional, mas foram decisivas no processo de formular e orientar o processo de reforma da educação brasileira na Ditadura Militar: "Destacam-se a Comissão Meira Mattos, criada em 1967, e o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU), de 1968, ambos decisivos na reforma universitária (Lei nº 5.540/1968) e na reforma do ensino de 1º e 2º graus (Lei nº 5.692/1971)" (SEKI, 2021).

Na somatória dos problemas já expostos inclui-se a coerção própria do regime militar contra as universidades públicas de ensino, que sofreram enormemente com a repressão ao livre pensamento, cuja censura das aulas levaram a aposentadorias compulsórias para docentes, prisões, cassações, desaparecimentos, exílio e assassinatos de militantes discentes e docentes, e membros de movimentos sociais. O processo de mercantilização da educação superior atendia unicamente ao objetivo de reordenar a infraestrutura de pesquisa para as agendas de desenvolvimento de produtos e serviços de capitais e do ensino para a formação de mão de obra exigida (SEKI, 2021).

Houve, portanto, uma guerra ideológica contra o livre pensamento que servia à ambição de membros do governo, militares, empresários, e grupos de poder subordinados aos interesses norte-americanos que atuavam na esteira da financeirização. Merece destaque, com isso, a ação do já mencionado Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU), de 1968, que atuou ideologicamente para disseminar a ideia do pagamento de mensalidades ao alunado das IES públicas a partir do ano seguinte, 1969. Em contrapartida, havia a pressão operada por movimentos que reivindicavam o acesso ao Ensino Superior, em grande medida a classe média, e movimentos sociais que pediam por mais acesso e democracia, reforçando a abertura de vagas nas IES privadas.

Para atender a essa demanda, o "regime-empresarial-militar", por meio do Ministério da Educação e Cultura, criou no ano de 1976 o primeiro programa de financiamento público para a admissão no Ensino Superior, o Programa de Crédito Educativo (PCE). O PCE foi responsável pelo crescimento e enriquecimento de muitos grupos de ensino, e foi encerrado no ano de 1991, em decorrência da hiperinflação e do contexto neoliberal que se descortinava. O programa ressurgiu em 1999, com o nome de Programa de Financiamento Estudantil (FIES) através da Medida Provisória 1.827-1/1999, e aprovado através da Lei 10.260/2001.

Verificamos, desta forma, que houve uma série de incentivos nacionais e internacionais que contribuíram com o regime e a iniciativa privada, com vistas ao rearranjo da Educação Superior e do sistema de ciência e tecnologia. Das organizações nacionais que operam com esse intento podemos destacar o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais; o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária; o Ministério do Planejamento; a Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior; o Conselho Federal de Educação e a "tecnocracia militar".

No plano internacional, os chamados "acordos de cooperação técnica com o Departamento de Estado dos Estados Unidos" contaram com a intermediação dos referidos acordos entre MEC-USAID, e os financiamentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial (BM). Além disso, houve o apoio de grupos

universitários de docentes de universidades públicas interessados na ideia de "modernização" da universidade e que faziam "vistas grossas" às atrocidades do regime (SEKI, 2021).

Correspondente às inúmeras medidas legais de favorecimento da mercantilização do Ensino Superior, houve a criação dos Aparelhos Privados de Hegemônia (APH). Esse termo, cunhado por Seki (2021), se refere às inúmeras entidades, federações e associações criadas pelo capital de Ensino Superior, para promover os seus interesses frente ao Estado.

O autor demonstra que essa teia de organizações surgiu na década de 1930, contando com atuação em todo o território nacional e, inclusive, internacional. Os lobistas do ensino privado se articulam com o Estado, organizações de regulamentação do ensino, ao Ministério da Educação à governantes e políticos – isso quando não são eles os próprios políticos – que agem em proveito próprio, digladiando-se com a concorrência para obter a melhor vantagem competitiva, às custas da oferta de ensino precarizado e tecnicista.

A Tabela 35 apresenta algumas das entidades representativas que atuam em defesa dos grandes conglomerados do Ensino Superior privado no Brasil.

Tabela 35 | **Entidades representativas dos interesses do capital de Ensino Superior privado - Brasil, 1932-2016**

Ano	Nome
1932	Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo (SIEEESP)
1944	Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEM)
1950	Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas (ABESC)
1961	Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina (SINEPE/SC)
1964	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB)
1974	Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE)
1976	Associação Profissional das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado do RJ (AMES)
1976	Sindicato das Entidades Mantenedoras dos Estabelecimentos de ES no Estado do Rio de Janeiro (SEMERJ)
1977	Federação das Escolas de Ensino Superior de Divinópolis/MG (Fesud)
1979	Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior (SEMESP)
1982	Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES)
1989	Associação Nacional de Universidades Particulares (ANUP)
1989	Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP)
1990	Sindicato das Entidades Mantenedoras de Direito Privado no Ensino Superior de Minas Gerais (SESUMIG)
1993	Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG)
1994	Federação Mineira de Fundações e Associações de Direito Privado (FUNDAMIG)
1995	Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC)
1995	Associação Brasileira de Ensino a Distância (ABED)
1996	Confederação Brasileira de Fundações (CEBRAF)
1997	Associação Nacional das Mantenedoras de Escolas Católicas do Brasil (ANAMEC)
1998	Associação Paulista de Fundações (APF)
1998	Associação Nacional de Ensino Técnico e Tecnológico (ANET)
1999	Associação Nacional dos Centros Universitários (ANACEU)
2000	Associação de Mantenedoras Particulares de Ensino Superior de Santa Catarina (AMPESC)
2000	Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimento de Ensino Superior de Andradina e Região/SP
2000	Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino de São José do Rio Preto e Região/SP
2001	Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas (ABIEE)
2001	Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior de São Carlos e Região/SP
2001	Sindicatos das Instituições Particulares de Ensino Superior do Estado de Pernambuco (SIESPE)
2001	Sindicato das Mantenedoras de Instituições Particulares de Educação Superior de Santa Catarina (SIMPLES/SC)
2002	Associação das Mantenedoras do Ensino Superior de Goiás (AMESG)
2003	Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior do Estado do Espírito Santo (SEMES)
2003	Conselho Nacional de Estabelecimentos de Ensino Comunitário (CNEEC)
2004	Sindicato das IES da Região Oeste do Paraná (SINEPER)
2004	Conselho das Instituições de Ensino Superior da Zona Oeste (Ciezo)
2005	Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades Isoladas e Integradas (ABRAFI)
2006	Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Educação Superior do Ensino de Goiás (SEMESG)
2006	Conselhos de Educação da Associação Comercial de Minas Gerais (ACMINAS)
2006	Conspiração Mineira Pela Educação (CMPE)
2007	Fórum dos Executivos Financeiros para as Instituições de Ensino Privadas do Brasil (FinancIES)
2008	Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC)
2008	Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular (FERESP)
2008	Sindicato das Instituições Particulares de Ensino Superior do Amapá (SIPESAP)
2009	Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de Sergipe (SINEPE)
2010	Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado da Bahia (SEMESB)
2012	Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos Particulares de Ensino Superior no Estado de Minas Gerais
2012	Sindicato das Instituições Particulares de Ensino Superior do Estado da Paraíba (Siespb)
2013	Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (FONIF)
2014	Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Educação Superior (ABRAES)
2014	Federação Interestadual das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior (FIEMES)
2016	Associação Bahiana de Mantenedoras do Ensino Superior (ABAMES)
2016	Sindicato das Entidades Mantenedoras de Instituições Comunitárias de Edu. Superior do Estado do Rio Grande do Sul
2016	Aliança Brasileira pela Educação (ABE)

Fonte: Seki (2021)

Em suma, com as articulações ocorridas entre o Estado e o empresariado dos grandes conglomerados educacionais, as IES privadas passam a compor sua própria política regulatória que, nas palavras de Seki (2021), são construídas no "arco de relações entre a sociedade política e a sociedade civil". Para o autor, esse fato é constatado pela inclusão desses atores nos conselhos de educação superior, cuja atuação se insere em meio a importantes espaços de definição de políticas públicas educacionais, e, pela circulação e influência de seus dirigentes no Ministério da Educação. Todas essas circunstâncias nos situam na raiz desse contexto de grande expansão da mercantilização do Ensino Superior, que seguiu até meados da década de 1980, quando desacelera.

A partir das políticas da gestão de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, a expansão voltou a acelerar fortemente se aprofundando com as gestões petistas, e chegando a níveis estratosféricos na Pandemia de covid-19 através da educação à distância (SEKI, 2021) e que será tratado mais adiante.

A década de 1980 foi marcada pelas crises econômicas e a redemocratização do país, culminando na Constituição Federal de 1988. O marco constitucional garantiu a manutenção do Ensino Superior privado ao instituir que "o ensino é livre à iniciativa privada", com poucas restrições, desde que estas atendessem as condições de "I – cumprimento das normas gerais de educação nacional; II – autorização e avaliação de qualidade Poder Público" (BRASIL, 1988).

Com isso, mantido o ensino privado, o empresariado dedicou-se à: "querela em torno da definição do conteúdo substantivo da abertura de instituições, cursos e vagas; e as disputas em torno da apropriação de fundos públicos" (SEKI, 2021). Aumenta nesse período a competitividade ou o "canibalismo institucional" decorrente do processo de fusões e aquisições e que tem como "vencedores" os grandes oligopólios do Ensino Superior. Portanto, não houve crise econômica entre os capitais do Ensino Superior, pelo contrário, eles se expandiram através da crise avassaladora para as pequenas instituições, que não conseguiram se manter nesse processo.

Para Sguissardi (2020), o aprofundamento das crises econômicas e da hiperinflação dos anos de 1990, aliadas ao renascimento das ideias neoliberais que vieram acompanhados de interferências internacionais como as do *Consenso de Washington*, em 1989, do Banco Mundial (BM), do Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultural (UNESCO), agiram na disseminação do receituário neoliberal de redução e reforma do Estado.

Sob o pretexto da retomada do equilíbrio orçamentário como norma aliada às flutuações da economia, foram adotadas medidas de cortes nos gastos públicos, particularmente, com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesse ínterim, muitas empresas estatais foram privatizadas, restando apenas aquelas de grande expressão como a Petrobras, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal (SGUISSARDI, 2020). A despeito desse conjunto de reformas liberalizantes estar em curso nos governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e no governo de Itamar Franco (1992-1995), elas ganham maior expressão e são associadas aos dois mandatos do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2003) pelo caráter gerencialista e a reforma administrativa do Estado.

O cerne da concentração de capital dos grandes oligopólios na fase pós-ditadura militar se evidenciou por meio da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), instituída sob a forma da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. A LDB retomou algumas das reformas educacionais promovidas pelo Regime Militar no que diz respeito ao uso dos re-

cursos públicos na educação pública e particular (SEKI, 2021). Como vimos, a regulamentação da educação no regime ditatorial favoreceu a expansão e o enriquecimento da iniciativa privada, período esse de crescimento significativo das faculdades privadas.

Segundo o Art. 76 da nova LDB/96, no que concerne ao financiamento, os recursos públicos podem ser direcionados para instituições privadas de ensino sem fins lucrativos, sejam elas escolas comunitárias, filantrópicas, ou confessionais, em forma de "bolsas de estudo para a educação básica, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública de domicílio do educando" (§ 1º do Art. 76 da LDB/96. Cf. BRASIL, 1996). Quanto ao Ensino Superior, o recurso seria utilizado para o financiamento dos programas de pesquisa e extensão (§ 2º do Art. 76 da LDB/96. Cf. BRASIL, 1996).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi acompanhada da criação de um complexo regulatório que favoreceu o desmonte do modelo universitário de ensino contribuindo para o "ajustamento do Ensino Superior brasileiro aos parâmetros da divisão internacional do trabalho, liberalizando o Ensino Superior às próprias formas da financeirização", um exemplo claro desse processo foi a abertura das sociedades anônimas (SEKI, 2021, p. 206).

Como nos informa Seki (2021), ao estabelecer a diversificação institucional entre os dois tipos de instituições privadas: com e sem fins lucrativos, deu-se margem para que as IES sem fins lucrativos aumentassem o seu status, se autodenominando "públicas não estatais". Sendo assim, essas instituições traçaram os seus caminhos pela Reforma do Estado, conduzida pelo Ministro Bresser Pereira, que "buscou incutir a ideologia de *gestão pública* onde os capitais deveriam ser incluídos no âmbito estatal, e como ofertantes de *direitos sociais*, sob a forma de *serviços* a ser financiados pelo Estado, isto é, financiamento público, porém, gerador de receitas privadas" (SEKI, 2021, p. 207-208).

Outro fato do período se deu em sequência à LDB nº 9.394/1996, com o Decreto nº2.207, de 15 de abril de 1997, que institui a regulamentação das IES de "finalidade não lucrativa" permitindo que se transformassem em organizações com fins lucrativos:

> As atuais mantenedoras das instituições privadas de Ensino Superior a que se refere este artigo que desejarem alterar sua natureza jurídica [...], revestindo umas das formas estabelecidas nas leis comerciais, poderão fazê-lo no prazo de 120 dias, a contar da data de publicação, deste Decreto, submetendo a correspondente alteração estatutária, devidamente averbada pelos órgãos competentes, ao Ministério da Educação e do Desporto, para fins de recredenciamento, ouvido o Conselho Nacional de Educação (Parágrafo único, Art. 2º, BRASIL, 1997.)

As IES com fins lucrativos e suas mantenedoras amparadas na legislação poderiam assumir qualquer forma jurídica dentro da lógica mercadológica estabelecida nos marcos regulatórios do Código Civil Brasileiro vigente naquele ano (Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916).

Podemos destacar também, nesse período, a Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, que regulamentou o Conselho Nacional de Educação (CNE) e estabeleceu avaliações contínuas para averiguar a qualidade das instituições de ensino e cursos superiores. O CNE é composto por duas câmaras, de educação básica e de educação superior, que detém atribuições normativas e assessoram o MEC emitindo pareceres sobre a área educacional. Todavia, os seus conselheiros são nomeados pelo Presidente da República (SEKI, 2021).

A nomeação de conselheiros por parte do Presidente é, em si, uma prerrogativa bas-

tante problemática. Como mostrou Seki (2021), o aparelhamento do CNE foi responsável por muitos dos favorecimentos em torno da criação de novos cursos, e da evolução dos grandes conglomerados de Ensino Superior privado. Este é apenas um dos muitos vieses para a análise de todo o problema estrutural das IES privadas e de sua expansão. Além disso, havia uma estreita relação entre o Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, e as grandes empresas de Ensino Superior, como destaca o autor:

> Após seu período como ministro, Paulo Renato Souza criou uma empresa de consultoria especializada para esses grupos. Durante sua gestão, em 2001, o ex-presidente FHC publicou o Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001 (BRASIL, 2001), que dispunha sobre a organização do Ensino Superior no Brasil e as avaliações dos cursos de graduação e das instituições de ensino. Esse decreto retirou do CNE o poder de autorizar a abertura ou o fechamento de cursos, centralizando esse papel no Ministério da Educação, o que deslocou as disputas intestinas das IES privadas para o Ministério. (SEKI, 2021, p. 91)

A Portaria nº 249, de 18 de março de 1996 do Ministério da Educação (MEC), tratou do Exame Nacional de Cursos (ENC-Provão) e o Decreto nº 2.026, de 10 de outubro de 1996, definiu os procedimentos para a avaliação e a regulamentação de cursos e IES públicas e privadas.

Quanto ao Decreto nº 2.207/1997, este determinava medidas de funcionamento para as IES públicas e privadas. Entretanto, a revogação do Decreto nº 2.306/1997 veio como resposta a insatisfação dos empresários do ramo de ensino privado, e tinha como objetivo facilitar a ampliação de benefícios ao garantir maior liberdade de funcionamento para essas IES, e estabelecer seu grau de abrangência por meio da designação da especialidade, que deveria se encaixar em alguma dessas seis categorias: universidades; centros universitários; faculdades integradas; institutos superiores ou escolas superiores (LIMA; CUNHA, 2020, p. 5). O Decreto sofreu uma série de revogações no decorrer dos referidos anos de 1997 (Decreto nº 2.360/1997 e o Decreto nº 2.207/1997), em 2001 por meio do Decreto nº 3860/2001, revogado no ano de 2006 pelo presidente Lula, por meio do Decreto nº 5.773/2006, e por fim, no ano de 2017, na gestão de Michel Temer.

Para Seki (2021), o objetivo do então Ministro da Educação de FHC, Paulo Renato Souza, era muito claro: dirigir uma política incisiva e ativa de privatização da Educação Superior. Como demonstrado, havia o interesse próprio de favorecimento do ensino privado. A desregulamentação e a desburocratização da abertura de novos campi e novos cursos eram notórias, haja vista, que aumentaram em 50% o número de vagas sem a necessidade da revisão prévia dos pedidos pelo ministério (SEKI, 2021).

4.1. FIES e PROUNI

Em sequência aos métodos de mercantilização do ensino, podemos destacar a Lei nº 10.260/2001 que dispõe sobre o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e dá outras providências, antes regulado pela Medida Provisória no 1.827, de 27 de maio de 1999. Assim como a LDB, o FIES representou a retomada dos antigos planos de financiamento estudantil, como o já referido Programa de Crédito Educativo (PCE), de 1976, e o Crédito Estudantil para Estudantes Carentes (CREDUC), de 1991. Em sua criação em 1999, o FIES era responsável pelo financiamento de parte das mensalidades nas IES privadas sem restrição de renda.

Ao correr dos anos, o programa sofreu constantes alterações, especificamente nos anos de 2010, 2015 e 2018. Em 2010, no governo Lula, destaca-se o aumento do ingresso de estudantes em situação de vulnerabilidade social, inserindo um limite máxi-

mo de renda familiar, conceito que se manteve nos anos seguintes. Em 2015, introduz-se novamente a priorização das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Em 2018, três faixas de crédito e o conceito de microrregião focaram a distribuição do crédito para os estudantes de mais baixa renda e em locais mais desfavorecidos no acesso ao Ensino Superior (FUNDAÇÃO FHC, 2022).

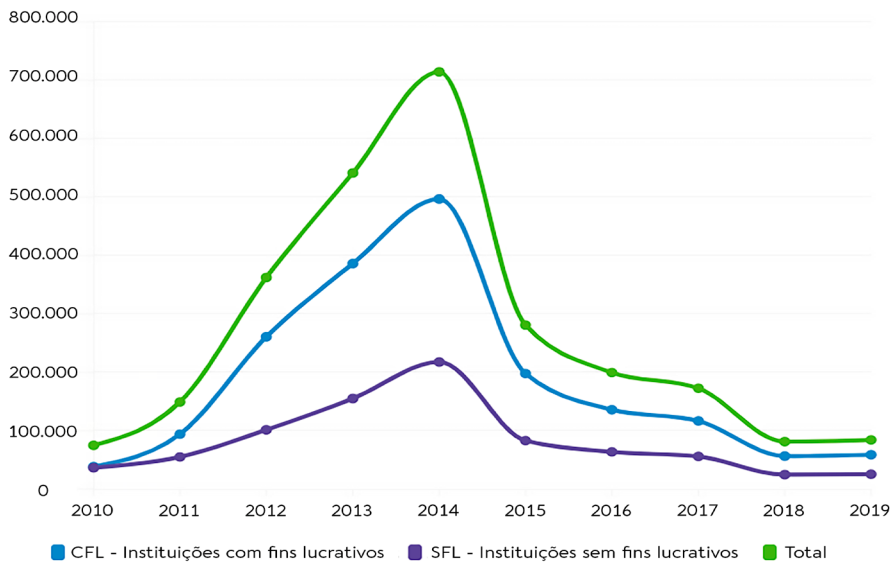
O governo de Lula da Silva (2003-2010) deu continuidade a alguns dos programas do governo de FHC, e os ampliou, como é o caso do FIES, por exemplo. No que se refere à expansão do ensino privado, a promulgação da Lei nº 11.096/2005 marcou o início do Programa Universidade para Todos (ProUni). O programa objetivava oferecer bolsas de estudo integrais e parciais, de 50% ou de 25%, para os estudantes dos cursos de graduação das universidades privadas.

O ProUni facilitou o ingresso de milhares de estudantes ao Ensino Superior, ao passo que contribuiu com o enriquecimento e a capitalização de muitas instituições privadas, cujos valores de fomento eram bem superiores aos das universidades públicas, além da isenção de impostos a essas instituições privadas que aderiram ao projeto, como dita o Art. 8º da referida lei (11.096/2005): Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ); Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS)[13].

A Figura 29 mostra a evolução das matrículas do ProUni entre 2006 e 2020.

13 Planalto: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm

Figura 29 | **Número de contratos novos com FIES**



Fonte: Curso Financiamento da Educação, Sou Ciência, 2022.

A Tabela 36 e a Figura 30 mostram a evolução de recursos repassados de 2010 a 2019 às instituições por meio do FIES com destaque para os valores de 2016 e 2017 e queda significativa nos últimos dois anos.

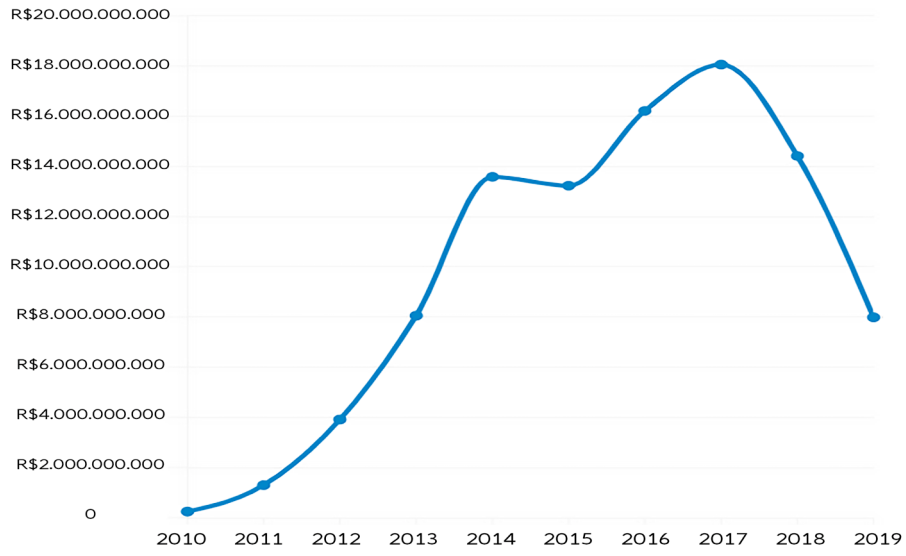
Já a Figura 31 apresenta esses recursos com os valores deflacionados.

Tabela 36 | FIES - Recursos Repassados às Instituições Privadas por meio da CFT-E - Valores Correntes

FIES	Valores Correntes	Valores a preços de janeiro de 2022, corrigidos pelo IPCA
Ano	Total Brasil	
2010	R$246.601.426	R$487.191.760,58
2011	R$1.299.644.196	R$2.407.815.166,81
2012	R$3.915.055.857	R$6.881.476.135,03
2013	R$8.053.175.441	R$13.328.112.855,82
2014	R$13.585.099.518	R$21.145.230.894,12
2015	R$13.232.647.375	R$18.890.816.492,11
2016	R$16.213.050.444	R$21.285.448.997,71
2017	R$18.058.665.710	R$22.918.620.363,53
2018	R$14.414.386.251	R$17.646.860.094,94
2019	R$7.986.389.686	R$9.425.511.899,56

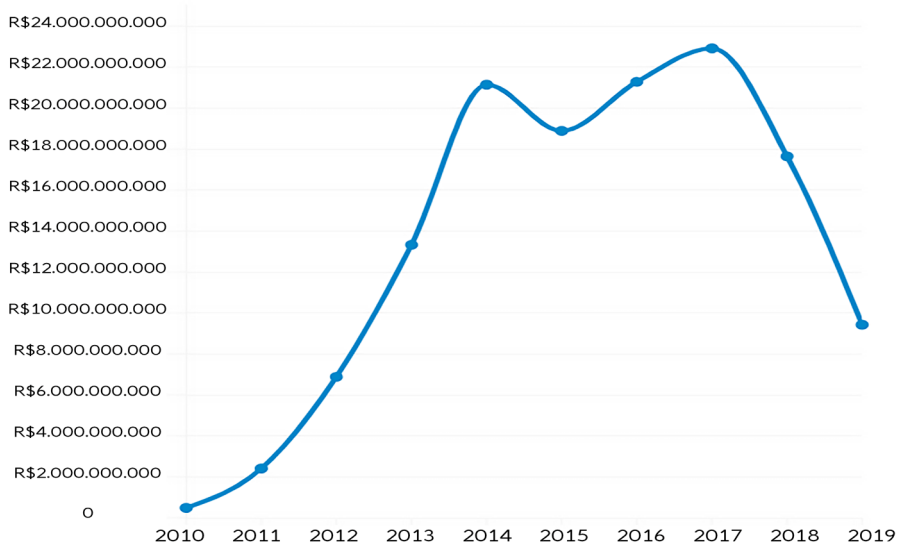
Fonte: Curso Financiamento da Educação, Sou Ciência, 2022.

Figura 30 | FIES - Recursos Repassados às Instituições Privadas por meio da CFT-E - Valores Correntes - Total Brasil



Fonte: Curso Financiamento da Educação, Sou Ciência, 2022.

Figura 31 | **FIES - Recursos Repassados às Instituições Privadas por meio da CFT-E - Valores Corrigidos pelo IPCA - janeiro de 2022**



Fonte: Curso Financiamento da Educação, Sou Ciência, 2022.

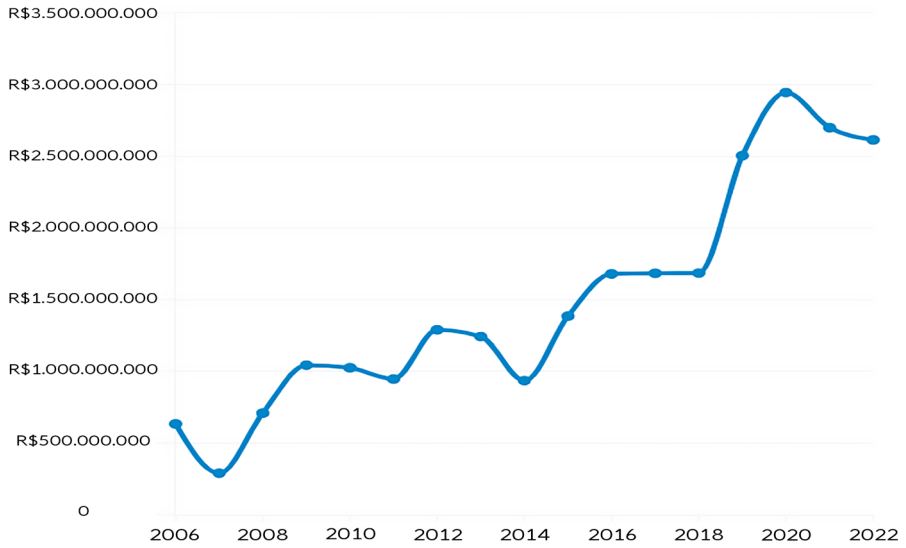
A Tabela 37 e a Figura 32 mostram a crescente evolução das renúncias tributárias (IRPJ, CSLL, COFINS, PIS-PASEP) associadas ao ProUni de 2006 a 2022.

Tabela 37 | **Renúncias Tributárias associadas ao PROUNI**

PROUNI	Valores a preços de janeiro de 2022, corrigidos pelo IPCA				
Ano	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS-PASEP	Total
2006	R$111.689.206	R$47.284.409	R$130.044.470	R$344.498.228	R$633.516.313
2007	R$70.131.073	R$28.421.992	R$137.391.396	R$53.998.158	R$289.942.619
2008	R$223.517.774	R$115.577.006	R$303.156.325	R$66.872.467	R$709.123.572
2009	R$309.251.431	R$178.510.574	R$456.097.573	R$99.277.319	R$1.043.136.897
2010	R$374.392.903	R$24.411.367	R$514.339.473	R$111.917.417	R$1.025.061.160
2011	R$407.212.698	R$145.649.545	R$323.177.117	R$70.493.541	R$946.532.900
2012	R$480.955.571	R$222.220.683	R$482.304.282	R$104.499.261	R$1.289.979.797
2013	R$523.079.655	R$180.782.116	R$442.981.060	R$95.979.231	R$1.242.822.061
2014	R$325.812.881	R$97.428.975	R$421.151.034	R$91.249.390	R$935.642.281
2015	R$564.177.926	R$178.609.869	R$527.922.898	R$114.435.085	R$1.385.145.778
2016	R$773.992.865	R$275.892.696	R$517.787.606	R$112.187.315	R$1.679.860.482
2017	R$775.949.722	R$276.590.226	R$519.096.708	R$112.470.953	R$1.684.107.609
2018	R$776.657.902	R$276.842.660	R$519.570.468	R$112.573.602	R$1.685.644.632
2019	R$1.359.108.368	R$500.302.829	R$530.145.547	R$114.864.869	R$2.504.421.612
2020	R$1.459.811.195	R$553.057.939	R$765.761.530	R$165.914.998	R$2.944.545.662
2021	R$1.297.254.827	R$462.608.561	R$772.224.772	R$167.344.767	R$2.699.432.927
2022	R$1.177.311.268	R$406.131.642	R$847.129.351	R$183.588.117	R$2.614.160.378

Fonte: Curso Financiamento da Educação, Sou Ciência, 2022.

Figura 32 | **Renúncias Tributárias associadas ao PROUNI**



Fonte: Curso Financiamento da Educação, Sou Ciência, 2022.

Como medida de incentivo à pesquisa, e à permanência, a Lei nº 11.096 de 2005 concedeu bolsas de iniciação científica (IC) para estudantes de bolsa integral do ProUni. Outra medida parecida com a referida lei, ditada pela Portaria nº 569, de 2006, concedia bolsas de permanência a estudantes matriculados nos cursos de Agronomia, Ciência da Computação, Enfermagem, Engenharias, Farmácia, Fisioterapia, Informática, Medicina, Odontologia e Medicina Veterinária de IESs privadas.

De acordo com Chaves e Amaral (2016), a análise sobre a expansão do ProUni e do FIES de 2003 a 2014 evidencia que os substanciais incentivos governamentais dados a IES privadas por meio destes programas, contribuiu para "a obtenção de lucro e a oferta de uma educação superior que dissocia o ensino de graduação da pesquisa e da extensão" (p.49) e estes são fruto da pressão de: (i) famílias que não possuíam recursos para pagar a mensalidade em instituições privadas (AMARAL, 2003); (ii) dos empresários que estavam com problemas de vagas ociosas e inadimplência (CARVALHO, 2006) e (iii) daqueles que defendiam a ampliação das matrículas públicas. Para os autores, tanto FHC, Lula como Dilma Rousseff reagiram aumentando o valor de recursos para ProUni e FIES.

Vale a citação de um longo trecho explicativo dos autores:

> No governo Lula, a ampliação das matrículas públicas foi de 39,7% e, nas privadas, de 71,5%, evidenciando uma diferença maior entre o privado e o público. O governo Lula continuou implementando o FIES e criou o Programa Universidade para Todos (ProUni), por meio da Medida Provisória no 213, de 10 de setembro de 2004, convertida na Lei no 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Seu artigo 1º determina ser o ProUni "destinado à concessão de bolsas de estudos integrais e bolsas de estudos parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos" (BRASIL, 2005).

> No governo Dilma, até o ano de 2014, houve elevação de 19,3% nas matrículas públicas e de 23,9% nas privadas. O governo Dilma manteve o FIES e o ProUni, elevando substancialmente o volume de recursos associados a esse Fundo, como veremos a seguir. Verifica-se, portanto, que as pressões das famílias e dos empresários prevaleceram nesse contexto (CARVALHO, 2006); como já afirmamos, a expansão das matrículas públicas foi sempre menor que a expansão privada. [...] Verifica-se, portanto, que há, nesse processo, um grande valor financeiro vinculado ao FIES que se dirige às IES privadas, tendo grande expansão a partir de 2012. Apesar desses valores não significarem recursos financeiros fluindo diretamente para os empresários, são recursos da União que se dirigem ao pagamento dos títulos do Tesouro. No fim, pode-se afirmar que existe uma renúncia tributária temporária, esperando-se que, ao longo do tempo, os recursos financeiros retornem aos cofres da União pelo pagamento dos empréstimos. Entretanto, a experiência do Crédito Educativo mostrou que a possibilidade de inadimplência é elevada, tendo chegado a 83%, em 1997, ano final desse programa (BARROS, 2003). (CHAVES; AMARAL, 2016, p.59-60).

4.2. Conglomerados da Educação Superior

Conforme observado no Capítulo 3 e no decorrer deste capítulo, é significativo o crescimento da oferta de vagas no Ensino Superior privado e, mais recentemente, nos cursos EaD. Grande parte dessas vagas é proveniente de conglomerados educacionais, formados após inúmeras fusões e aquisições, com fins lucrativos e que possuem capital aberto em bolsas de valores.

O processo de abertura de capital em bolsa de valores, na educação privada, iniciou-se em 2007 com a oferta pública de ações dos grupos Anhanguera, Pitágoras e Estácio de de Sá na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Posteriormente, em 2017, na Bolsa de Valores de Nova York (Nasdaq).

De acordo com o Relatório A Educação Brasileira na Bolsa de Valores: das oito empresas privadas de capital aberto que atuam no setor educacional (2020), os grupos citados são: (i) Kroton Educacional S.A. (ou Cogna), (ii) Yduqs Participações S.A., (iii) Ser Educacional S.A., (iv) Ânima Holding S.A., (v) Bahema, (vi) Arco Educação S.A., (vii) Afya Participações S.A e (viii) Vasta Plataform Limited. Sua atuação é ampla e com foco em educação (graduação e pós-graduação lato sensu), desenvolvimento e comercialização de plataformas digitais, desenvolvimento e comercialização de ferramentas de gestão, desenvolvimento de materiais/conteúdo, metodologias de ensino e de avaliação (SOUSA, TEIXEIRA e GENTIL, 2022). As empresas são apresentadas na Tabela 38.

Tabela 38 | **Empresas Brasileiras cotadas na Bovespa e na Nasdaq**

Empresas Brasileira Cotadas na Bovespa
Kroton Educacional S.A./Cogna Educação
Yduqs Participações S.A
Ser Educacional S.A
Ânima Holding S.A
Bahema
Empresas Cotadas na Nasdaq
Arco Educação S.A
Afya Participações S.A
Vasta Plataform Limited

Fonte: Relatório A Educação Brasileira na Bolsa de Valores: As oito empresas privadas de capital aberto que atuam no setor educacional (2020).

Como ação listada em bolsa, o capital especulativo pode ir e vir migrar de um setor para outro, de um país para outro com foco na rentabilidade daquele título específico, sem barreiras e controles, e não necessariamente, com o objetivo de desenvolvimento de um setor econômico e do país, por exemplo. Os títulos, e consequentemente as empresas, passam a ser guiados principalmente pela lógica da rentabilidade, algo que certamente pode afetar negativamente o ensino e o campo da educação. Vemos então uma nova lógica operando dentro do campo da financeirização para além da lógica de políticas públicas como FIES e ProUni e que moldam o campo do ensino superior brasileiro precarizando-o, significativamente, em termos de qualidade de ensino e, também, de relações trabalhistas:

> Do ponto de vista da dinâmica econômica, a comercialização de ações na bolsa é um dos mecanismos pelos quais a financeirização se apropria das atividades educacionais, fazendo com que estas empresas sejam regidas não apenas pela lógica do lucro, provindo da venda de produtos e serviços, mas também pela lógica financeira e especulativa do comércio de títulos (TRICONTINENTAL e FRONT, 2020, p. 5).

CAPÍTULO 5

Conclusões

5. Conclusões

A expansão do Ensino Superior nestes últimos 25 anos no Brasil foi considerável, alcançando, na taxa bruta de matrículas, uma posição equivalente aos demais países da América Latina e Caribe, acima da taxa média mundial, mas ainda abaixo da maioria dos países desenvolvidos.

A evolução no crescimento das matrículas, entretanto, foi acompanhada pelo agravamento de problemas estruturais, em grande parte fruto dos decretos de 1997, responsáveis por uma mudança relevante no significado do que é ser uma IES privada. Autorizadas a funcionar como instituições com fins lucrativos, houve uma ampla expansão desse segmento. Isso não seria um problema em si se não fosse justamente uma abertura não para um incentivo de mercado, mas para um modelo de negócio focado, em grande parte, em formação de baixa qualidade/formação nenhuma. Muitas IES tornaram-se, agora, parte de grupos de instituições financeiras muito mais do que instituições de formação, especialmente após os IPOs dos primeiros grandes grupos educacionais privados.

Esse problema torna-se um dos sérios desafios legados pelo modo como a expansão da educação superior se deu nas duas últimas décadas, visto que, de modo crescente, as matrículas nesse nível de ensino se concentram em poucos grupos empresariais do ramo da educação. Em 2020, 62% de todos os ingressantes foram nas IES dos dez maiores grupos cujos estudantes apresentaram, de uma maneira geral, baixo desempenho no Enade e altas taxas de evasão. Apenas 24% dos ingressos se deram nas demais IES privadas e 14% nas IES públicas.

Quase a metade (47%) dos estudantes de IES destes dez maiores grupos educacionais estão em cursos que obtiveram um baixo conceito Enade (conceitos 1 ou 2, numa escala que vai de 1 a 5), enquanto nas demais IES privadas esse número foi de 37% e nas públicas apenas 15%. Fica clara a distância na formação dos estudantes das IES que pertencem aos grandes grupos privados comparada com a vivenciada pelos estudantes das IES públicas.

Isso quando estamos olhando para os concluintes. Tão ou mais sério é identificar que apenas 42% dos ingressantes de 2018 nas IES destes grandes grupos estavam ativos no final de 2019, número que é bem inferior aos 71% das IES públicas. Trata-se de um efeito perverso deste processo de expansão, no qual a maioria dos estudantes acaba frustrado em sua pretensão de evoluir em sua trajetória profissional e, em muitos casos, endividados.

Considerando que a oferta de vagas de ingresso desses grupos está em ampla expansão, os números apresentados apontam que o modelo de negócios subjacentes a esses grupos pauta-se, em parte, não na formação de estudantes, mas na captação de um número cada vez maior de ingressantes, com vistas a lucrar o máximo possível com as mensalidades dos primeiros anos de graduação. Deve-se notar que esta é uma das práticas denunciadas já em 2012 pelo relatório da Comitê de Saúde, Educação, Trabalho e Pensões do Senado dos Estados Unidos que denunciava o modo como IES privadas com fins lucrativos tinham seus negócios voltados prioritariamente à captação de novos estudantes, com amplo investimento em propaganda e baixíssimo investimento em apoio ao estudante já matriculado.

O Brasil é um país com uma das menores taxas de envolvimento do setor público na educação superior no mundo. Em 2020, enquanto o Brasil possuía 78% das matrículas em IES privadas, nos países europeus, por

exemplo, o setor privado era responsável por menos de 20% das matrículas desse nível. E nos Estados Unidos, esse número era de apenas 26%.

São várias as consequências desse modelo de concentração de matrículas nas IES privadas. Em primeiro lugar, temos uma clara diferença na formação dos estudantes das IES pública e privadas, o que pode ser observado, por exemplo, com o desempenho muito superior dos estudantes do setor público em relação aos grandes grupos privados no Enade. Além disso, como já apontamos acima, a taxa de evasão no setor público é bem menor do que aquela apresentada pelo setor privado, especialmente quando consideramos os ingressantes em IES dos dez maiores grupos educacionais privados.

A pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico do país realizados em nível de pós-graduação estão concentrados no setor público. 81,5% dos estudantes e 83,7% dos docentes da pós-graduação brasileira estão em IES públicas. Chama a atenção a baixa participação das IES particulares não confessionais no esforço de ensino de pós-graduação e pesquisa, visto que apenas 0,8% de seus estudantes estão em cursos de mestrado ou doutorado, e apenas 11,3% de seus docentes participam de programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Outro fator que merece a atenção é o alto número de estudantes por docente nas Universidades e Centros Universitários particulares não confessionais, com uma média de 91 estudantes por docente equivalente a 40 horas. Observamos um comportamento distinto neste quesito das IES confessionais, que possuem 34 estudantes/docente equivalente a 40 horas, e também das demais faculdades particulares, com 36 estudantes/docente equivalente a 40 horas, aproximando-se da relação estudante/professor equivalente 40hs das IES municipais (22). As IES públicas estaduais e federais têm uma relação estudante/docente com um número ainda menor, respectivamente de 16 e 11 estudantes por docente equivalente a 40 horas, um dos elementos fortemente associados à maior carga pesquisa e extensão que esses docentes possuem nas IES públicas.

Em nosso olhar para o setor privado, destacaram-se as condições e os resultados obtidos do/pelo trabalho das IES confessionais, que apresentam em todos os aspectos números mais favoráveis que aqueles das demais IES particulares, como o desempenho de seus estudantes no Enade, a permanência dos estudantes, a participação na pós-graduação e pesquisa e o percentual de doutores.

Chama a atenção o crescimento da EaD neste processo de expansão do Ensino Superior. Essa modalidade foi responsável por 53,3% de todos os ingressantes no Ensino Superior em 2020, sendo que, deles, 83,3% estão concentrados nas IES dos dez maiores grupos privados. Observa-se um movimento de substituição de matrículas presenciais por EaD nestes grandes grupos privados.

Novamente, a expansão da EaD não é, em si, um problema, visto que a crescente utilização da educação à distância permite, por um lado, uma maior democratização do acesso ao Ensino Superior e pode ser realizada com qualidade acadêmica por IES públicas e privadas, como mostram inúmeras exitosas experiências no Brasil e no mundo. No entanto, nota-se que no Brasil ela tem sido utilizada, majoritariamente, como um instrumento de financeirização do Ensino Superior no país, sendo preocupante o baixo desempenho, de uma maneira geral, dos estudantes das IES privadas no Enade e os baixos índices de permanência.

Outra preocupação com o avanço da EaD em relação ao ensino presencial é com a questão territorial. Enquanto há uma ancoragem das instituições de ensino superior públicas e privadas que ofertam cursos presenciais em relação aos lugares que as abri-

gam, favorecendo o desenvolvimento econômico local e, muitas vezes, direcionando suas atividades de pesquisa e extensão para a região, a oferta de EaD rompe com essa inserção na medida em que seus professores, bem como os benefícios econômicos mais diretos, estão voltados, majoritariamente, para o local da sede das IES. Deste modo, cerca de 80% dos estudantes em cursos EaD estão matriculados em IES cujas sedes se localizam em apenas dez municípios do país, localizados em apenas cinco Estados (SP, SC, RJ, PR e MS).

Por fim, é importante destacar que se de um lado temos grandes tendências que mostram claramente o modo como os grandes grupos privados educacionais atuam e seu respectivo processo de financeirização está construindo uma expansão da educação superior brasileira com base em uma formação precária ou mesmo formação nenhuma (quando consideramos a evasão), há exemplos que mostram que, no âmbito singular, há IES privadas que têm como meta um ensino de qualidade e uma participação no esforço de pós-graduação e pesquisa no país.

Especialmente quando olhamos para as Universidades particulares, devemos destacar as condições acadêmicas ofertadas por diversas IES confessionais e por algumas particulares não confessionais. Esses elementos mostram como é necessário defender a educação pública e a educação privada de qualidade em um processo de expansão que atualmente prioriza o acesso a IES que pouco investem na formação de seus estudantes e na pesquisa científica e, algumas vezes, legando aos seus ex-graduandos um alto endividamento pessoal.

Anexos

6. Anexo 1

No item 3.2, apresentamos a caracterização das IES que se encontram no quartil inferior do Enade proporcional. Apresentamos, aqui, a análise completa realizada.

Por seu caráter sintético, o Enade proporcional permite a comparação lado a lado de instituições de tamanhos e formatos muito diferentes. No entanto, essa comparação deve ser feita com muita cautela, visto que o mesmo Enade proporcional para uma faculdade com 200 estudantes e para uma universidade com 200.000 estudantes representa instituições e práticas muito diferentes.

Do mesmo modo, uma instituição que tenha obtido um Enade proporcional a partir de um número muito pequeno de estudantes não fornece os mesmos elementos para compreender aquela IES se comparada com outra com grande participação no exame nacional. Essas notas servem apenas para relembrar que modelos e medidas de tendência central nos informam muito mais sobre o quadro geral do que sobre cada instituição.

Como é o quadro geral e suas tendências que estamos buscando, os números aqui encontrados apontam para valores que devem ser lidos sempre de forma relativa e não como se representassem um modelo institucional.

Assim, uma relação estudante por docente equivalente a 40 horas média de 15,0 e outra de 120,0 não representam que as IES possuem aulas com 15 ou 120 estudantes em sala de aula, mas sim que a primeira média aponta para instituições nas quais as horas das funções docentes em exercício estão mais distribuídas entre ensino, pesquisa, extensão e gestão do que a segunda, além do fato que a segunda aponta para instituições com menor tempo de dedicação docente por estudante do que a primeira média.

Para selecionarmos as instituições que estão presentes no primeiro quartil do Enade proporcional (os 25% inferiores), partimos de um critério de corte inicial, com três critérios, o primeiro é que o número de matrículas seja superior a 158, no segundo não consideramos aqueles cursos com Enade proporcional igual a zero e finalmente que a relação entre inscritos no Enade entre 2017 e 2019 dividido pelo número de matrículas em 2020 seja inferior a 0,047, como mostra a expressão que segue:

$$\frac{\textit{Inscritos no Enade 2017 a 2019}}{\textit{Matrículas em 2020}} > 0{,}047 \quad (2)$$

O critério definido em (1) buscou retirar da análise as menores IES do país. O número 158 equivale ao valor do primeiro quartil. A Tabela 39 mostra alguns dos percentis referentes ao total de matrículas na graduação no ano de 2020 para as 2457 IES que constam no Censo deste ano.

A Tabela 39 aponta para um percentual de instituições (por exemplo até o percentil 10) que ainda são muito novas e possuem poucas matrículas e estão em processo de encerramento ou ainda não possuem na educação superior uma parte relevante de sua atuação educacional (mais voltadas à educação básica, profissionalizante ou pós-graduação). Por outro lado, não poderíamos desconsiderar o fato de que mais da metade das IES no Brasil possuem menos do que 500 estudantes. Assim, escolhemos o percentil 25 como limite inferior para seleção do tamanho das IES.

Tabela 39 | **Percentis do total de matrículas em 2020 nas IES**

Percentil	5	10	25	50	75	90	95
Matrículas	22,0	47,8	158,0	574,0	2.063,0	6.306,4	12.393,4

Fonte: Censo da Educação Superior (INEP, dados armazenados pelos autores, 2022)

O critério definido em (2) partiu da necessidade de evitar considerar na análise IES cuja quantidade de estudantes que realizaram o Enade é muito pequena. A definição de "pequena" só existe em relação ao tamanho da IES, visto que 60 inscritos no Enade de uma IES com 180 estudantes representam uma amostra muito maior do que 200 inscritos de uma IES com 20.000 estudantes.

No entanto, não é simples definir o tamanho de uma instituição para selecionar uma porcentagem amostral, visto que a cada ano o número de matrículas pode aumentar ou diminuir. Como os estudantes que participam do Enade estão, em geral, no último ano de graduação e estamos tratando de um ciclo de três anos, precisaríamos de um modelo muito trabalhoso de relação entre inscritos no Enade e total de matrículas por ano.

Nesse sentido, buscamos verificar se há correlação entre o total de inscritos no Enade 2017-2019 e o número de matrículas em 2020 e encontramos que, sim, essa correlação existe nas 1869 IES com número de concluintes inscritos no Enade superior a 0 (Correlação de Pearson = 0,922, $p < 0,01$, bilateral).

Deste modo, calculamos a relação inscritos/matrículas conforme indicada em (2) e obtivemos a distribuição que pode ser encontrada na Tabela 40.

Escolhemos o percentil 5 como critério para exclusão das IES com menor participação proporcional no Enade em relação ao seu número de matrículas, buscando, assim, retirar os casos extremos de nossa distribuição[14]. Por fim, o critério definido em (3) poderia até não ser necessário como filtro, visto que o critério definido em (2) já faz o recorte das IES que não tiveram estudantes inscritos no Enade. No entanto, a manutenção do terceiro critério visa evitar a propagação de alguma eventual discrepância nos diferentes dados, com vistas à redução da margem de erro deste processo.

14 Note que a distribuição feita pelo tamanho das IES considerou todas as 2457 instituições cadastradas no Censo da Educação Superior, enquanto a distribuição feita pela relação inscritos/matrículas considerou apenas as 1869 instituições que tiveram estudantes inscritos no Enade. Assim, é coerente que o corte do primeiro critério esteja no 25% e do segundo no 5%, visto que o segundo já é um recorte do todo.

Tabela 40 | **Percentis da relação inscritos/matriculados em 2020 nas IES**

Percentil	5	10	25	50	75	90	95
Relação inscritos / matrícula	0,0477	0,0782	0,1376	0,2079	0,3106	0,4870	0,6726

Fonte: Censo da Educação Superior (INEP, dados armazenados pelos autores, 2022)

A partir desses critérios de seleção, precisamos definir o valor do quartil inferior do Enade proporcional. Temos dois caminhos possíveis. Num primeiro caminho, analisamos a distribuição para todas as IES desta seleção e definimos o corte no valor do percentil 25. A Tabela 41 mostra a distribuição de alguns dos percentis para 1.526 IES.

Tabela 41 Percentis do Enade proporcional das IES

Percentil	5	10	25	50	75	90	95
Enade proporcional	1,1700	1,4100	1,7300	2,1200	2,6100	3,1800	3,5100

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022) e ENADE (INEP, dados armazenados pelos autores).

No entanto, por se tratar de uma distribuição por instituições, temos diferenças significativas no número de faculdades em relação aos outros tipos de organização acadêmica. Desse modo, temos um caminho de análise, diferenciando as IES por organização acadêmica.

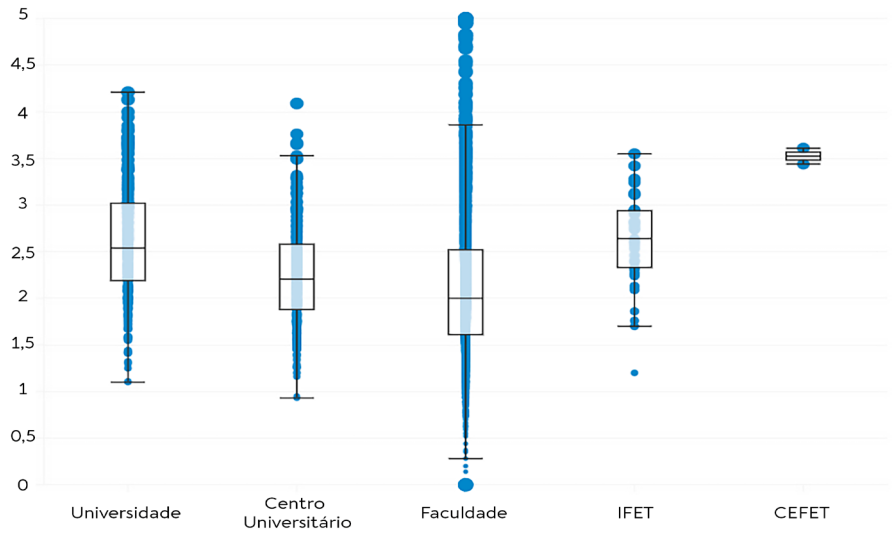
A Tabela 42 e o BoxPlot (Figura 33) ressaltam essas diferenças.

Tabela 42 Percentis do Enade proporcional das IES por Organização Acadêmica

Percentil	N	5	10	25	50	75	90	95
Universidade	193	1,5640	1,8840	2,1950	2,5400	3,0250	3,5260	3,7130
Centro Universitário	309	1,4750	1,5600	1,8700	2,2100	2,5800	2,9200	3,1300
Faculdade	987	1,0600	1,3080	1,6300	1,9800	2,4500	3,1700	3,5280
IFET	35	1,6000	1,8200	2,3100	2,6400	2,9400	3,2560	3,4460
CEFET	2	3,4400	3,4400	3,4400	3,5250	-	-	-

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022) e ENADE (INEP, dados armazenados pelos autores, 2022).

Figura 33 | Universidades no primeiro quartil do Enade proporcional



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022) e ENADE (INEP, dados armazenados pelos autores, 2022).

Deste modo, temos, agora, o critério (4) para selecionar as IES que se encontram no primeiro quartil em relação ao Enade proporcional. Passaremos, então, à análise das características acadêmicas das universidades com Enade proporcional abaixo de 2,195; centros universitários com Enade proporcional abaixo de 1,87 e faculdades com Enade proporcional abaixo de 1,63. Não faremos a análise dos IFETs e CEFETs. Essas características serão comparadas com o quadro global de todas as IES presentes no Censo da Educação Superior de 2020.

6.1. Universidades no primeiro quartil do Enade proporcional

Das 204 universidades cadastradas no Censo da Educação Superior de 2020, selecionamos as 48 [15] que estão localizadas no primeiro quartil do Enade proporcional (25% inferior).

A Tabela 43 relaciona a distribuição dessas 48 entre as diferentes categorias de IES que utilizamos em nosso estudo.

15 O número de IES selecionadas para análise em cada categoria será sempre menor do que 25%, visto que, como apontamos acima, não há dados sobre o Enade para todas as IES que estão no Censo da Educação Superior.

Tabela 43 | Universidades totais e no 1º quartil do Enade proporcional

	Total	Nº 1º Quartil	%
Universidade Federal	68	2	2,9%
Universidade Estadual	40	10	25,0%
IES Municipal	5	4	80,0%
IES Confessional	21	1	4,8%
Universidade Privada	70	31	44,3%
Dez maiores grupos	19	10	52,6%
Total	204	48	23,5%

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022).

A primeira comparação a ser feita é entre públicas e privadas. Numa distribuição homogênea, todas as categorias apresentaram cerca de 25% de suas IES nesse quartil. Podemos notar, portanto, em relação às IES públicas, uma presença muito baixa nesse estrato das universidades federais e uma presença muito significativa das universidades municipais. Como já apontado neste relatório, as IES municipais são uma categoria de instituição que merece maiores investigações.

Com relação às privadas, notamos uma clara diferença na presença das universidades confessionais nesse estrato em relação às outras universidades privadas. É de se destacar, portanto, que cerca de 44% das universidades privadas estão nesse primeiro estrato e se olharmos especificamente para as IES que pertencem a um dos 10 grandes grupos educacionais, notamos que cerca de metade das universidades estão nesse estrato.

Sobre os dez maiores grupos é fundamental apontar que, dois deles não possuem universidades, apenas centros universitários e faculdades. Dos oito grupos que possuem universidades, apenas cinco estão representados neste estrato. Deste modo, quando estamos falando das universidades que pertencem aos dez maiores grupos que estão presentes no primeiro quartil do Enade proporcional, estamos tratando, especificamente, de cinco desses dez grupos.

Essas diferenças são, em geral, as mesmas quando observamos o número total de estudantes que estão em IES desse estrato, como vemos na Tabela 44.

Tabela 44 | Matrículas e Docentes nas Universidades em 2020

	Matrículas			Docentes		
	Total	Nº 1º Quartil	%	Total	Nº 1º Quartil	%
Universidade Federal	1.030.521	20.126	2,0%	91.879	1.475	1,6%
Universidade Estadual	540.447	103.299	19,1%	41.803	6.994	16,7%
IES Municipal	267.941	25.424	80,9%	2.404	1.784	74,2%
IES Confessional	20.102	6.336	2,4%	15.170	319	2,1%
Universidade Privada	2.844.403	1.312.183	46,1%	45.758	16.564	36,2%
Dez maiores grupos	2.304.509	1.069.575	46,4%	20.339	6.988	34,4%
Total	4.714.747	1.467.368	31,12%	197.014	27.136	13,77%

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022).

Deste modo, temos cerca de 46% dos estudantes e 36% dos docentes das universidades privadas em IES do primeiro quartil. Dos dez maiores grupos, cerca de 46% dos estudantes universitários estão em IES desse quartil. Se, em geral, as porcentagens de matrículas acompanham o percentual de instituições, temos dois elementos que se destacam.

O primeiro é o percentual menor de estudantes em relação ao número de universidades estaduais, o que aponta para IES um pouco menores em relação ao total (a mediana do número de estudantes das universidades estaduais é de cerca de 11.000 e das estaduais deste quartil é de cerca de 9.700).

O segundo é o percentual do total: se estamos trabalhando com cerca de um quarto das universidades, temos quase um terço dos estudantes universitários nessas IES e a contribuição das universidades privadas está clara aqui: elas são 31 das 48 universidades (64,6%) e cerca de 1,32 milhão dos cerca de 1,47 milhão de estudantes univer-sitários (89,4%)[16].

Sobre os dez maiores grupos, devemos apontar que há uma clara diferenciação aqui. Dos cinco grupos que estão nesse estrato, três deles possuem todos ou quase todos os seus estudantes universitários nesse estrato (90,2% em um dos grupos e 100% em dois deles), mostrando que há um direcionamento das ações desses três grupos para que seus estudantes universitários estejam em instituições cujos estudantes possuem um desempenho médio no Enade igual abaixo dos 25% piores.

Das pouco mais de 1,32 milhão de matrículas das 31 universidades privadas, 878.025 (66,9%) estão em cursos à distância (percentual um pouco maior do que o 59,5% das matrículas em EaD das universidades particulares como um todo).

16 De todas as matrículas em universidades, 60,3% estão em instituições privadas.

Dos 759.757 ingressantes em 2020, 609.982 (80,3%) estão em cursos EaD (percentual um pouco maior do que os 73,2% no todo), seguindo a tendência já apontada para o crescimento da EaD em 2020 nesse segmento.

A Tabela 45 faz uma comparação de algumas características acadêmicas das universidades brasileiras, sintetizadas em medidas de tendência central, diferenciando o todo em relação às IES presentes no primeiro quartil do Enade proporcional.

Tabela 45 | **Características acadêmicas das Universidades em 2020**

	Total					Nº 1º Quartil				
	Federal	Estadual	Confessional	Privada	Municipal	Federal	Estadual	Confessional	Privada	Municipal
Mediana das Matrículas Totais na Graduação	12.120	11.001	10.771	11.974,5	6.008	10.063	9.728	6.336	14.201	5.984
Mediana do Total de Docentes em Exercício	999,5	935,0	511,0	528,5	523,0	737,5	675,5	319,0	482,0	462,5
Média do Total de Docentes em Exercício	1.351,2	1.071,9	722,4	653,7	480,8	737,5	699,4	319,0	534,3	446,0
Mediana do Número de Docentes equivalente a 40 horas	966,5	852,0	317,0	316,5	346,0	709,0	660,5	188,0	296,0	340,5
Média do Número de Docentes equivalente a 40 horas	1.298,1	971,2	438,6	391,2	322,2	709,0	596,0	188,0	301,2	316,3
Soma do Número de Estudantes de Mestrado/Doutorado	210.891,0	95.485,0	23.293,0	21.409,0	1.446,0	2.522,0	4.857,0	359,0	6.568,0	839,0
Mediana do Número de Estudantes de Mestrado/Doutorado	2.303,0	1.006,0	448,0	277,5	395,5	1.261,0	689,0	359,0	203,0	315,0
Soma do Número de Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu	2.392,0	992,0	246,0	351,0	28,0	36,0	76,0	5,0	120,0	15,0
Mediana do Número de Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu	30,0	14,0	10,0	5,0	7,0	18,0	10,0	5,0	4,0	4,0
Média Geral do Conceito Capes dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu	3,7	3,7	4,1	3,7	3,7	3,3	3,3	3,8	3,6	3,7
Média do Percentual de Docentes Credenciados em Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu	56,7%	42,1%	26,2%	14,1%	17,8%	55,5%	22,4%	23,0%	12,2%	13,7%
Média do Percentual de Docentes com Doutorado	79,7%	58,1%	49,0%	32,7%	31,8%	75,2%	40,5%	32,9%	29,5%	29,6%
Média do Percentual de Docentes com Doutorado e/ou Mestrado	94,3%	87,3%	90,4%	80,6%	77,3%	96,4%	79,2%	82,1%	75,3%	76,0%
Média do Percentual de Docentes em Tempo Integral	92,9%	78,9%	37,5%	34,5%	53,2%	94,2%	79,5%	36,4%	31,4%	58,1%
Média da Relação Estudantes por Docente equivalente a 40 horas	12,0	37,9	30,8	87,7	19,7	13,7	16,7	33,7	119,4	20,3
Mediana da Relação Estudantes por Docente equivalente a 40 horas	11,5	13,0	32,1	35,7	17,4	13,7	16,5	33,7	42,9	18,0

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022) e Dados Abertos Capes (Capes, 2022).

Como há grande variação no tamanho das universidades e, especialmente no caso das universidades privadas, há valores discrepantes. Vale notar que a média, em vários casos, fica muito acima da mediana. Por este motivo, optamos por apresentar a medida de tendência central para os lugares onde há maior discrepância. Para os percentuais, em geral, não há tanta diferença entre essas duas medidas e, por isso, mantivemos apenas a média.

Primeiramente, temos o tamanho das universidades e a quantidade total de docentes em exercício. As universidades brasileiras possuem cerca de 11 mil estudantes, conforme a mediana das federais, estaduais, confessionais e particulares. Há, no entanto, casos muito discrepantes como vimos em outra parte deste texto e o aumento da mediana das universidades particulares no primeiro quartil em relação ao todo é um indicativo de que algumas dessas IES maiores estão nesse estrato[17].

No entanto, se a mediana do número de matrículas está muito próxima nas universidades públicas e privadas, a mediana do número de docentes é bem diferente. Aqui, claramente as universidades privadas (incluindo as confessionais) possuem menos docentes para uma quantidade muito próxima de estudantes, apontando para uma centralidade da função ensino e uma redução das funções de pesquisa e extensão.

17 Note que essa discrepância afeta a média do número de estudantes das universidades privadas que, no total, são cerca de 40,6 mil e no primeiro quartil é cerca de 42,3 mil.

Notemos, porém, que as universidades privadas do primeiro quartil do Enade proporcional possuem ainda mais estudantes e ainda menos docentes quando comparadas com as características daquelas que compõem o todo. O número de estudantes por docente equivalente a 40 horas aumentou de 35,7 (no todo) para 42,9 (no quartil).

Mas, esses números ganham outras proporções quando separamos as universidades dos grandes grupos educacionais, como podemos ver na Tabela 46.

Notemos que, dos oito grupos, apenas um deles possui a relação estudante por docente equivalente a 40 horas mais próxima da mediana geral das universidades privadas. Note que essa relação varia de 84,7 a 516,3 estudantes por docente equivalente a 40 horas. Essa quantidade não apenas aponta para um direcionamento das horas docentes quase que exclusivamente para a função ensino, como também pode ser explicado pela preferência dessas instituições pela EaD, com um número muito restrito de docentes por estudante, concentrando o contato dos estudantes com os tutores.

Tabela 46 **Relação Estudantes/Docente equivalente a 40 horas nas Universidades dos grupos educacionais em 2020**

	Ânima	Cruzeiro do Sul	Estácio	Kroton	Ser Educacional	Unicesumar	UNINOVE	Unip
Total	84,7	225,8	403,3	256,4	42,8	516,3	156,5	112,3
Nº 1º quartil	84,7	239,1	-	256,4	40,4	-	156,5	-

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022).

Conforme explicita a LDB (artigo 52), as universidades devem conter, no mínimo, um terço de seus docentes em tempo integral e um terço dos docentes com mestrado ou doutorado. Conforme o decreto 9.235/17 (artigo 17), as universidades devem oferecer regularmente quatro cursos de mestrado e dois de doutorado. Deste modo, desde 2017, para que IES privadas possam ser recredenciadas como universidades, elas precisam cumprir com a existência de, no mínimo, quatro programas de pós-graduação stricto sensu (sendo dois com mestrado e doutorado). É importante destacar que a normativa anterior não especificava a quantidade mínima de programas.

Quando olhamos para a mediana do número de programas de pós-graduação das universidades, vemos claramente como as universidades privadas, tanto no todo, quanto nas IES presentes no primeiro quartil, estão muito próximas do mínimo necessário legal para se manterem universidades. A mesma compreensão pode ser obtida pela comparação do número de estudantes de pós-graduação. Comparemos, por exemplo, uma universidade particular com 12 mil estudantes de graduação e 270 estudantes de pós-graduação distribuídos em cinco Programas de Pós-graduação (PPGs) (mediana das universidades privadas) com uma universidade com 12 mil estudantes de graduação e 2.300 estudantes de pós-graduação distribuídos em 30 PPGs (mediana das universidades federais).

Quando associado à relação estudantes por docente equivalente a 40 horas, concluímos pelo mesmo movimento de busca por atender a padrões restritos aos mínimos legais nas universidades privadas. As universidades confessionais, apesar de possuírem uma pós-graduação de tamanho menor do que as universidades públicas, ainda assim mostram maior presença e investimento na pós-graduação, tanto pelo número de programas quanto pelo número de estudantes. Notemos, por exemplo, que os 351 PPGs de universidades privadas atendem 21.409 estudantes de pós-graduação e os 246 PPGs de universidades confessionais atendem 23.293 estudantes de pós-graduação. Este é mais um indício de que o investimento das confessionais na pós-graduação é maior do que o das universidades privadas.

Em todas as categorias de IES o tamanho da pós-graduação é reduzido quando comparamos as instituições do primeiro quartil do Enade proporcional, o que aponta para uma presença menor da pesquisa nessas instituições. Esse efeito também é visível nas universidades pertencentes aos dez maiores grupos. A exceção de um (UNINOVE), que contém 12 PPGs, todos os outros possuem a mediana de PPGs próximo de cinco.

Com relação à titulação, já apontamos o crescimento geral da titulação docente na série histórica. Quando somamos o número de docentes com mestrado e com doutorado temos, em todos os casos, um número bem maior do que o mínimo legal. No entanto, a diferença da presença de docentes com doutorado para compor esse número de docentes com formação em nível de stricto sensu, é de se notar que as universidades privadas possuem menos docentes com doutorado do que as universidades confessionais e estaduais e estas menos do que as federais.

As universidades que estão no primeiro quartil do Enade proporcional possuem percentual ainda menor de docentes com doutorado. As universidades privadas desse estrato possuem 26,0% de docentes com doutorado e 75,7% de docentes com mestrado e/ou doutorado, número que, apesar de bastante acima do mínimo legal, está abaixo da média geral das universidades privadas (83,9%) e das universidades confessionais, estaduais e federais (acima de 90%).

Dos cinco grandes grupos, um possui a mediana de 14,9% de docentes com doutorado e 55,7% com mestrado e doutorado, números que variam bastante nos outros grupos: 25,7% e 70,6%; 31,4% e 83,2%; 43,0% e 88,2%; 46,2% e 93,4%.

Com relação ao número de docentes em tempo integral (com ou sem dedicação exclusiva), aqui já temos outro número que se aproxima do mínimo legal (33,3%). Tanto as universidades privadas como as universidades confessionais estão pouco acima desse número. Como o valor já é próximo do mínimo, a redução que se nota na média do percentual de docentes em tempo integral é pequena. Mas é de se destacar como as universidades privadas, quando em comparação com as públicas, buscam manter o número mínimo de docentes em tempo integral para serem recredenciadas como

como universidades e, em média, chegam a um número levemente abaixo do mínimo (31,4%).

Das IES dos cinco grandes grupos educacionais que se encontram no primeiro quartil do Enade proporcional, esse percentual varia pouco acima do mínimo em três grupos, chega a 43,8% em um dos grupos e a 27,7% em outro desses grupos.

Deste modo, podemos resumir que há uma clara tendência de que as universidades que se encontram no primeiro quartil do Enade proporcional tenham, em comparação com as universidades como um todo, uma maior relação estudante por docente equivalente a 40 horas, uma menor presença na pós-graduação, um menor percentual de docentes com doutorado e um percentual de docentes em tempo integral um pouco menor.

Especificamente em relação às universidades privadas, essas IES apresentam-se como universidades mínimas, com uma presença na pós-graduação e um número de docentes em tempo integral próximo ao mínimo legal exigido. A relação estudante por docentes equivalentes a 40 horas é mais alta que nas IES públicas. Além disso, possuem forte presença na educação à distância, conformando-se como universidades mínimas para a EaD. As universidades privadas do primeiro quartil do Enade proporcional possuem essas características com números piores em relação às universidades particulares como um todo. Elas são IES maiores e com menos docentes.

6.2. Centros Universitários no primeiro quartil do Enade proporcional

Dos 326 centros universitários cadastrados no Censo da Educação Superior de 2020, selecionamos os 77 que estão localizados no primeiro quartil do Enade proporcional (25% inferior). A Tabela 47 relaciona a distribuição desses 77 entre as diferentes categorias de IES que utilizamos em nosso estudo.

Tabela 47 | **Centros universitários totais e no 1º quartil do Enade proporcional**

	Total	Nº 1º Quartil	%
Outras IES Estaduais	2	0	-
IES Confessional	23	4	17,4%
IES Municipal	5	2	40,0%
Outras IES Federais	1	0	-
Outras IES - Categoria 7 do Censo	4	1	25,0%
Centro Universitário Privado	291	70	24,1%
Dez maiores grupos	78	25	32,1%
Total de Centros Universitários	326	77	23,6%

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022).

Assim como nas universidades, os centros universitários municipais aparecem em destaque no primeiro quartil. Com relação às privadas, novamente as confessionais aparecem com menor relevância no primeiro quartil em comparação com as privadas em geral. Diferentemente do caso das universidades, os centros universitários privados aqui aparecem em um percentual mais homogêneo. Isso parece se dar, justamente, pela pouca relevância que essa organização acadêmica possui nos estratos públicos.

Quando olhamos para os dez maiores grupos privados, temos quase um terço de suas instituições nesse primeiro quartil. Devemos destacar que desses dez grupos, oito possuem centros universitários e, no primeiro quartil estão representados seis deles.

No entanto, quando observamos o número total de estudantes que estão em IES desse estrato, podemos observar alguns elementos importantes, como vemos na Tabela 48.

Tabela 48 | **Matrículas e Docentes nos Centros universitários em 2020**

	Matrículas			Docentes		
	Total	Nº 1º Quartil	%	Total	Nº 1º Quartil	%
Outras IES Estaduais	1.711	0	--	133	0	--
IES Confessional	117.215	32.371	27,6%	4.006	649	16,2%
IES Municipal	7.494	5.194	69,3%	480	276	57,5%
Outras IES Federais	2.130	0	--	124	0	--
Outras IES - Categoria 7 do Censo	8.934	2.876	32,2%	799	241	30,2%
Centro Universitário Privado	2.208.076	689.066	31,2%	53.403	10.553	19,8%
Dez maiores grupos	1.291.826	522.529	40,4%	15.635	3.947	25,2%
Total de Centros Universitários	2.345.560	729.507	31,1%	58.945	11.719	19,9%

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022).

Se o número de Centros Universitários Privados no primeiro quartil é coerente com o percentil 25, o número de estudantes é maior. Cerca de 31% dos estudantes dos Centros Universitários privados estão em IES do primeiro quartil. Dos dez maiores grupos, são cerca de 40% dos estudantes de centros universitários. Quando olhamos para os docentes, notamos que a percentagem de docentes que estão presentes nas IES do primeiro quartil é de quase 20%, apontando para um indício de se tratar de instituições maiores do que a mediana total e com menos docentes do que a mediana total. Como os Centros Universitários não são muito comuns na rede pública, o destaque está nas instituições privadas. Assim como no total de instituições, o total de estudantes das IES confessionais mantém a mesma percentagem e é mais baixa do que dos Centros Universitários privados não confessionais.

Sobre os dez maiores grupos, devemos apontar que, dos seis representados nesse estrato, cinco possuem menos de um terço

de seus estudantes de centros universitários nesse estrato (com percentuais que variam de 2,4% a 31,2%), mas um dos grandes grupos possui 98,9% de seus estudantes nesse estrato, o que aponta para o direcionamento das ações desse grupo para que seus estudantes de centros universitários estejam em instituições cujos estudantes possuem um desempenho médio no Enade abaixo dos 25% piores.

Das pouco mais de 2,2 milhões de matrículas dos 291 centros universitários privados (geral), 1.029.457 (46,6%) estão em cursos à distância. Dos 1.104.608 ingressantes em 2020, 702.508 (63,6%) estão em cursos EaD. Nos centros universitários privados do primeiro quartil, as 426.677 matrículas em EaD correspondem a 61,9% das matrículas totais e os 269.699 ingressantes em cursos EaD são 77,9% do total de novos ingressos de 2020. Há uma tendência, também nos centros universitários, para uma presença cada vez mais hegemônica da EaD e o percentual do ingresso na EaD das IES do primeiro quartil é um pouco maior do que no todo.

A Tabela 49 faz uma comparação de algumas características acadêmicas dos centros universitários brasileiros, sintetizadas em medidas de tendência central, diferenciando o todo em relação às IES presentes no primeiro quartil do Enade proporcional. ara este quadro, apresentaremos apenas as instituições privadas (centros universitários confessionais e centros universitários privados não confessionais).

Tabela 49 | **Características acadêmicas dos Centros universitários em 2020**

	Total		Nº 1º Quartil	
	Confessional	Privado	Confessional	Privado
Mediana das Matrículas Totais na Graduação	2.538,0	3.295,0	2.286,5	2.884,0
Mediana do Total de Docentes em Exercício	131,0	154	112,0	128,0
Média do Total de Docentes em Exercício	174,2	186,1	162	150,8
Mediana do Número de Docentes equivalente a 40 horas	69,0	79,0	67,5	72,0
Média do Número de Docentes equivalente a 40 horas	100,4	101,6	115,3	81,4
Soma do Número de Estudantes de Mestrado/Doutorado	338	5.329	18	572
Mediana do Número de Estudantes de Mestrado/Doutorado	26,0	85,0	18,0	103,5
Soma do Número de Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu	11	81	1	7
Mediana do Número de Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu	1,5	1,0	1,0	2,0
Média Geral do Conceito Capes dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu	3,5	3,3	3,0	3,5
Média do Percentual de Docentes Credenciados em Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu	7,3%	10,0%	4,0%	10,0%
Média do Percentual de Docentes com Doutorado	29,1%	26,6%	30,6%	24,0%
Média do Percentual de Docentes com Doutorado e/ou Mestrado	82,6%	79,1%	87,1%	78,4%
Média do Percentual de Docentes em Tempo Integral	25,1%	25,4%	35,6%	23,9%
Mediana do Percentual de Docentes em Tempo Integral	24,2%	22,1%	28,5%	20,0%
Média da Relação Estudantes por Docente equivalente a 40 horas	46,2	67,5	46,9	90,3
Mediana da Relação Estudantes por Docente equivalente a 40 horas	36,8	40,3	36,9	41,2

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022) e Dados Abertos Capes (CAPES, 2022).

Os centros universitários, em geral, são menores do que as universidades. A mediana dos centros universitários é de cerca de 2.500 estudantes nas confessionais e 3.300 nas IES privadas. A redução do número de estudantes e do número de docentes aponta para centros universitários um pouco menores no primeiro quartil em relação ao total. Essa caracterização, porém, não pode esconder o fato de que temos, nesse quartil, casos discrepantes em relação a esse número, como alguns centros universitários com tamanhos entre 20 e 40 mil estudantes e um centro universitário com mais de 400 mil estudantes.

A relação estudante por docentes equivalente a 40 horas pouco variou na comparação entre o total dos centros universitários e aqueles que se encontram no primeiro quartil. Essa relação é menor nas instituições confessionais e, nos centros universitários privados, tanto o valor total quanto o do primeiro quartil são equivalentes aos das universidades privadas do primeiro quartil.

Novamente, considerando o primeiro quartil, separamos as IES que pertencem aos oito grupos que possuem centros universitários (Tabela 50). Podemos observar que essas relações também variam muito, partindo de valores próximos a 23 estudantes por docente equivalente a quarenta horas até um número próximo de 2650 estudantes por docente, no grupo que concentra suas matrículas na EaD, com pouco contato entre docentes e estudantes e centrando o trabalho dos tutores.

Tabela 50 **Relação Estudantes/Docente equivalente a 40 horas nos Centros Universitários dos grupos educacionais em 2020**

	Ânima	Cruzeiro do Sul	Estácio	Kroton	Leonardo da Vinci	Ser Educacional	Uninter	Unip
Total	37,0	75,8	117,1	41,1	45,0	41,2	541,7	25,7
Nº 1º quartil	25,7	-	105,5	41,6	2.650,9	41,1	-	24,7

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022).

O caso do grupo Leonardo da Vinci que apresenta um valor muito discrepante entre a mediana do total e do primeiro quartil se deve à quantidade de centros universitários que o grupo possui. Como o grupo possui três centros universitários, o valor da mediana é baixo como forma de eliminar a discrepância. No entanto, a média do número de estudantes por docente equivalente a 40 horas das três instituições é de 909,0, pois temos dois centros universitários com cursos presenciais e maior número de docentes e um centro universitário voltado quase exclusivamente à EaD, com poucos docentes [18].

É de se destacar, então, que dos 689.066 estudantes que estão em centros universitários privados localizados no primeiro quartil, 400.280 (58,1%) estão em uma única IES com Enade Proporcional inferior a 1,87, com 25,3% de seus docentes em tempo integral, 29,2% de docentes com doutorado e sem nenhum programa de pós-graduação stricto sensu.

Centros Universitários não têm obrigação legal de possuírem programas de pós-graduação. O decreto 9.235/17 traz apenas a obrigação da instituição possuir programas de extensão e de iniciação científica, 20% de docentes em tempo integral e um terço de docentes com mestrado/doutorado, entre outras obrigações. Possuir programas de pós-graduação stricto sensu pode indicar,

18 A diferença entre a média e a mediana dos outros grupos é pequena, exceto no caso do último grupo, que possui uma média de 74,5 estudantes por docente no total.

então, um início do investimento da IES em futuramente tornar-se universidade. Tanto a soma quanto a mediana do número de PPGs mostram que os centros universitários brasileiros não estão voltados à pesquisa. Assim como as universidades, os centros universitários possuem docentes em tempo integral pouco acima do mínimo (em torno de 25%) e os docentes com titulação de mestrado e doutorado próximos de 80%.

Concluindo este item, não há significativas diferenças entre os centros universitários do primeiro quartil do Enade proporcional em relação ao todo. Em linhas gerais, as características dos centros universitários privados seguem as das universidades privadas, exceto pelo investimento ainda menor em pesquisa daqueles em relação a estas.

Quando olhamos para o primeiro quartil, o que se destaca é a presença de uma IES, pertencente a um dos grandes grupos educacionais privados, que possui quase 60% de todos os estudantes das IES desse quartil.

6.3. Faculdades no primeiro quartil do Enade proporcional

Das 2.170 faculdades cadastradas no Censo da Educação Superior de 2020, selecionamos os 245 que estão localizados no primeiro quartil do Enade proporcional (25% inferior). A Tabela 51 relaciona a distribuição dessas 245 entre as diferentes categorias de IES que utilizamos em nosso estudo.

Tabela 51 | **Faculdades totais e no 1º quartil do Enade proporcional**

	Total	Nº 1º Quartil	%
Outras IES Estaduais	90	1	1,1%
IES Confessional	88	6	6,8%
IES Municipal	26	5	19,2%
Outras IES Federais	9	1	11,1%
Outras IES - Categoria 7 do Censo	20	8	40,0%
Faculdade Privada	1937	224	11,6%
Dez maiores grupos	377	42	11,1%
Total de Faculdades	2170	245	11,3%

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022).

Primeiramente, devemos notar que o percentual da seleção do primeiro quartil em relação ao total é baixo, porque a maioria das faculdades particulares não se enquadra nos critérios de seleção utilizados para o cálculo dos percentis (ter Enade proporcional calculado, ter mais de 158 matrículas e relação inscritos/matrículas maior que 0,047). Esse critério de seleção reuniu 987 faculdades.

Assim como nas universidades e nos centros

universitários, as faculdades municipais aparecem em destaque no primeiro quartil. Com relação às privadas, novamente as confessionais aparecem com menor relevância no primeiro quartil em comparação com as privadas em geral. Assim como nos centros universitários privados, as faculdades aparecem em um percentual mais homogêneo em relação ao todo. Quando olhamos para os dez maiores grupos privados, o percentual se mantém proporcionalmente à relação com todas as faculdades privadas.

Devemos destacar que desses dez grupos, nove possuem faculdades e, no primeiro quartil estão representados cinco deles.

Devemos destacar, porém, que as faculdades particulares representam cerca de 90% de todas as IES, bem como daquelas presentes no primeiro quartil. Esses elementos se repetem quando observamos o número total de estudantes nas IES desse estrato, como vemos na Tabela 52.

Tabela 52 | **Matrículas e Docentes nas Faculdades em 2020**

	Matrículas			Docentes		
	Total	Nº 1º Quartil	%	Total	Nº 1º Quartil	%
Outras IES Estaduais	81.817	278	0,4%	5.275	44	0,8%
IES Confessional	43.977	4.691	10,7%	2.892	237	8,2%
IES Municipal	13.003	1.428	11,0%	1.114	188	16,9%
Outras IES Federais	3.747	764	20,4%	881	33	3,7%
Outras IES - Categoria 7 do Censo	17.677	4.705	26,6%	1.237	452	36,5%
Faculdade Privada	1.242.727	295.162	23,8%	73.730	11.519	15,6%
Dez maiores grupos	454.523	152.351	33,5%	18.842	3.276	17,4%
Total de Faculdades	1.402.948	307.028	21,9%	85.129	12.473	14,7%

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022).

Novamente temos um padrão se repetindo quando comparamos a quantidade de IES e a quantidade de matrículas no primeiro quartil do Enade proporcional: o percentual de matrículas é maior do que o percentual de instituições, indicando que nas IES do primeiro estrato do Enade proporcional estão mais estudantes do que o esperado numa distribuição mais homogênea.

Assim como nas universidades e nos centros universitários, há faculdades cujo tamanho é discrepante em relação às distribuições, como faculdades com 10 mil e uma IES com mais de 70 mil estudantes (praticamente todos em EaD), pouco mais de 700 estudantes por docente equivalente a 40 horas, 25% de docentes em tempo integral e 27% de docentes com doutorado.

Com relação aos grandes grupos, é de se notar que se as matrículas totais das IES que deles fazem parte equivale a 35,6% de todas as faculdades particulares. Quando olhamos para o primeiro quartil do Enade proporcional, 51,6% de todas aquelas em

faculdades particulares fazem parte de instituições desses grandes grupos. Dos cinco grupos que estão representados nesse quartil, 145.150 matrículas (95,3%) estão em três deles, dos quais cerca de 90 mil estão em um único grupo (59,5% das matrículas em faculdades particulares no primeiro quartil do Enade proporcional).

Observando os números das faculdades particulares apenas, notamos que 141.874 das 1.242.727 matrículas (11,4%) estão em cursos EaD no total, mas nas IES do primeiro quartil 78.175 das 295.162 matrículas estão em cursos à distância (26,5%). Esse cenário se torna mais claro, porém, quando observamos que 48,7% de todas as matrículas em cursos a distância no total e 95,8% das matrículas em cursos a distância das IES do primeiro quartil estão em apenas um único grupo educacional. Esse é o único grupo que possui suas matrículas em EaD em faculdades em 2020.

De fato, trata-se de apenas uma única faculdade, com mais de 70 mil matrículas apresentada alguns parágrafos acima. Sabemos, porém, que essa IES obteve recredenciamento como Centro Universitário em 2021, mesmo ano em que foi vendida de um grupo educacional menor para o grande grupo do qual hoje faz parte. Deste modo, temos consolidado o movimento de que os grandes grupos atuam no segmento de EaD preferencialmente em grandes universidades e centros universitários, IES com maior autonomia para criar/extinguir cursos de graduação.

A Tabela 53 faz uma comparação de algumas características acadêmicas das faculdades brasileiras, sintetizadas em medidas de tendência central, diferenciando o todo em relação às IES presentes no primeiro quartil do Enade proporcional. Para este quadro, apresentaremos apenas as instituições privadas (faculdades confessionais e faculdades privadas não confessionais).

As faculdades, em geral, são ainda menores que os centros universitários, apresentando uma mediana de 321 matrículas, valor que só atinge o número 2.000 em algum lugar entre os percentis 90 e 95. A mediana das faculdades no primeiro quartil é maior do que no total, bem como a relação estudantes por docente equivalente a 40 horas, seguindo a mesma tendência das universidades de que as IES do primeiro quartil tenham maior relação estudantes por docente equivalente a 40 horas.

As faculdades no primeiro quartil do Enade proporcional possuem um percentual um pouco menor de docentes com doutorado, bem como de docentes com doutorado e/ou mestrado. É de se notar que, em geral, as faculdades possuem um percentual menor de docentes com mestrado e/ou doutorado do que os centros universitários e universidades. A mesma tendência ocorre na quantidade de docentes em tempo integral, com um percentual que não atinge 20%.

A relação entre o número de estudantes e o número de docentes equivalentes a 40 horas varia muito nos grandes grupos, desde valores próximos de 20 a valores que chegam próximo a 100. O que se mantém como padrão é o aumento dessa relação nas IES que estão no primeiro quartil do Enade proporcional (Tabela 54).

Tabela 53 Características acadêmicas das Faculdades em 2020

	Total		Nº 1º Quartil	
	Confessional	Privada	Confessional	Privada
Mediana das Matrículas Totais na Graduação	232,0	321,5	702,0	591,0
Mediana do Total de Docentes em Exercício	23,0	28,0	35,5	39,0
Média do Total de Docentes em Exercício	35,3	44,1	13,5	51,4
Mediana do Número de Docentes equivalente a 40 horas	10,0	14,0	13,5	20,0
Média do Número de Docentes equivalentes a 40 horas	16,6	22,6	19,5	27,0
Soma do Número de Estudantes de Mestrado/Doutorado	318	8.194	-	112
Mediana do Número de Estudantes de Mestrado/Doutorado	89,5	86,0	-	56,0
Soma do Número de Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu	4	94	-	2
Mediana do Número de Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu	1,0	1,0	-	1,0
Média Geral do Conceito Capes dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu	3,5	3,6	-	3,0
Média do Percentual de Docentes Credenciados em Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu	22,3%	113,5%	-	14,0%
Média do Percentual de Docentes com Doutorado	28,0%	25,3%	14,0%	20,0%
Média do Percentual de Docentes com Doutorado e/ou Mestrado	77,3%	71,4%	65,8%	67,8%
Média do Percentual de Docentes em Tempo Integral	17,4%	18,6%	15,3%	19,8%
Média da Relação Estudantes por Docente equivalente a 40 horas	26,5	30,0	49,8	42,0

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022) e Dados Abertos Capes (CAPES, 2022).

Tabela 54 Relação Estudantes/Docente equivalente a 40 horas nas Faculdades dos grupos educacionais em 2020

	Ânima	Cruzeiro do Sul	Estácio	Kroton	Leonardo da Vinci	Ser Educacional	Unicesumar	UNINOVE	Unip
Total	23,0	62,0	67,4	21,1	20,1	41,2	29,9	97,0	28,2
Nº 1º quartil	-	-	74,1	28,0	38,4	58,9	-	-	43,3

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022).

Por fim, devemos destacar que não parece haver uma tendência a viabilizar e expandir a pós-graduação nas faculdades. Das 2.170 faculdades em todo o Censo da Educação Superior de 2020, apenas 57 apresentavam PPGs stricto sensu. Dessas IES, a mediana do número de estudantes é um pouco abaixo de 90 e do número de programas é um, apontando para faculdades especializadas em determinadas áreas (embora haja alguns casos discrepantes com quatro a nove PPGs). É de se notar o percentual médio de docentes credenciados em PPGs acima de 100% nas faculdades privadas, apontando para um grande número de docentes de outras IES compondo as pós-graduações das faculdades privadas.

Em síntese, após analisar as características de universidades, centros universitários e faculdades que se encontram no primeiro quartil do Enade proporcional, guardadas algumas diferenças e casos discrepantes temos os seguintes elementos:

- as IES públicas são pouco representativas no estrato inferior do Enade proporcional, à exceção das instituições municipais, que precisam ser melhor investigadas por estarem fortemente presentes nesse quartil;

- as IES privadas possuem maior representatividade nesse quartil;

- as IES confessionais são pouco representativas nesse quartil e tendem a ter, em geral, relação estudantes por docente equivalente a 40 horas, docentes com doutorado, docentes em tempo integral e presença da pós-graduação melhores do que as outras instituições privadas, destacando-se na oferta de condições acadêmicas próximas, em muitos casos, das instituições públicas;

- as universidades privadas apresentam-se, em geral, como universidades mínimas, com uma presença na pós-graduação e um número de docentes em tempo integral próximo ao mínimo legal exigido, alta relação estudantes por docente equivalentes a 40 horas e forte presença na educação à distância, conformando-se como universidades mínimas para a EaD;

- há uma clara tendência de que as universidades que se encontram no primeiro quartil do Enade proporcional tenham, em comparação com as universidades como um todo, uma maior relação estudante por docente equivalente a 40 horas, uma menor presença na pós-graduação, um menor percentual de docentes com doutorado e um percentual de docentes em tempo integral um pouco menor e essas características pioram nas universidades privadas;

- os centros universitários, em geral, são basicamente instituições privadas e não há significativas diferenças entre os centros universitários privados em geral e aqueles que estão no primeiro quartil do Enade proporcional;

- os centros universitários privados, em geral, apresentam características semelhantes às universidades privadas nos termos que apresentamos nos itens anteriores, exceto pelo investimento na pesquisa, que é ainda menor;

- as faculdades privadas possuem, em geral, características semelhantes às mencionadas para as universidades privadas, embora com números ainda menores de docentes com doutorado e contrato em tempo integral e as faculdades que se encontram no primeiro quartil do Enade proporcional possuem todas as características analisadas piores do que as faculdades em geral;

- há IES privadas de tamanho discrepante (muito maiores do que a mediana da organização acadêmica) e, em geral, essas instituições possuem uma relação estudantes por docente equivalente a

a 40 horas muito alta e baixos valores do percentual de docentes com doutorado e tempo integral;

- há diferenças significativas entre os grandes grupos educacionais, mas é marcante que em todas as organizações acadêmicas, a presença de IES desses grupos no quartil inferior é maior do que 25%, marcando uma tendência de vários desses grupos para concentrar suas ações nas IES com essas características.

Por fim, reunindo os números das universidades, centros universitários e faculdades que compõem os respectivos quartis, temos a Tabela 55.

Tabela 55 **Matrículas totais e EaD em todas as IES e nas IES do 1º quartil do Enade proporcional**

	Total	Nº 1º quartil	%
Totais	8.463.255	2.503.903	29,6%
Totais (Dez maiores grupos)	4.050.858	1.744.455	43,1%
EaD	3.090.192	1.418.359	45,9%
EaD (Dez maiores grupos)	2.485.740	1.279.732	51,5%

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo da Educação Superior de 2020 (INEP, 2022).

Se tivéssemos uma distribuição homogênea (se não houvesse diferença entre esses agrupamentos), os percentuais da última coluna estariam próximos de 25%. Como não são, podemos concluir, tomando em consideração a presença muito mais significativa das IES privadas na composição do primeiro quartil que:

- quase 30% dos estudantes estão nas instituições que compõem o percentil 25 do Enade proporcional, o que aponta para um pequeno efeito do tamanho das IES no valor do Enade proporcional: instituições maiores tendem a estar no primeiro quartil;

- cerca de 43% dos estudantes pertencentes aos grandes grupos estão no percentil 25 do Enade proporcional, o que aponta para um efeito significativo do pertencimento aos grandes grupos no valor do Enade proporcional: instituições dos grandes grupos tendem a estar mais no primeiro quartil;

- cerca de 46% dos estudantes de EaD estão em instituições que compõem o percentil 25 do Enade proporcional, o que aponta para um efeito significativo da frequência a cursos EaD no valor do Enade proporcional: instituições com mais matrículas em EaD tendem a estar mais no primeiro quartil;

- cerca de 51% dos estudantes de EaD pertencentes aos grandes grupos estão no percentil 25 do Enade proporcional, o que aponta para um efeito significativo do pertencimento à EaD dos grandes grupos no valor do Enade proporcional: a maior parte da EaD dos grandes grupos está concentrada no primeiro quartil.

Deste modo, há uma tendência de que as instituições privadas com grande oferta de EaD e pertencentes aos grandes grupos educacionais estejam no primeiro quartil do Enade proporcional. Essas IES tendem a ter mais estudantes por docente, menos docentes com doutorado, menos docentes em

em tempo integral e menor presença na pós-graduação do que as instituições congêneres como um todo e, principalmente, do que as instituições confessionais e as públicas, guardadas as ressalvas já apresentadas acima.

Foram aplicados alguns testes iniciais de correlação no intuito de construir um modelo estatístico de análise que permitisse verificar a correlação e a capacidade preditiva das variáveis sobre o desempenho das categorias de organização administrativa das IES, além do desempenho das instituições pertencentes aos dez maiores grupos financeiros.

Assim, consideramos como variáveis independentes: a quantidade de docentes, o número de docentes com carga horária equivalente a 40 horas semanais, o número de doutores, o número de mestres, o número de especialistas, o número de docentes em tempo integral com dedicação exclusiva, o número de docentes em tempo integral sem dedicação exclusiva, o número de docentes em tempo parcial, o número de docentes horistas, o número de estudantes em programas de pós-graduação, o número de docentes de pós-graduação, o número de programas de pós-graduação, o percentual de docentes de pós-graduação, o percentual de docentes com doutorado, o percentual de docentes com doutorado e/ou mestres, o percentual de docentes em tempo integral com ou sem dedicação exclusiva, o percentual de docentes por estudantes e a relação de estudantes por docentes equivalentes a 40 horas semanais.

O primeiro aspecto a ser destacado é o de que os testes revelaram que não há uma distribuição normal dos casos quando correlacionamos a seleção de variáveis dependentes e independentes. Por esta razão, o modelo adequado para verificar a direção e a intensidade das correlações é o modelo de correlação não-paramétrica de Spearman. Além disso, ao testarmos alguns modelos de regressão linear, notou-se que as variáveis independentes impactam de maneira estatisticamente significativa sobre o desempenho no Enade sobretudo quando isoladas, porém, com baixa capacidade preditiva.

Quando agrupadas, não foram obtidos resultados significativos o suficiente para serem reportados. Isto indica que, embora tenham sido encontradas correlações moderadas ou fracas entre algumas variáveis dependentes e independentes – sobretudo aquelas que apontam para a relação professor-estudante e a presença de programas de pós-graduação –, nenhum modelo construído apresentou resultados capazes de predizer o desempenho das diferentes categorias de organização acadêmica e dos dez maiores grupos financeiros no Enade.

Neste sentido, abaixo seguem as análises dos testes de correlações aplicados:

- Considerando as variáveis aplicadas, a correlação de Spearman mostrou que há uma correlação positiva e forte entre a nota obtida no Enade das Universidades Privadas e o número de docentes com carga horária integral e/ou dedicação exclusiva ($\rho = 0{,}811$; $p < 0{,}001$). Isso significa que quanto maior o número de docentes em regime de dedicação exclusiva e/ou integral, maior é a nota obtida no Enade pelas Universidades Privadas;

- Em relação à variável dependente Nota no Enade Proporcional dos Centros Universitários, a correlação de Spearman demonstra que há correlações positivas e fracas com o número de docentes doutores ($\rho = 0{,}277$; $p < 0{,}001$), com a quantidade de docentes ($\rho = 0{,}251$; $p < 0{,}005$), com o número de docente com carga horária equivalente a 40 horas semanais ($\rho = 0{,}227$; $p < 0{,}005$) e com o número de docentes horistas ($\rho = 0{,}225$; $p < 0{,}005$). Assim, este teste indica que quanto maior o número de docentes, doutores, docentes com carga horária equivalente a 40 horas semanais e horistas, maior é a

é a nota obtida no Enade Proporcional dos Centros Universitários.

- Acerca da nota do Enade obtida pelas Faculdades Privadas, a correlação de Spearman revelou que há correlação positiva e moderada com o número de programas de pós-graduação ($\rho = 0,540$; $p < 0,001$); correlações positivas fracas ou muito fracas com o percentual de docentes doutores e mestres ($\rho = 0,317$; $p < 0,001$), o percentual de doutores ($\rho = 0,289$; $p < 0,001$), o número de docentes doutores ($\rho = 0,317$; $p < 0,001$), o número de docentes mestres ($\rho = 0,204$; $p < 0,001$), a quantidade de docentes ($\rho = 0,177$; $p < 0,001$), o número de docentes horistas ($\rho = 0,155$; $p < 0,001$), o número de docentes com carga horária equivalente a 40 horas ($\rho = 0,143$; $p < 0,001$), o percentual de docentes por estudante ($\rho = 0,113$; $p < 0,001$); e correlação negativa e fraca com o número de docentes especialistas ($\rho = -0,142$; $p < 0,001$), o que indica que quanto maior o número de especialistas menor é a nota obtida no Enade pelas Faculdades Privadas.

- Também foram aplicados testes sobre a nota do Enade dos dez maiores grupos financeiros. Neste caso, a correlação de Spearman apresentou uma correlação positiva e moderada com o percentual de docentes em programas de pós-graduação ($\rho = 0,432$; $p < 0,001$), e correlações positivas e fracas com o número de doutores ($\rho = 0,383$; $p < 0,001$), o percentual de docentes com doutorado ($\rho = 0,361$; $p < 0,001$), o percentual de docentes com doutorado e/ou mestrado ($\rho = 0,351$; $p < 0,001$), o número de programas de pós-graduação ($\rho = 0,326$; $p < 0,001$), a quantidade de docentes ($\rho = 0,309$; $p < 0,001$), número de docentes com carga horária equivalente a 40 horas semanais ($\rho = 0,294$; $p < 0,001$), número de mestres ($\rho = 0,285$; $p < 0,001$), número de docentes com carga horária integral sem dedicação exclusiva ($\rho = 0,222$; $p < 0,001$) e o número de docentes com carga horária integral com dedicação exclusiva ($\rho = 0,222$; $p < 0,001$). Essas correlações indicam as variáveis que acrescem a nota obtida no Enade pelos dez maiores grupos financeiros.

Referências

AGÊNCIA SENADO. **Sistema S**. Brasília, 2022. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s. Acesso em 23 jun. 2022.

AMARAL, Nelson Cardoso. **Financiamento da educação superior: estado X mercado**. São Paulo: Cortez; Piracicaba: Editora Unimep, 2003.

BIELSCHOWSKY, Carlos. Consórcio Cederj: A História da Construção do Projeto. *In*: **EaD Em Foco**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 8-27, Set. 2017. DOI: https://doi.org/10.18264/eadf.v7i2.652. Acesso em 23 jun. 2022.

AMORIM, Cassiano Caon. **O uso do território brasileiro e as instituições de ensino superior**. 2010. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010. DOI:10.11606/T.8.2010.tde-26102010-105728. Acesso em 23 jun. 2022.

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. *In*: **Educação & Sociedade**, Campinas-SP, v. 36, n. 131, p. 361-390, Jun. 2015.

BIELSCHOWSKY, Carlos. Qualidade na educação superior a distância no Brasil: onde estamos, para onde vamos? *In*: **EaD Em Foco**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1: e709, Mar. 2018. DOI: https://doi.org/10.18264/eadf.v8i1.709. Acesso em 23 jun. 2022.

BIELSCHOWSKY, Carlos. Tendências de precarização do ensino superior privado no Brasil. *In*: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, v. 36, n.1, p. 241-271, jan./abr. 2020.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 3.071**, de 1º de janeiro de 1916. Código civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm. Acesso em 23 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 19.851**, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Republicação. Diário Oficial da União: Seção 1, p. 9210, 4 jun. 1931. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 23 jun. 2022.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso em 23 jun. 2022.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 5.540**, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm.

Acesso em 23 jun. 2022.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em 23 jun. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Aprovada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 20 jun. 2022.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 9.131**, de 24 de novembro de 1995. Altera dispositivos da lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9131.htm. Acesso em 23 jun. 2022.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto nº 2.026**, de 10 de outubro de 1996. Estabelece procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d2026.htm. Acesso em 23 jun. 2022.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 23 jun. 2022.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto nº 2.207**, de 15 de abril de 1997. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas nos arts. 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2207.htm. Acesso em 20 jun. 2022.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto nº 2.306**, de 19 de agosto de 1997a. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2306.htm. Acesso em 23 jun. 2022.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 10.172**, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em 23 jun. 2022.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto nº 3.860**, de 9 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3860.htm. Acesso em 23 jun. 2022.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 10.260**, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10260.htm. Acesso em 23 jun. 2022.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponí-

vel em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em 23 jun. 2022.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 11.096**, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm. Acesso em 23 jun. 2022.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto nº 5.622**, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm. Acesso em 23 jun. 2022.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto nº 5.773**, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm. Acesso em 23 jun. 2022.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto nº 5.800,** de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm. Acesso em 23 jun. 2022.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto nº 6.096**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em 23 jun. 2022.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto nº 6.303**, de 12 de dezembro de 2007. Altera dispositivos dos Decretos nos 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6303.htm. Acesso em 23 jun. 2022.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 12.513**, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm. Acesso em 23 jun. 2022.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em 23 jun. 2022.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto nº 9.235**, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm. Acesso em 23 jun. 2022.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Universidades mercantis: a institucionalização do mercado universitário em questão. *In*: **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 61-72, Mar. 2000.

CAMPOS, Cristian de Oliveira Lobo. **A expansão da educação superior: diversificação, avaliação e qualidade do setor privado (2007-2016)**. 2021. 173 f., Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/41300. Acesso em 23 jun. 2022.

CAPES [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior]. **Dados abertos CAPES**. 2022. Disponível em: https://dadosabertos.capes.gov.br/. Acesso em 23 jun. 2022.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. O ProUni no governo LULA e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. *In*: **Educação & Sociedade**, Campinas-SP, v. 27, n. 96, p. 979-1000, Out. 2006.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. *In*: **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 54, p. 761-776, Set. 2013.

CATANI, Afrânio M.; OLIVEIRA, João F. de; DOURADO, Luiz Fernandes. Política Educacional, Mudanças no Mundo do Trabalho e Reforma Curricular dos cursos de Graduação no Brasil. *In*: **Educação & Sociedade**, Campinas-SP, v. 22, n. 75, p. 67-83, Ago. 2001.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. Política de Expansão da Educação Superior no Brasil - O PROUNI e o FIES como Financiadores do Setor Privado. *In*: **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 32, n. 4, p. 49-72, out./dez. 2016.

CUNHA, Luiz Antônio. Nova reforma do ensino superior: a lógica reconstruída. In: **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 101, p. 20–49, 1997. Disponível em: http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/751. Acesso em: 25 abr. 2022.

DIBBERN, Thais; CRISTOFOLETTI, Evandro Coggo. An overview on cutting public spending on Brazilian higher education. *In*: **Brazilian Research and Studies Blog**. ISSN 2701-4924. v.2, n. 2, p. 1-3, 2021. Disponível em: https://bras-center.com/an-overview-on-cutting-public-spending-on-brazilian-higher-education/. Acesso em 08 dez. 2021.

DOMENICI, Thiago. "É cruel": professores encaram aulas virtuais com 300 alunos e demissões por 'pop-up' na tela. *In*: **El País**. 22/09/2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-23/e-cruel-professores-encaram-aulas-virtuais -com-300-alunos-e-demissoes-por-pop-up-na-tela.html. Acesso em 23 mai. 2022.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **O ensino superior no Brasil: público e privado**. Documento de Trabalho 03/30. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo (NUPES-USP). 2003. Disponível em: https://sites.usp.br/nupps/wp-content/uploads/sites/762/2020/12/dt0303.pdf. Acesso em 23 jun. 2022.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A política educacional do governo Fernando Henrique Cardoso: uma visão comparada. *In*: **Novos Estudos**, São Paulo, v. 88, p. 153-159, Dez. 2010.

FUNDAÇÃO FHC. **Educação no Brasil: as principais políticas públicas das últimas três décadas**. Disponível em: https://linhasdotempo.fundacaofhc.org.br/educacao/. Acesso em 13 mai. 2022.

GOMES, Alfredo Macedo. Política de avaliação da educação superior: controle e massificação. *In*: **Educação & Sociedade**, Campinas-SP, v. 23, n. 80, p. 275-298, Set. 2002.

GOMES, Alfredo Macedo; MORAES, Karine Numes de. Educação superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de massa. *In*: **Educação & Sociedade**, Campinas-SP, v. 33, n. 118, p. 171-190, Mar. 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000100011. Acesso em 13 mai. 2022.

GUSSO, Hélder L. ARCHER, A.B.; LUIZ, Fernanda B.; SAHAO, F.; DE LUCA, Gabriel G.; HENKLAIN, M.H.O.; PANOSSO, M.; KIENEN, Nadja; BELTRAMELLO, O. GONCALVES, V. Ensino superior em tempos de pandemia: diretrizes à gestão universitária. *In*: **Educação & Sociedade**, Campinas-SP, v.41, e238957, p.1-26, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/ES.238957. Acesso em 23 jun. 2022.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HELP [COMMITTEE ON HEALTH, EDUCATION, LABOR, AND PENSIONS OF UNITED STATES SENATE]. *In*: **For profit higher education: the failure to safeguard the federal investment and ensure student success**. July 30, 2012. Disponível em: https://www.govinfo.gov/app/details/CPRT-112SPRT74931/CPRT-112SPRT74931. Acesso em 23 jun. 2022.

IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística]. **Portal IBGE**. 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/. Acesso em 23 jun. 2022.

INEP [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira]. **Portal do INEP**. 2021. Disponível em: https://www.inep.gov.br/. Acesso em 23 jun. 2022.

INEP [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira]. **Microdados do censo escolar da educação básica**. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar. Acesso em 23 jun. 2022.

INEP [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira]. **Microdados do censo da educação superior de 2020**. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior. Acesso em 20 abr. 2022

INEP [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira]. **Indicadores de fluxo da educação superior.** 2022. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/indicadores-de-fluxo-da-educacao-superior. Acesso em 23 jun. 2022.

INEP [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira]. **Microdados do censo da educação superior e microdados do Enade**. Dados armazenados pelos autores, a partir dos microdados disponíveis em setembro de 2019.

KWIEK. Marek. Private Higher Education in Developed Countries. *In*: SHIN, J. C.; TEIXEIRA, P. (ed.). **Encyclopedia of International Higher Education Systems and Institutions**. New York: Springer, Dordrecht, 2018.

LAMPERT, Ernani. O desmonte da universidade pública: a interface de uma ideologia. *In*: **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 7, n. 2, 2007. Disponível em: https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1342. Acesso em 25 abr. 2022.

LIMA, Tatiane; CUNHA, Mauro. A educação superior no Brasil contemporâneo (1995-2016): uma análise dos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. *In*: **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba-PR, v. 14, n. 28, jun. 2020. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5380/jpe.v14i0.71794. Acesso em 20 de abril de 2022.

MACEDO, Arthur Roquete de; TREVISAN, Ligia Maria Vettorato; TREVISAN, Péricles; MACEDO, Caio Sperandeo de. Educação superior no século XXI e a reforma universitária brasileira. *In*: **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 47, p. 127-148, Jan. 2005. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-40362005000200002. Acesso em 23 jun. 2022.

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araujo; MARTINS, Tânia Barbosa. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. *In*: **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p. 31-50, jan./mar. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206003. Acesso em 23 jun. 2022.

MARQUES, Antonio Carlos Henriques; CEPÊDA, Vera Alves. Um perfil sobre a expansão do ensino superior recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos. *In*: **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, Araraquara-SP, v. 42, p. 161-192, jul./dez. 2012. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/5944. Acesso em 20 de abril de 2022.

MARQUES, Maria Alice de Freitas. Políticas educacionais nos governos Lula e Dilma: impactos na expansão do ensino superior e profissional. *In*: **Id on Line: Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, Jaboatão dos Guararapes-PE, v.12, n. 41, p. 661-676, 2018. Disponível em: https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/viewFile/1249/1814. Acesso em 20 de abril de 2022.

MARTINS, Angela Maria. Autonomia e educação: a trajetória de um conceito. *In*: **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 207-232, Mar. 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/KSQ4hkbkNcZT9tqJSQVJRSq/?format=pdf. Acesso em 23 jun. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº 249**, de 18 de março de 1996. Institui sistemática para realização anual do Exame Nacional de Cursos. Diário Oficial da União, n. 55, quarta-feira, 20 mar. 1996, Seção 1, p. 4686. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/mec_legis/port0249_180396.pdf. Acesso em 23 jun. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº 569**, de 23 de fevereiro de 2006. Regulamenta o art. 11 da lei nº 11.1180 de 23 de setembro de 2005. Disponível em: https://prouniportal.mec.gov.br/images/legislacao/2006/Portaria_569_2006.pdf. Acesso em 23 jun. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO [MEC]. **Referenciais de qualidade para a educação superior a distância**. Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/par/193-secretarias-112877938/seed-educacao-a-distancia-96734370/12777-referenciais-de-qualidade-para-ead. Acesso em 22 jun. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO [MEC]. **Portaria normativa nº 40**, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=16763&Itemid=. Acesso em 23 jun. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO [MEC]. **Portaria normativa nº 11**, de 20 de junho de 2017. Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=66441-pn-n-11-2017-regulamentacao-ead-republicada-pdf&category_slug=junho-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em 23 jun. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO [MEC]. **Portaria nº 2.117**, de 6 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913. Acesso em 23 jun. 2022.

MOCARZEL, Marcelo Maia Vinagre. **A educação como bem de consumo: discursos publicitários sobre a universidade e a juventude no Brasil**. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2017. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/32373/32373.PDF. Acesso em 23 jun. 2022.

MOCARZEL, Marcelo Maia Vinagre. A financeirização da educação privada nas páginas de revista: discursos publicitários sobre a universidade brasileira. *In*: **Educação & Sociedade**, Campinas-SP, v. 40, e0216625, p. 1-19, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/ES0101-73302019216625. Acesso em 23 jun. 2022.

NEDER, Maria Lucia Cavalli. A educação a distância no contexto das políticas da UFMT. In: PEIXOTO, M. C. L. (org.). **Universidade e democracia: experiências e alternativas para a ampliação do acesso à universidade pública brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 79-86, 2004.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; RAIZER, Leandro; FACHINETTO, Rochele Fellini. Acesso, expansão e eqüidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. *In*: **Sociologias**, Porto Alegre, n. 17, p. 124-157, Jun. 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1517-45222007000100006. Acesso em 24 mai. 2022.

OLIVEN, Arasela Campos. Histórico da educação superior no Brasil. *In*: SOARES, M. S. A. (Org.). **A educação superior no Brasil**. Porto Alegre: Unesco, 2002. p. 31-42.

ROTHEN, José Carlos. Os bastidores da reforma universitária de 1968. *In*: **Educação & Sociedade**, Campinas-SP, v. 29, n. 103, p. 453-475, Ago. 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000200008. Acesso em 24 mai. 2022.

RUEDA, Iván; ACOSTA, Byron; CUEVA, Fabián. Las universidades y sus prácticas de vinculación con la sociedad. *In*: **Educação & Sociedade**, Campinas-SP, v. 41, e218154, 2020. Disponível em:

https://doi.org/10.1590/ES.218154. Acesso em 23 jun. 2022.

SAMPAIO, Helena. **Ensino superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2000.

SAMPAIO, Helena. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. *In*: **Revista Ensino Superior Unicamp**, v. 4, p. 28-43, 2011. Disponível em: https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ed04_outubro2011/05_ARTIGO_PRINCIPAL.pdf. Acesso em 24 mai. 2022.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O ensino superior público e particular e o território brasileiro**. Brasília: Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior – ABMES, 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. *In*: **Cadernos CEDES**, Campinas-SP, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Kj7QjG4BcwRBsLvF4Yh9mHw/?format=pdf. Acesso em 24 mai. 2022.

SEGENREICH, Stella Cecilia Duarte; CASTANHEIRA, Antonio Mauricio. Expansão, privatização e diferenciação da educação superior no Brasil pós-LDBEN/96: evidências e tendências. *In*: **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 62, p. 55-86, Mar. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ensaio/a/7CTMXHKvtsMvDym836JRz5q/?format=pdf. Acesso em 23 jun. 2022.

SEKI, Allan Kenji. **O Capital Financeiro no Ensino Superior Brasileiro (1990-2018)**. Florianópolis: Editoria Em Debate/UFSC, 2021.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? *In*: **Educação & Sociedade**, Campinas-SP, v. 36, n. 133, p. 867-889, out./dez. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/mXnvfHVs7q5gHBRkDSLrGXr/?format=pdf. Acesso em 23 jun. 2022.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade brasileira no século XXI: desafios do presente**. São Carlos: Editora Diagrama Acadêmico, 2020.

SOUSA, Andrea L Harada.; TEIXEIRA, Gabriela; GENTIL, Plínio. Professores de faculdades privadas: categoria em extinção? **Le Monde Diplomatique Brasil**. 13/05/2022. Disponível em: https://diplomatique.org.br/professores-de-faculdades-privadas-categoria-em-extincao/. Acesso em 13 mai. 2022.

SOU_CIÊNCIA [Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência]. **A importância das cotas raciais e sociais no Brasil: uma reparação histórica necessária**. Relatório Técnico. São Paulo: Unifesp, 2021. Disponível em: https://repositorio.unifesp.br/xmlui/handle/11600/62422. Acesso em 23 jun. 2022.

THE WORLD BANK. **School enrollment, tertiary (% gross)**. Data Bank. 2021. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/SE.TER.ENRR. Acesso em 23 jun. 2022.

TRAINA-CHACON, José-Marcelo; CALDERÓN, Adolfo-Ignacio. A expansão da educação supe-

rior privada no Brasil: do governo de FHC ao governo de Lula. *In*: **Revista iberoamericana de educación superior**, Cidade do México, v. 6, n. 17, p. 78-100, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.rides.2015.10.004. Acesso em 22 mai. 2022.

TRICONTINENTAL (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social); FRONT (Instituto de Estudos Contemporâneos). **A educação brasileira na bolsa de valores: as oito empresas privadas de capital aberto que atuam no setor educacional**. Cartilha. 2020. Disponível em: https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/cartilha-a-educacao-brasileira-na-bolsa-de-valores/. Acesso em 23 jun. 2022.

TROW, Martin. **Reflections on the transition from elite to mass to universal access: forms and phases of higher education in modern societies since WWII**. Working papers. Berkeley: University of California, 2005. Disponível em: https://escholarship.org/uc/item/96p3s213. Acesso em 23 jun. 2022.

UNESCO INSTITUTE FOR STATISTICS [UIS]. **Distribution of enrolment by type of institution: Percentage of enrolment in tertiary education in private institutions**. 2019. Disponível em: https://data.uis.unesco.org. Acesso em 22 jun. 2022.

VIEIRA, Danilo Jorge; MACEDO, Fernando Cezar de. Crescimento e configuração regional do sistema de ensino superior brasileiro no século XXI. *In*: MACEDO, F. C.; MONTEIRO NETO, A.; VIEIRA, D. J. (orgs.). **Universidade e território: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI.** Brasília: IPEA, 2022. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11159. Acesso em 23 jun. 2022.